

VOTO EM SEPARADO DA BANCADA DO PT AO PL Nº 1.291, DE 2014, QUE ORÇA A RECEITA E FIXA AS DESPESAS DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA 2015.

O projeto de Lei nº 1291, de 2014, enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, orça a Receita e fixa a Despesa da Administração Direta e Indireta do Estado de São Paulo para o ano de 2015, num montante de R\$ 204.629.276.252,00 (duzentos e quatro bilhões, seiscentos e vinte e nove milhões, duzentos e setenta e seis mil e duzentos e cinquenta e dois reais), sendo R\$ 177.105.667.405,00 (cento e setenta e sete bilhões, cento e cinco milhões, seiscentos e sessenta e sete mil e quatrocentos e cinco reais) referentes ao Orçamento Fiscal e R\$ 27.523.608.847,00 (vinte e sete bilhões, quinhentos e vinte e três milhões, seiscentos e oito mil e oitocentos e quarenta e sete reais) no Orçamento da Seguridade Social.

Em pauta pelo período regimental, o projeto recebeu 9.679 emendas. Destas, 24 emendas foram apresentadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, refletindo as sugestões apresentadas pela população nas Audiências Públicas do Orçamento realizadas pelo legislativo em todas as regiões do Estado, que somam R\$ 120 milhões.

ANÁLISE DO RELATÓRIO DA DEPUTADA MARIA LÚCIA AMARY.

Iniciadas as discussões sobre o Orçamento Estadual 2015 na Assembléia Legislativa de SP, alguns desafios principais estavam colocados:

1) Suplementar de forma significativa o orçamento estadual, já que nos últimos anos o legislativo paulista tem se omitido desta tarefa. Para efeito de comparação, a Assembleia Legislativa de SP vem suplementando o orçamento estadual em menos de 0,2% nos últimos anos. Já a Câmara Municipal de São Paulo vem suplementando o orçamento da Cidade de São Paulo, em média, em 2%.

Neste aspecto, a proposta da deputada Maria Lúcia Amary não permite nenhum avanço.

Os valores suplementados serão de apenas chegam a 0,13% do orçamento total proposto.

Diante deste quadro, diversas áreas, programas e ações ficaram “de fora” do relatório, tais como a educação, o meio ambiente, a segurança pública, as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas (no desenvolvimento regional), entre outras.

Mais ainda, as emendas acatadas na forma de subemendas são absolutamente insuficientes para a realização de qualquer ação efetiva, uma vez que foram incorporadas com valores orçamentários absolutamente simbólicos.

Estes exemplos podem ser levantados em todas as áreas, ressaltando que a irrelevância dos valores suplementados é total em relação à proposta da emenda orçamentária inicial.

Estes números gerais já demonstram a completa falta de diálogo do relator com os deputados da Assembleia Legislativa e com a sociedade paulista como um todo.

- 2) **Outro desafio apresentado nas discussões seria a incorporação das principais demandas apresentadas pela população nas Audiências Públicas do Orçamento, através da aprovação das emendas elaboradas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa de SP.** Mais uma vez o parecer apresentado pelo relator não acata tais sugestões, reforçando o caráter pouco democrático da bancada governista, sob orientação do governo paulista. O desrespeito a este importante instrumento de participação da sociedade na discussão dos problemas do Estado vem “minando” a real democratização do legislativo e do executivo paulista.

- 3) **Ligado a esta questão, podemos acrescentar a falta de regionalização do orçamento paulista, impedindo que a sociedade saiba efetivamente quais recursos serão investidos em cada cidade e região do Estado de São Paulo.** Esta situação encontra-se em grande atraso em relação a outros Estados da Federação, como no caso de Minas Gerais, onde o Plano de Investimentos do Estado é completamente regionalizado, sendo discriminado por região, cidade, ação e projetos.

- 4) **Mais um desafio colocado seria a aprovação efetiva de emendas individuais dos deputados ao orçamento, como ocorre em todas as Casas Legislativas.** No Estado de SP, no entanto, segue-se advogando a existência de uma “jabuticaba” orçamentária, em que apenas aqui o orçamento seria estruturado na forma de programas e ações genéricos, impedindo o acolhimento de emendas “pontuais” dos deputados na sua forma original. Isso não corresponde à realidade. Na verdade, todo orçamento, em qualquer lugar do Brasil, é estruturado na forma de programas e ações genéricos, mas nem por isso algumas emendas orçamentárias dos deputados não podem ser aprovadas na sua forma integral. Na verdade, elas podem ser incorporadas ao orçamento na forma de subações (projetos e atividades), elemento de desagregação da programação orçamentária existente em qualquer sistema público brasileiro, através do qual, inclusive, o Executivo realiza o controle da realização dos seus próprios investimentos específicos. Como exemplo próximo, podemos citar mais uma vez o caso da Câmara de Vereadores de SP, onde os parlamentares aprovam suas emendas ao orçamento e as mesmas são integradas à peça orçamentária na forma de subações, tornando clara e transparente a sua execução. Levantamento feita junto à Assembléia Legislativa de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul

reforçam os nossos argumentos, uma vez que nestas casas o orçamento público é aprovado pelo legislativo incorporando-se emendas de fato dos parlamentares e das comissões permanentes, e não na forma de subemendas. Esta medida, do ponto de vista legal, permite ao parlamentar maior garantia sobre a execução da sua emenda. Ao vetar esta possibilidade no Estado de SP, o governo estadual abriu espaço apenas para as “indicações parlamentares”, instrumento sem qualquer garantia legal e baixa transparência. Nesta situação, fica o parlamentar completamente refém “das vontades” e interesses do Executivo. **O parecer da relatora segue o discurso da “jabuticaba orçamentária paulista”, rejeitando todas as emendas e aprovando algumas na forma de subemendas com valores irrisórios, o que descaracteriza e desvaloriza completamente o trabalho do legislativo. A continuidade desta dinâmica torna o trabalho legislativo, na “matéria orçamentária”, absolutamente inócuo.**

- 5) **Ampliar a transparência no processo orçamentário dentro do Legislativo era outro desafio colocado. Com a manutenção de “indicações parlamentares” ao orçamento,** o parlamento paulista enfrentou grave crise durante todo o segundo semestre de 2011, com acusações de desvios e pagamentos de propinas em relação a estas indicações. Algumas novas denúncias tem surgido até hoje.

A Assembléia, para tanto, aprovou a Lei Complementar 1.156/2011, que determina o envio pelo Executivo ao Legislativo de relatório semestral com a execução orçamentária destas indicações, contendo neste relatório o nome do deputado autor da emenda, a prefeitura ou entidade beneficiada e o valor liberado. O problema ainda persiste, uma vez que tal relatório apresenta inúmeras inconsistências e incorreções, apontadas pelos próprios deputados.

Diante disto, infelizmente não se encerrou uma prática paulista de substituímos emendas orçamentárias (instrumento legal na tramitação e execução orçamentária) por “indicações orçamentárias”, que não possuem qualquer fundamento legal, deixando deputados da Casa expostos à falta de transparência e a contínua desconfiança da sociedade.

Todas estas questões mais gerais fundamentam nossa posição contrária ao voto do relatora deputada Maria Lúcia Amary.

Outras questões, entretanto, também merecem ser debatidas, sobretudo através da análise crítica da proposta orçamentária de 2015.

Segue abaixo a análise geral da proposta orçamentária, reforçando-se a existência de inúmeras ações que terão seus recursos reduzidos em 2015, sobretudo naquelas

ações relativas a investimentos nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança Pública, Saneamento, Habitação, Justiça, etc.

ANÁLISE DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2015.

1. Introdução

- O Orçamento do Estado de São Paulo em 2015 será de R\$ 204,6 bilhões, segundo o Projeto de Lei Orçamentária enviada pelo governo Alckmin à Assembleia Legislativa.
- Esta proposta é 8,2% superior em termos nominais ao orçamento de 2014, aumento este menor do que o observado nas propostas orçamentárias dos últimos dois anos, quando o PLOA 2014 projetava elevação de 8,89% e o PLOA 2013 projetava aumento de 10,5% em relação aos anos anteriores. Quando analisamos em termos reais, considerando uma inflação estimada de 6,31% para 2014, o orçamento terá uma elevação de apenas 1,8%.

2. Receitas Estaduais

	LOA 2014	LOA 2014 corrigido (IPCA = 6,31%)	PLOA 2015	Variação nominal	Variação real*
RECEITAS CORRENTES	167.411.963.736	177.975.658.648	176.335.519.351	5,3%	-0,9%
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	141.608.698.026	150.544.206.871	148.797.916.067	5,1%	-1,2%
ICMS	122.562.866.667	130.296.583.554	128.698.666.667	5,0%	-1,2%
RECEITAS PATRIMONIAIS	5.533.868.642	5.883.055.753	4.454.281.500	-19,5%	-24,3%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.649.006.978	16.636.459.318	17.382.515.696	11,1%	4,5%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.165.247.939	4.428.075.084	5.127.918.473	23,1%	15,8%
RECEITAS DE CAPITAL	10.767.059.618	11.446.461.080	15.667.511.945	45,5%	36,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.298.620.000	9.885.362.922	10.500.647.510	12,9%	6,2%
INTERNAS	5.171.483.000	5.497.803.577	6.404.827.050	23,8%	16,5%
EXTERNAS	4.127.137.000	4.387.559.345	4.095.820.460	-0,8%	-6,6%
ALIENAÇÃO DE BENS	801.020.330	851.564.713	3.914.303.815	388,7%	359,7%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	665.831.478	707.845.444	1.250.910.310	87,9%	76,7%
RECEITAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	178.179.023.354	189.422.119.728	192.003.031.296	7,8%	1,4%
RECEITAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	10.933.015.378	11.622.888.648	12.626.244.956	15,5%	8,6%
RECEITAS TOTAIS	189.112.038.732	201.045.008.376	204.629.276.252	8,2%	1,8%

- A receita com o ICMS, principal item na arrecadação, crescerá apenas 5% em termos nominais, uma taxa também menor do que no ano anterior, quando a PLOA 2014 projetava um aumento de 8,08% para o ICMS em relação a 2013. Quando analisamos o crescimento real deste item fundamental para a arrecadação estadual, podemos identificar uma redução de 1,2% nesta rubrica em relação ao valor orçado em 2014, já descontada a inflação projetada do período. Em números absolutos, o ICMS passará de R\$ 122,5 bilhões para R\$ 128,6 bilhões.
- As receitas patrimoniais, por sua vez, apresentarão uma queda em termos reais e nominais, reduzindo seu peso na arrecadação total do Estado. Nesta rubrica estão incluídos os valores referentes às concessões rodoviárias e as aplicações financeiras.
- Por outro lado, as chamadas transferências correntes (sobretudo da União para o Estado) e as Outras Receitas Correntes (Restituições, Dívida Ativa e os Planos de Parcelamento de Débitos) apresentarão aumentos importantes. No caso das Transferências, a elevação será de 11,1% em termos nominais e 4,5% em termos reais. As demais receitas correntes crescerão 23,1% em termos nominais e 15,8% e termos reais.

- Do lado das Receitas de Capital, cumpre destacar a forte elevação dos recursos previstos provenientes das operações de crédito internas, junto ao BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, projetando um aumento de 23,8% em termos nominais e 16,5% em termos reais. Em números absolutos, o Estado de São Paulo pretende contar com R\$ 6,4 bilhões junto aos organismos financeiros do governo federal, reforçando o apoio dado pelo Governo Dilma aos principais projetos de investimentos estruturantes no Estado. Já os recursos das operações de crédito internacionais deverão sofrer uma queda de 0,8% em termos nominais e 6,6% em termos reais, reforçando o cenário de manutenção da grave crise econômica internacional, com seus reflexos sobre as possibilidades de captação de recursos externos por parte do governo paulista.
- Estes números das operações de crédito reforçam as contradições do discurso tucano nas últimas eleições presidenciais, uma vez que os problemas da economia brasileira decorrem, em grande parte, da gravíssima crise econômica internacional, a maior desde 1929, atingindo todas as grandes economias do mundo. As projeções deste item também revelam o apoio decisivo do governo federal aos principais projetos de investimentos no Estado de São Paulo, tais como o Rodoanel Trecho Norte, a ampliação do Metrô ou ainda as obras para enfrentamento da grave crise hídrica.

3. Despesas Estaduais

3.a. Despesas por Grupo Econômico:

	LOA 2014	LOA 2014 corrigido (IPCA = 6,31%)	PLOA 2015	Variação nominal	Variação real*
DESPESAS CORRENTES	184.983.800.950	196.656.278.790	201.516.682.412	8,9%	2,5%
PESSOAL E ENCARGOS	93.419.503.758	99.314.274.445	102.065.512.697	9,3%	2,8%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	81.872.335.562	87.038.479.936	88.723.320.872	8,4%	1,9%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.691.961.630	10.303.524.409	10.727.848.843	10,7%	4,1%
DESPESAS DE CAPITAL	26.062.470.049	27.707.011.909	27.492.244.580	5,5%	-0,8%
INVESTIMENTOS	15.349.331.728	16.317.874.560	16.250.696.898	5,9%	-0,4%
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.051.702.600	5.370.465.034	5.131.301.800	1,6%	-4,5%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	5.661.435.721	6.018.672.315	6.110.245.882	7,9%	1,5%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000.000	10.631.000	10.000.000	0,0%	-5,9%
DESPESAS TOTAIS ORÇAMENTÁRIAS	211.056.270.999	224.373.921.699	229.018.926.992	8,5%	2,1%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	-21.944.232.267	-23.328.913.323	-24.389.650.740	11,1%	4,5%
DESPESAS TOTAIS	189.112.038.732	201.045.008.376	204.629.276.252	8,2%	1,8%
INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS	9.196.066.560	9.776.338.360	9.335.275.110	1,5%	-4,5%
INVESTIMENTOS TOTAIS	24.545.398.288	26.094.212.920	25.585.972.008	4,2%	-1,9%

- Do lado das despesas, os grandes números apontam que os gastos com juros e encargos da dívida representarão o maior aumento percentual das despesas orçamentárias do governo estadual em relação aos valores previstos para 2014, cerca de 10,7% em termos nominais e 4,1% em termos reais. Em valores, o governo estadual deverá dispende R\$ 10,7 bilhões apenas em juros e encargos da dívida pública em 2015. Considerando os valores que serão gastos também com a amortização da dívida, os valores comprometidos com o principal e os encargos da dívida pública ultrapassarão os R\$ 16,8 bilhões em 2015.
- Já as despesas com pessoal e as demais despesas de custeio também seguirão crescendo a taxas superiores à do orçamento como um todo. Os gastos com a folha de pagamentos de ativos e aposentados aumentará 9,3% em termos nominais e 2,8% em termos reais, enquanto os gastos com os demais custeios subirão 8,4% em termos nominais e 1,9% em termos reais.
- Finalmente, para garantir esta elevação no custeio da máquina pública e na rolagem da dívida, as despesas com investimentos, sejam diretos ou através das empresas estatais (investimentos financeiros) crescerão bem menos: apenas 5,9% em termos nominais em relação aos investimentos diretos e

1,6% em termos nominais quanto aos repasses para as empresas estatais investirem. Em termos reais, porém, os investimentos previstos para o próximo ano serão menores do que projetavam o Orçamento 2014.

- Considerando os investimentos totais previstos – somando os investimentos diretos aos investimentos das empresas estatais -, o crescimento será de apenas 4,2% em termos nominais, representando uma queda real de 1,9%. Em valores nominais, os investimentos passarão de R\$ 24,5 bilhões para R\$ 25,5 bilhões em 2015. Ocorre que se descontarmos a inflação projetada em 2014, os valores dos investimentos totais previstos cairão de R\$ 26 bilhões para R\$ 25,5 bilhões.
- Em síntese, estes dados mais gerais revelam que o governo tucano no Estado de São Paulo segue, mais uma vez, em profunda contradição com as críticas proferidas ao governo federal, já que os gastos com o custeio crescerão em ritmo maior do que os investimentos públicos.

	LOA 2014	LOA 2014 corrigido (IPCA = 6,31%)	PLQA 2015	Variação nominal	Variação real*
Data Atualizacao :30/09/14					
INVESTIMENTOS TOTAIS	15.349.331.728	16.317.874.560	16.250.696.898	5,9%	-0,4%
PODER EXECUTIVO	15.035.467.410	15.984.205.404	16.149.087.684	7,4%	1,0%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	69.500.030	73.885.482	0	-100,0%	-100,0%
SECRETARIA DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	135.976.124	144.556.217	70	-100,0%	-100,0%
SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	85.000.080	90.363.585	34.000.060	-60,0%	-62,4%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	33.644.178	35.767.126	14.400.000	-57,2%	-59,7%
ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	201.939.882	214.682.289	107.228.941	-46,9%	-50,1%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. REGIONAL	444.632.430	472.688.736	272.850.030	-38,6%	-42,3%
SECRETARIA DA EDUCACAO	474.751.933	504.708.780	298.569.647	-37,1%	-40,8%
SECRETARIA DA CULTURA	98.860.010	105.098.077	78.419.550	-20,7%	-25,4%
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	79.149.170	84.143.483	64.436.896	-18,6%	-23,4%
SECRETARIA DE ENERGIA	11.705.521	12.444.139	10.000.010	-14,6%	-19,6%
SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	5.684.207.761	6.042.881.271	5.645.634.148	-0,7%	-6,6%
SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	581.305.423	617.985.795	585.306.700	0,7%	-5,3%
SECRETARIA DES. ECONOMICO, CIENCIA, TECN. INOV.	676.421.739	719.103.951	708.927.098	4,8%	-1,4%
SECRETARIA DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	106.441.310	113.157.757	112.031.500	5,3%	-1,0%
SECRETARIA DA HABITACAO	722.228.861	767.801.502	794.336.269	10,0%	3,5%
SECRETARIA DA SAUDE	565.267.753	600.936.148	634.685.160	12,3%	5,6%
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	482.273.340	512.704.788	548.992.910	13,8%	7,1%
SECRETARIA EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	70	74	80	14,3%	7,5%
SECRETARIA DE TURISMO	301.654.935	320.689.361	356.134.824	18,1%	11,1%
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	922.004.666	980.183.160	1.130.288.689	22,6%	15,3%
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.091.961.032	3.287.063.773	4.183.561.973	35,3%	27,3%
SECRETARIA DA FAZENDA	89.315.905	94.951.739	141.609.632	58,5%	49,1%
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	138.832.229	147.592.543	283.029.689	103,9%	91,8%
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	13.897.673	14.774.616	36.254.344	160,9%	145,4%
CASA CIVIL	19.495.345	20.725.501	84.389.464	332,9%	307,2%
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	5.000.010	5.315.511	24.000.000	380,0%	351,5%
PODER JUDICIÁRIO	295.619.928	314.273.545	86.766.941	-70,6%	-72,4%
TRIBUNAL DE JUSTICA	295.160.518	313.785.147	86.233.931	-70,8%	-72,5%
TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	459.410	488.399	533.010	16,0%	9,1%
PODER LEGISLATIVO	7.273.580	7.732.543	7.519.881	3,4%	-2,8%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	5.440.010	5.783.275	3.448.050	-36,6%	-40,4%
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	1.833.570	1.949.268	4.071.831	122,1%	108,9%
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	10.105.600	10.743.263	5.000.020	-50,5%	-53,5%
MINISTERIO PUBLICO	865.210	919.805	2.322.372	168,4%	152,5%

- Analisando em detalhes as projeções de investimentos através do orçamento direto do Estado, devemos destacar a forte queda das despesas com obras e aquisição de material permanente nas Secretarias de Desenvolvimento Social, de Educação, Cultura, Agricultura, Energia, Transportes, Administração Penitenciária, Desenvolvimento Econômico e Justiça, todas elas com reduções dos investimentos previstos em termos reais para 2015.
- A opção política do governo Alckmin será ampliar investimentos em termos reais nas áreas da Saúde, Segurança Pública, Transporte Metropolitano e Saneamento, neste último caso, diante da necessidade em se enfrentar a grave crise hídrica que atinge, sobretudo, as Regiões Metropolitanas de Campinas e São Paulo.

	LOA 2014	LOA 2014 corrigido (IPCA 6,31%)	PLOA 2015	variação nominal %	variação real %
Companhia Docas de São Sebastião	80.000.000	85.048.000	15.000.000	-81,25%	-82,4%
CODASP - Cia de Desenv. Agric. de SP	2.236.000	2.377.092	1.051.000	-53,00%	-55,8%
CESP - Cia Energética de São Paulo	72.661.000	77.245.909	39.913.000	-45,07%	-48,3%
EMAE - Empr. Metropol. de Águas e Energia	52.833.000	56.166.762	45.000.000	-14,83%	-19,9%
DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A.	101.201.000	107.586.783	86.200.000	-14,82%	-19,9%
AFESP - Agência de Fomento do Estado de SP	368.992.000	392.275.395	361.121.000	-2,13%	-7,9%
CPP - Companhia Paulista de Parcerias	1.000	1.063	1.000	0,00%	-5,9%
COSESP - Cia de Seguros do Est. De SP	1.000	1.063	1.000	0,00%	-5,9%
COMPANHIA PAULISTA DE SECURITIZAÇÃO	1.000	1.063	1.000	0,00%	-5,9%
CDHU - Cia Desenv. Habitacional Urbano ESP	1.512.022.000	1.607.430.588	1.517.246.000	0,35%	-5,6%
SABESP - Cia de Saneamento Básico do ESP	2.622.667.000	2.788.157.288	2.676.010.000	2,03%	-4,0%
METRO - Cia do Metropolitano de SP	3.812.064.560	4.052.605.834	3.955.828.000	3,77%	-2,4%
EMTU - Empr. Metropol. De Transp. Urbano de SP	459.000.000	487.962.900	494.327.110	7,70%	1,3%
PRODESP - Cia de Processamento de Dados SP	77.265.000	82.140.422	90.000.000	16,48%	9,6%
CPOS - Cia Paulista de Obras e Serviços	2.020.000	2.147.462	2.768.000	37,03%	28,9%
IMESP - Imprensa Oficial do Estado S.A.	28.102.000	29.875.236	50.808.000	80,80%	70,1%
TOTAL das Empresas Estatais	9.196.066.560	9.776.338.360	9.335.275.110	1,51%	-4,5%

- Nas empresas estatais, devemos destacar os investimentos previstos a taxas reais menores na SABESP e no EMAE, mesmo diante da grave crise hídrica, assim como a redução, em termos reais, dos recursos para investimentos no Metrô e na CDHU, as principais empresas estatais com uma grande carteira de obras em execução.

INVESTIMENTOS POR FONTE DE RECURSOS	2014	LOA 2014 corrigido (IPCA 6,31%)	2015	variação nominal %	variação real %
TESOURO DO ESTADO	9.250.799.717	9.834.525.179	8.097.072.459	-12,5%	-17,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	9.838.104.514	10.458.888.909	11.712.831.133	19,1%	12,0%
RECURSOS VINCULADOS	2.524.739.068	2.684.050.103	2.856.864.897	13,2%	6,4%
OUTROS RECURSOS ESTADUAIS	728.302.719	774.258.621	317.184.590	-56,4%	-59,0%
RECURSOS FEDERAIS	1.296.814.270	1.378.643.250	1.995.280.929	53,9%	44,7%
OUTRAS FONTES - EMPRESAS	906.638.000	963.846.858	606.738.000	-33,1%	-37,1%
TOTAL	24.545.398.288	26.094.212.920	25.585.972.008	4,2%	-1,9%

- Analisando os investimentos totais por fonte de recursos, a estratégia do governo paulista continua a mesma: ampliar os investimentos financiados por operações de crédito e recursos federais, reduzindo os investimentos financiados pelo Tesouro Estadual e por outros recursos estaduais.

3.b. Despesas por Poderes e Secretarias:

- Quando analisamos o orçamento através dos órgãos administrativos, podemos observar que as Secretarias de Educação (13,89%), Saúde (9,98%), Segurança Pública (9,97%), Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia / Universidades Estaduais e Centro Paula Souza (7,13%), Transportes Metropolitanos (5,28%), Transportes (3,63%) e Administração Penitenciária (2,17%) possuem as maiores fatias do orçamento no Poder Executivo, desconsiderando a pasta da Administração Geral voltada para o pagamento da dívida (8,1%) e para os repasses aos municípios (20,2%). Todas as demais secretarias possuem menos de 1% do orçamento, respectivamente.
- Observando a variação da proposta orçamentária para 2015 em relação a 2014, o Executivo e a Defensoria Pública perderão participação no orçamento geral do Estado. Já Poder Judiciário terá maior espaço no orçamento total. O Legislativo e o Ministério Público manterão suas participações no orçamento de 2015.
- Dentro do Poder Executivo, as secretarias de Segurança Pública, Transportes Metropolitanos, Administração Geral (Pagamento da Dívida) e Administração Penitenciária são as que mais

“ganharão” participação no orçamento público do Estado em 2015. Por outro lado, as secretarias de Educação, Transporte, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Cultura estão entre as que mais “perderão” espaço no orçamento estadual do próximo ano.

PODER / ÓRGÃO	2014	% partic	2.015	% partic
LEGISLATIVO	1.520.635.280	0,80%	1.637.099.091	0,80%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	921.395.268	0,49%	992.389.786	0,48%
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	599.240.012	0,32%	644.709.305	0,32%
JUDICIÁRIO	8.479.408.732	4,48%	9.533.310.438	4,66%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA	8.427.298.492	4,46%	9.477.317.592	4,63%
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR	52.110.240	0,03%	55.992.846	0,03%
MINISTÉRIO PÚBLICO	1.745.585.515	0,92%	1.881.159.046	0,92%
MINISTÉRIO PÚBLICO	1.745.585.515	0,92%	1.881.159.046	0,92%
DEFENSORIA PÚBLICA	690.760.994	0,37%	746.582.848	0,36%
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	690.760.994	0,37%	746.582.848	0,36%
EXECUTIVO	176.665.648.211	93,42%	190.831.124.829	93,26%
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	17.799.918.145	9,41%	20.403.773.844	9,97%
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	9.374.738.202	4,96%	10.809.783.661	5,28%
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - PAGAMENTO DA DÍVIDA	15.270.285.216	8,07%	16.754.689.162	8,19%
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	3.955.287.125	2,09%	4.434.728.734	2,17%
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	1.021.025.746	0,54%	1.256.153.580	0,61%
CASA CIVIL	462.831.573	0,24%	638.312.327	0,31%
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA	1.742.938.934	0,92%	2.003.016.506	0,98%
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	1.713.106.899	0,91%	1.954.731.989	0,96%
SECRETARIA DA SAÚDE	18.823.302.003	9,95%	20.416.432.702	9,98%
ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO - TRANSF. AOS MUNICÍPIOS	38.266.574.293	20,23%	41.452.993.100	20,26%
SECRETARIA DE TURISMO	356.306.129	0,19%	412.112.871	0,20%
SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	205.407.778	0,11%	235.247.118	0,11%
SECRETARIA DE ENERGIA	134.889.642	0,07%	146.834.071	0,07%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000.000	0,01%	10.000.000	0,00%
SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	200.684.373	0,11%	195.629.312	0,10%
SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA	2.010.588.676	1,06%	2.143.373.753	1,05%
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.101.246.801	0,58%	1.134.184.831	0,55%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	942.200.997	0,50%	956.709.235	0,47%
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	1.736.840.772	0,92%	1.806.215.197	0,88%
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.111.330.390	0,59%	1.114.462.628	0,54%
SECRETARIA DA CULTURA	929.170.412	0,49%	898.043.664	0,44%
SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	197.637.700	0,10%	79.765.710	0,04%
SECRETARIA DO DESENV. ECONÔMICO, CIÊNCIA TECNOLOGIA	13.617.244.240	7,20%	14.582.219.741	7,13%
SECRETARIA DA FAZENDA	5.899.621.416	3,12%	6.222.599.832	3,04%
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	163.108.819	0,09%		0,00%
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV. REGIONAL	1.425.519.966	0,75%	1.324.295.815	0,65%
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	7.531.868.366	3,98%	7.426.441.337	3,63%
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	27.031.906.726	14,29%	28.426.489.547	13,89%
TOTAL	189.112.038.732	100,00%	204.629.276.252	100,00%

13000 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
17047 - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS – ITESP
(SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA)

Proposta Orçamentária 2015

A primeira referência para analisar a proposta orçamentária paulista de 2015, enviada pelo governador através do PL nº 1291/14, é sua variação nominal e real a partir da Lei Orçamentária deste ano - Lei nº 15.265/13 -, que ainda se encontra em execução.

A proposta orçamentária total do Estado para 2015 passou pela primeira vez a significativa linha dos 200 bilhões de reais. Para ser exato, a Proposta Orçamentária Anual é de 204,63 bilhões de Reais, com crescimento nominal de 8,2% em relação ao orçamento fixado para 2014 de 189,11 bilhões de reais. Considerando a inflação estimada para o período de 12 meses em torno de 6,3%, (IPCA), a proposta orçamentária paulista apresenta crescimento real de 1,9%.

Como parâmetro para análise das unidades orçamentárias, programas e ações do governo do Estado de São Paulo, afirmamos que qualquer proposta que apresente crescimento inferior a 8,2% estará abaixo da média, perdendo espaço relativo dentro da proposta orçamentária do Estado como um todo. Caso a proposta de crescimento seja abaixo de 6,3% estará também perdendo valor real, pois seu valor não terá acompanhado a estimativa de inflação.

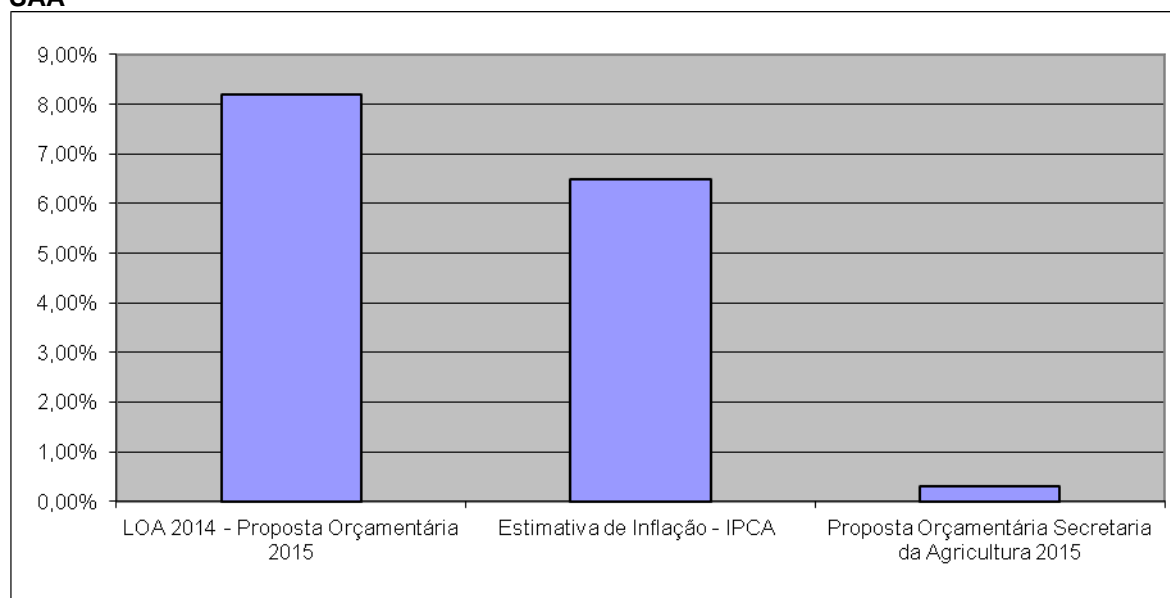
I - Agricultura

13000 - Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo - SAA

O orçamento aprovado para a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) em 2014 foi de pouco mais de 1 bilhão e cem mil reais. Para ser exato, o valor aprovado foi de 1.111.330.390,00 de reais, o que representou algo em torno de 0,59% do orçamento total do Estado.

A proposta orçamentária de 2015 apresenta praticamente o mesmo valor: 1.114.462.628,00 de reais, crescimento de ínfimos 0,3%, muito abaixo da reposição da estimativa de inflação para o período de 6,3% e do crescimento médio da proposta orçamentária total de 8,2%.

Figura 1 – Variação da proposta orçamentária total, inflação e variação da proposta orçamentária da SAA



Em termos relativos, a proposta orçamentária para 2015 da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo representa uma redução de sua importância dentro do orçamento

paulista para algo em torno de 0,54%. Segue, de forma ainda mais abrupta, a tendência dos últimos anos de um orçamento proporcionalmente cada vez menor.

Quadro 1 - Evolução Orçamentária da Secretaria

ano	Orçamento Estadual Bilhões (R\$)	Variação Anual %	Orçamento SAA (R\$) Milhões	Variação Anual %	Participação da SAA no orçamento Estadual
2008	107,56	26,7	779,4	27,6	0,72
2009	118,41	10,1	971,72	24,7	0,82
2010	133,29	12,6	1.017,09	4,7	0,76
2011	144,47	8,4	833,99	-18,0	0,58
2012	154,80	7,15	944,30	13,2	0,61
2013	176,78	14,2	995,61	5,4	0,56
2014	189,11	7,0	1.111,33	11,6	0,59
2015	204,63	8,2	1.114,46	0,3	0,54

Em relação aos itens de despesa da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (Quadro 2), percebe-se uma forte oscilação em relação ao ano passado. Encerrando um ciclo de elevação, o gasto com pessoal e encargos sofre uma redução de 1,3%. Esse dado indica que o governo não prevê repor o salário de seu funcionalismo na área da agricultura, nem tampouco realizar a contratação de novos servidores públicos. O esvaziamento que assola diversos órgãos dessa importante Secretaria tende, portanto, a se agravar, deixando especialmente a Pesquisa e a Defesa Agropecuária em situação de paralisia.

Em relação a Despesas Correntes, item que inclui contratação de serviços, pagamentos de diárias e deslocamento de servidores há, pela primeira vez em vários anos, aumento de 16,9%. Recupera-se, assim, um pouco da capacidade de gasto da SAA com esse item que sofreu importante redução em anos anteriores.

Em relação aos investimentos existe uma importante redução de 18,6%. No ano passado, já ocorrera redução de 30,48%, demonstrando nitidamente que a Secretaria da Agricultura e Abastecimento não pretende gastar com investimentos, pelo menos não na área da Agricultura.

Por fim, há uma redução em relação a Inversões Financeiras de quase 100%. Isto decorre do fato de que no ano passado, na tramitação da Proposta Orçamentária, os Deputados Estaduais conseguiram aprovar uma subemenda que garantiu aporte para esse item de despesa. Neste ano, na proposta orçamentária que veio do governo esse item voltou a ficar novamente esvaziado. Tratou-se, em específico, de aporte de recursos para a CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, responsável pela prestação de serviço de conservação de estradas rurais.

Quadro 2 - Evolução Orçamentária dos Itens de Despesa da SAA – Comparativo 2014 vs. 2015

	LOA 2014 (R\$)	PO 2015 (R\$)	Variação 2014 x 2015
Pessoal e Encargos	830.042.545	819.399.708	-1,3%
Despesas Correntes	197.137.675	230.625.024	16,9%
Investimentos	79.149.170	64.436.896	-18,6%
Inversões Financeiras	5.001.000	1.000	-99,9%
Total	1.111.330.390	1.114.462.628	0,3%

Unidades de Despesa da Secretaria da Agricultura e Abastecimento

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo possui as seguintes unidades de despesa: Administração Superior e Sede, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios – CODEAGRO, Coordenadoria da Defesa Agropecuária – CDA e Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA. A importância de cada uma dessas unidades é bastante diferente dentro do orçamento, como se verá a seguir (Quadro 3).

É importante registrar ainda que a CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – é uma Sociedade de Economia Mista e por isso não é considerada uma Unidade de Despesa da SAA, sendo analisada neste documento em momento posterior.

Quadro 3– Participação das Unidades de Despesa dentro da SAA

	Valores em reais proposta orçamentária 2015	Participação dentro da SAA em porcentagem
Administração Superior e Sede	479.949.990	43,1%
CATI – Assistência Técnica	242.288.448	21,7%
CODEAGRO	11.532.770	1,0%
CDA – Defesa Agropecuária	129.017.033	11,6%
APTA - Pesquisa	251.674.387	22,6%
Total	1.114.462.628	100,0%

O resultado acima já expressa a proposta de distribuição de recursos pra 2015, em que fica clara a disposição do governo paulista para concentrar os recursos na própria sede da Secretaria da Agricultura. Os gastos com Administração Superior e Sede foram os únicos a aumentarem, correspondendo a mais de 43% do total de recursos da Secretaria (Quadro 3). É de se questionar a razão da sede da Secretaria da Agricultura receber a maior parte dos recursos, enquanto os gastos com as unidades finalísticas continuam sendo reduzidos (Quadro 4).

Fica também expressa a vontade de diminuir a importância da CODEAGRO, seguindo com a forte redução orçamentária que há anos vem sendo aplicada e que corresponde hoje a apenas 1,0% do recurso da Secretaria. Nesse órgão estão as Câmaras Setoriais das Cadeias Produtivas do Estado de São Paulo, o Instituto de Cooperativismos e Associativismo – ICA - e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, instituições importantes para a organização e planejamento da produção agrícola.

Quadro 4 – Evolução orçamentária por Unidade de Despesa – Comparativo 2014 vs. 2015

	2014	2015	Varição	Varição %
ADM	439.789.764	479.949.990	40.160.226	9,13
CATI	259.802.114	242.288.448	-17.513.666	-6,74
CODEAGRO	13.166.709	11.532.770	-1.633.939	-12,41
CDA	138.007.791	129.017.033	-8.990.758	-6,51
APTA	260.564.012	251.674.387	-8.889.625	-3,41
SAA Total	1.111.330.390	1.114.462.628	3.132.238	0,3

O dado mais relevante da proposta orçamentária, entretanto, é a deliberada decisão do governo estadual em reduzir a importância dos três principais órgãos da secretaria da agricultura: CATI, APTA e CDA (Quadro 4). A CATI, órgão responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural, fundamental para os pequenos agricultores familiares, teve redução de 6,74%. A APTA, responsável pela pesquisa agropecuária, essencial para a geração de novos conhecimentos e tecnologias, teve diminuição de 3,41%. E a CDA, responsável pela sanidade dos produtos vegetais e animais, teve perda de 6,51%.

Administração Superior e Sede

Como já foi dito, a única unidade de despesa que recebeu previsão de recursos maior do que foi destinado em 2014 foi a Administração Superior e Sede. No quadro abaixo (Quadro 5) fica claro que o aumento ocorreu apenas nos itens Despesas Correntes e Investimentos. Há uma redução em relação a Inversões Financeiras de quase 100%. Isto decorre do fato de que no ano passado, na tramitação da Proposta Orçamentária, os Deputados Estaduais conseguiram aprovar uma subemenda que garantiu aporte para esse item de despesa. Neste ano, na proposta orçamentária que veio do governo esse item voltou a ficar novamente esvaziado. Tratou-se, em específico, de aporte de recursos para a CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, responsável pela prestação de serviço de conservação de estradas rurais.

Quadro 5 – Itens de despesa da Administração Superior e Sede

Unidade	Item de despesa	LOA 2014 (R\$)	PO 2015 (R\$)	Variação (%)
ADM e Sede	Pessoal e Encargos	319.689.683	331.447.450	3,7
	Despesas Correntes	75.548.040	97.700.174	29,3
	Investimentos	39.551.041	50.801.366	28,4
	Inversões financeiras	5.001.000	1.000	-100,0
	Total	439.789.764	479.949.990	9,1

CATI – Coordenadoria da Assistência Técnica Integral

Contrariando qualquer expectativa de investimento para os pequenos agricultores, a CATI recebeu 70,5% a menos na proposta orçamentária de 2015 (Quadro 6). Essa redução, necessariamente, enfraquece esse importante órgão na execução de seus programas e ações.

Os gastos com Pessoal e Encargos também sofrem importante redução. Esse dado indica que o Governo Alckmin não prevê repor o salário dos funcionários da CATI, cujo trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural é fundamental para o desenvolvimento rural paulista, nem tampouco realizar a contratação de novos servidores públicos. O único alento é a recuperação parcial dos recursos para Despesas Correntes.

Quadro 6 – Itens de despesa da Assistência Técnica Integral

Unidade	Item de despesa	LOA 2014 (R\$)	PO 2015 (R\$)	Variação (%)
CATI	Pessoal e Encargos	178.714.493	167.288.265	-6,4
	Despesas Correntes	54.248.444	67.078.183	23,6
	Investimentos	26.839.177	7.922.000	-70,5
	Total	259.802.114	242.288.448	-6,7

CODEAGRO – Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios

A análise da proposta orçamentária da Codeagro registra a disposição do governo em acabar com esse órgão que possui importantes funções (Quadro 7). Nesse órgão estão as Câmaras Setoriais das Cadeias Produtivas do Estado de São Paulo, o Instituto de Cooperativismos e Associativismo – ICA - e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Rural, instituições importantes para a organização e planejamento da produção agrícola.

A redução nos recursos de Despesas Correntes demonstra que não há compromisso em disponibilizar condições de trabalho. A redução com Pessoal e Encargos demonstra ao premeditado esvaziamento que assola o órgão. Na verdade, o orçamento desta Unidade de Despesa já corresponde a valores simbólicos, de aproximadamente 1% do orçamento da SAA.

Quadro 7 - Itens de despesa da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios

Unidade	Item de despesa	LOA 2014 (R\$)	PO 2015 (R\$)	Variação (%)
CODEAGRO	Pessoal e Encargos	5.580.135	5.415.190	-3,0
	Despesas Correntes	7.585.974	6.116.980	-19,4
	Investimentos	600	600	0,0

	Total	13.166.709	11.532.770	-12,4
--	-------	------------	------------	-------

CDA – Coordenadoria de Defesa Agropecuária

A importante Coordenadoria de Defesa Agropecuária, órgão responsável em garantir toda a sanidade da produção animal e vegetal do Estado, da produção à comercialização no varejo, apresentou significativa redução de 6,5% (Quadro 8). A principal redução foi no item Investimentos, demonstrando a falta de compromisso do Governo do Estado para com a estrutura física da CDA. Há também a redução dos gastos em Despesas Correntes e Pessoal e Encargos. Em suma, se projeta para 2015 uma CDA ainda mais debilitada e esvaziada.

Quadro 8 - Itens de despesa da Coordenadoria de Defesa Agropecuária

Unidade	Item de despesa	LOA 2014 (R\$)	PO 2015 (R\$)	Varição (%)
CDA	Pessoal e Encargos	96.720.669	93.983.090	-2,8
	Despesas Correntes	35.287.072	31.983.893	-9,4
	Investimentos	6.000.050	3.050.050	-49,2
	Total	138.007.791	129.017.033	-6,5

APTA – Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

A Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA – engloba diversos Institutos importantes na área da pesquisa como o Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Tecnologia de Alimentos, Instituto de Pesca e Instituto de Zootecnia, além de 15 pólos regionais distribuídos em todo o Estado.

Apesar da importância da pesquisa como fonte de conhecimento e inovação para a agricultura paulista, observa-se uma redução impressionante nos investimentos e uma pequena redução no item Pessoal e Encargos (Quadro 09). Obviamente, a organização de concurso público para suprir a necessidade de contratação de pesquisadores e pessoal de apoio está fora do planejamento orçamentário de 2014.

É conhecida a elevada idade dos pesquisadores das unidades de pesquisa da APTA. Diversos setores de pesquisa podem ser simplesmente fechados, interrompendo a produção de conhecimento em áreas da agricultura em que a atuação do governo estadual foi central durante décadas. A aposentadoria e a falta de investimentos em instalações levam ao contínuo esvaziamento desse órgão.

Quadro 9 - Itens de despesa da Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios

Unidade	Item de despesa	LOA 2014 (R\$)	PO 2015 (R\$)	Varição (%)
APTA	Pessoal e Encargos	229.337.565	221.265.713	-3,5
	Despesas Correntes	24.468.145	27.745.794	13,4
	Investimentos	6.758.302	2.662.880	-60,6
	Total	260.564.012	251.674.387	-3,4

Evolução dos Programas e Ações da SAA

Programa 1301 - Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologias para o Agronegócio

Esse programa tem como objetivo a pesquisa agropecuária, no esforço de gerar novos conhecimentos e tecnologias e disseminá-los para a sociedade paulista, em especial para os agricultores. É o principal programa executado pelas unidades de pesquisa da APTA e conta com redução significativa de 3,43% em um cenário já conhecido de falta de recursos.

Programa 1301	LOA 2014	POA 2015	Varição R\$	Varição %
	259.811.705	250.909.598	- 8.902.107	- 3,43

Dentro desse importante programa, as ações que mais se destacam negativamente são as de conservação e modernização dos seis institutos de pesquisa e das 35 unidades regionais. As ações 1165 – “Modernização das unidades regionais de pesquisa” - e 1380 – “Revitalização dos institutos de Pesquisa” – destinam juntas apenas 4 milhões de reais, 500 mil reais a menos do que no orçamento de 2014 que, para tanto, recebeu emenda elaborada pela Comissão de Atividades Econômicas (Quadro 10). Na proposta originária para 2014 era ainda pior.

Vale lembrar que cada unidade de pesquisa é composta por inúmeros prédios, alguns com mais de cem anos de existência, demandando elevados recursos tanto para preservação do patrimônio histórico como para atualização tecnológica da infraestrutura.

A ação 5925, responsável pelo pagamento do salário dos pesquisadores, teve redução de 3,76%. Esse dado indica que o Governo Alckmin não prevê repor o salário de seu funcionalismo, nem tampouco realizar a contratação de novos servidores públicos. O esvaziamento que assola os diversos órgãos tende, portanto, a se agravar, deixando diversas linhas de pesquisa em situação de paralisia.

Quadro 10 - Programa Geração e Transferência de Conhecimento e Tecnologias para o Agronegócio

Ação	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1165 MODERNIZACAO UNID. REGIONAIS DE PESQUISA	3.500.010	2.000.000	-1.500.010	-42,86
1380 REVITALIZACAO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA	1.000.000	2.000.000	1.000.000	100
4872 ANALISES LABORAT.QUALID.E SEGURANCA ALIMENTAR	2.426.304	2.285.569	-140.735	-5,8
4874 INSUMOS TECNOLOGICOS ESTRATEGICOS	3.413.109	4.416.328	1.003.219	29,39
4891 TRANSFERENCIA CONHECIMENTO PARA O AGRONEGOCIO	2.943.939	2.949.495	5.556	0,19
5925 GERACAO CONHECIMENTO TECNOLOGIAS AGRONEGOCIO	246.528.343	237.258.206	-9.270.137	-3,76

Programa 1307 – Desenvolvimento Local Integrado Sustentável

Este é o principal programa para a assistência técnica e extensão rural e para a promoção da agricultura sustentável, executado através da CATI. Tem como objetivo disseminar informações sobre as oportunidades oferecidas pelos diversos programas governamentais de fomento, difundir dados de mercado para orientar a produção e desenvolver processos educativos para melhor gestão do empreendimento agropecuário das 150 mil unidades da agricultura familiar paulista.

Programa	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1307	258.710.172	241.310.904	-17.399.268	- 6,73

Na ação 4437, Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Sustentável, houve o acréscimo de 2,7%, bem abaixo da inflação estimada de 6,3%. Na verdade, temos uma variação real negativa de 3,60% . É nessa ação que estão os recursos para Folha de Pagamento dos extensionistas da CATI, indicando que o governo não prevê repor o salário de seu funcionalismo na área da agricultura, nem tampouco realizar a contratação de novos servidores públicos (Quadro 10).

O valor destinado a outras ações também é passível de questionamento. A ação 4435, “Abastecimento de Semente e Mudas no Estado de São Paulo”, tem na proposta orçamentária reduzida em mais de dois milhões de reais, variação nominal negativa de 16,54%. O fornecimento de sementes e mudas consiste em uma importante ação de apoio aos agricultores, que além de economizar nos custos de produção, podem escolher variedades mais adequadas às suas necessidades, sem depender do que os vendedores de insumos querem vender. Além de precisar de mais recursos orçamentários para esta ação, é necessário fortalecê-la, diversificando e incorporando o fornecimento de sementes orgânicas, com vistas a

uma transição agroecológica, conforme preconizado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Mais grave ainda, é a não destinação de recursos para a Ação 2471, “Práticas de manejo de solo”, voltada para a recuperação de áreas a fim de mitigar a emissão de gás carbônico. Essa ação de cunho produtivo e ambiental foi simplesmente abandonada, merecendo críticas e correção. No ano passado, os Deputados Estaduais da Comissão de Atividades Econômicas articularam emenda, e necessitarão novamente o mesmo esforço.

Por último, vale a pena destacar a redução de valores na Ação 2286, Microbacias II, em 4% Demonstrando que em sua segunda edição tem alcançado resultados bem inferiores às expectativas, atingindo um número de agricultores bem inferior à meta estipulada.

Quadro 11 - Programa 1307 – Desenvolvimento local Integrado Sustentável

Ação	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
2286 MICROBACIAS II-ACESSO MERC. AGRIC.FAMILIARES	55.000.000	52.800.000	-2.200.000	-4,00
2471 PRÁTICAS DE MANEJO DE SOLO SUSTENTÁVEIS PARA MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO	2.500.010	10	-2.500.000	-100,00
4435 ABASTECIMENTO DE SEMENTES E MUDAS EST.S.PAULO	12.500.000	10.431.990	-2.068.010	-16,54
4437 ASSISTENCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	75.012.385	77.035.751	2.023.366	2,70
4713 GESTAO PUBLICA EM DESENVOLVIMENTO RURAL	113.697.777	101.043.153	-12.654.624	-11,13

Programa 1309 – Geração de Emprego e Renda no Agronegócio Paulista

Este importante programa teve acréscimo de apenas 3,51%, redução de 2,79%, descontada a inflação estimada para o período (variação real negativa). É neste programa em que estão as ações de crédito e de seguro, bem como os convênios de repasse para as prefeituras desenvolverem políticas de apoio aos agricultores.

Programa	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1309	52.681.481	54.531.893	1.850.412	3,51

A redução da ação 1327 “Subvenção Prêmio Seguro Agronegócio Paulista”, diminuída em 87,45% (mais de 24 milhões de Reais), aponta para o fracasso da política de crédito desenvolvida pelo governo paulista. Mesmo o acréscimo de 16 milhões em outra ação similar (1407 – Crédito para expansão no agronegócio paulista) não impede que se conclua que há gradativa redução de recursos, ano após ano, no programa como um todo.

Há que se questionar se a redução está vinculada à baixa execução, que poderia, por sua vez, estar relacionada à inadequação dos parâmetros que estão organizadas as linhas de crédito do FEAP ou se está relacionada à falta de profissionais no apoio à elaboração de projetos, por decorrência do enfraquecimento da CATI. Seguramente, existe enorme demanda de crédito para os 150 mil agricultores paulistas.

Cabe ressaltar a manutenção na proposta orçamentária de 2015 dos mesmos recursos da ação 4770 – “Integração dos Municípios ao Sistema Integrado de Agricultura e Abastecimento”, (variação real negativa de 6,3%). Essa ação, que permite repassar recursos às prefeituras, perde gradativamente importância, demonstrando que está em curso o abandono da política de municipalização da CATI, sem que esta receba recursos para voltar a ter importância que já teve em décadas passadas. Esse repasse, que já representou importante suporte do Estado aos municípios rurais de São Paulo, está cada vez mais distante da necessidade das secretarias de agricultura municipais.

Por último, cabe criticar a existência da ação “Poupa Tempo do produtor”, que busca terceirizar os serviços de orientação que poderiam e deveriam ser realizados por profissionais da Secretaria da Agricultura e que estão sendo repassados a terceiros. Esses recursos seguramente seriam mais bem aproveitados se destinados a ações da CATI ou do ICA.

Quadro 12 – Programa 1309 – Geração de Emprego e Renda no Agronegócio Paulista

Ação	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1327 SUBVENCAO AOS PRODUTORES RURAIS -FEAP/BANAGRO	27.875.171	3.499.646	-24.375.525	-87,45
1334 SUBVENCAO PREMIO SEGURO AGRONEGOCIO PAULISTA	8.000.000	19.600.000	11.600.000	145,00
1407 CREDITO PARA EXPANSAO NO AGRONEGOCIO PAULISTA	3.897.729	20.071.714	16.173.985	414,96
4453 ASSESSORIA CRIACAO ASSOCIACOES E COOPERATIVAS	2.086.606	1.863.642	-222.964	-10,69
4770 INTEGRACAO MUNIC.SIST. AGRIC.ABASTECIMENTO	5.859.975	5.859.975	0	0
48760 POUPATEMPO DO PRODUTOR	4.962.000	3.636.916	-1.325.084	-26,7

Programa 1310 - Modernização e Gestão de Qualidade das Agropolíticas públicas

Esse programa concentra os recursos para pagamento de pessoal da Administração Superior e Sede da Secretaria da Agricultura. Percebe-se que esse recurso, que majoritariamente não chega diretamente aos agricultores de São Paulo, recebeu um significativo acréscimo de mais de 6,04%.

Programa	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1310	343.742.794	364.489.526	20.746.732	6,04

A ação desse programa que poderia atingir importante setor dos agricultores – Ação 5767 “Capacitação de Agentes do Agronegócio Paulista” – manteve seu reduzido valor na proposta orçamentária para 2015 (variação real negativa de 6,3%).

Quadro 13 - Programa 1310 - Modernização e Gestão de Qualidade das Agropolíticas públicas

Ação	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
4455 GESTAO POLITICAS PUBLICAS DOS AGRONEGOCIOS	343.001.848	363.748.580	20.746.732	6,05
5767 CAPACITACAO AGENTES DO AGRONEGOCIO PAULISTA	740.946	740.946	0	0

Programa 1311 – Defesa Sanitária do Agronegócio para Proteção da Saúde do Homem e do Meio Ambiente

Este programa concentra os recursos para as ações de Defesa executadas pela CDA e que visam garantir a sanidade do alimento consumido, bem com proteger a produtividade da agricultura paulista.

Programa 1311	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
	134.107.791	127.067.033	-7.040.758	-5,25

Assim como em 2014, as ações deste importante programa apresentam recursos abaixo da necessidade, com forte redução de 5,25 (variação nominal negativa). Vislumbra-se, com essa postura do governo estadual, que o serviço de defesa vegetal e animal continuará sua trajetória declinante, rumo a paralisia de atividades, aumentando o risco sanitário em todo o Estado.

A ação 1412 destinada a recuperar a infraestrutura das unidades da Defesa Agropecuária sofreu o significativo corte de 63,82% (Quadro 14). Fato que necessariamente comprometerá a qualidade dos serviços prestados.

As duas ações que arcam com pagamento de salários dos técnicos da defesa tiveram redução. Esse dado indica que o Governo do Estado não prevê repor o salário de seu funcionalismo nessa área, nem tampouco realizar a contratação de novos servidores públicos. O esvaziamento que assola diversos órgãos tende, portanto, a se agravar, deixando especialmente a Defesa Agropecuária em situação de paralisia.

Quadro 14 - Programa 1311 – Defesa Sanitária do Agronegócio para Proteção da Saúde do Homem e do Meio Ambiente

Ação	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1412 INFRAESTRUTURA UNIDADES DA DEF. AGROPECUARIA	8.000.000	2.894.531	-5.105.469	-63,82
4388 GESTAO DA DEFESA AGROPECUARIA	12.287.052	13.098.596	811.544	6,6
4457 VIGILANCIA SANITARIA VEGETAL	48.492.792	48.430.503	-62.289	-0,13
4458 VIGILANCIA SANITARIA ANIMAL	65.327.947	62.643.403	-2.684.544	-4,11

Programa 1313 – Risco Sanitário Zero

Programa com ações complementares ao trabalho da defesa. Recebeu ínfimos 590 reais a mais do que no ano passado.

Programa 1313	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
	1.210	1.800	590	48,76

O programa como um todo está em vistas de desaparecer.

Quadro 15 - Programa 1313 – Risco Sanitário Zero

Ação	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1288 SISTEMA QUALID.PRODUTOS SELO	1.200	1.800	600	50,00

"PRODUTO DE SP"				
2061 EDUCACAO SANITARIA PARA PRODUTORES RURAIS	10	0	-10	-100,00

Programa 1314 – Infraestrutura e Logística para o Agronegócio

Este é o programa que concentra as ações voltadas à conservação de estradas rurais e construção de pontes. Apresentou um significativo acréscimo de 20 milhões de reais na proposta orçamentária de 2015. Faltam ainda 25 milhões para voltar ao patamar de 2013, sem levar em conta a inflação do período.

Programa	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1314	45.000.000	65.000.000	20.000.000	44,44

O valor apresentado para o famoso programa “Melhor Caminho” representa uma fração muito pequena da demanda estimada. Essa desproporção entre a demanda real e a oferta do governo paulista demonstra a falta de comprometimento em relação a investimentos para o desenvolvimento rural.

Em relação à ação 1410 – “Pontes Metálicas”, o governo continua oferecendo apenas 5 milhões, correspondendo à meta de uma ponte metálica. Sabe-se, que mesmo ínfima, essa meta não é atendida há anos.

Quadro 16 - Programa 1314 – Infraestrutura e Logística para o Agronegócio

Ação	2014 Orçado	2015 Orçado	Variação R\$	Variação %
1195 MELHOR CAMINHO	40.000.000	60.000.000	20.000.000	50,00
1410 PONTES METALICAS	5.000.000	5.000.000	0	0

Considerações Finais

Deve-se criticar o fato de que inúmeras ações são voltadas para públicos vagos, através do termo genérico “agronegócio”. É importante que o governo estadual passe a discriminar quais são os recursos que são voltados para Agricultura Familiar e quais são os recursos voltados para os chamados médios e grandes produtores, a típica agricultura patronal. A organização de políticas públicas destinadas exclusivamente para a Agricultura Familiar permitiria uma melhor integração com outros programas do Governo Federal, bem como de organismos internacionais.

Por fim, deve-se criticar o tratamento disforme que as ações e programas da Secretaria da Agricultura receberam nessa proposta orçamentária. Não há razão de aumentar gastos com despesas correntes e diminuir os gastos com investimentos e pessoal. Caso a proposta orçamentária realmente contemplasse um plano de desenvolvimento estratégico, deveria ser visível o fortalecimento das ações e programas de todos os grupos de despesa. Na proposta de 2015 é flagrante a falta de coordenação entre a elevação dos gastos com algumas ações e redução com outras.

CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo

Por se tratar de uma Sociedade de Economia, órgão da administração indireta do Governo de São Paulo, a CODASP possui completa autonomia orçamentária. A quase totalidade de seus recursos é oriunda da venda de serviços, especialmente voltados para a abertura e conservação de estradas e pontes em estradas rurais sem pavimentação asfáltica.

Entretanto, por ser contratada pelo próprio governo paulista para execução do programa “Melhor Caminho”, a CODASP pode e deve receber recursos em seu próprio orçamento a fim de fortalecer sua já importante atuação no desenvolvimento da estrutura viária de São Paulo.

Infelizmente, não é o que ocorre. Este ano, a proposta orçamentária prevê para a CODASP pouco mais de um milhão de reais, 85,% a menos do que o ano passado. Percebe-se que o governo paulista pretende que a CODASP seja apenas uma vendedora de serviços, sem receber recursos para melhoria de equipamentos e pessoal.

CODASP	LOA 2014	POA 2015	Varição R\$	Varição %
	7.236.000	1.051.000	-6.185.000	-85,5

II - ITESP

17047 - Fundação Instituto de Terras – ITESP (Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania)

A Fundação ITESP é o órgão responsável pela Política Agrária e Fundiária do Governo do Estado de São Paulo. Entre suas diversas áreas de atuação, estão a regularização de terra de posseiros, a identificação e demarcação de terras das comunidades remanescentes de quilombos, a criação de assentamentos de reforma agrária nas terras públicas estaduais e a promoção do desenvolvimento sustentável das famílias assentadas. Por atuar na resolução de conflitos fundiários e pela interface com processos que redundam na garantia de direitos historicamente negligenciados, a Fundação ITESP ficou historicamente vinculada à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, ao mesmo tempo em que integra a relação de órgãos estaduais que trabalham para o desenvolvimento da agricultura paulista.

A proposta orçamentária da Fundação ITESP para 2015 apresenta forte crescimento, com expressivo aumento de 47,2%. Entretanto, a análise abaixo permite evidenciar que a maior parte desse crescimento é decorrente de recursos vinculados federais. Mais do que um processo de valorização da Fundação ITESP pelo governo paulista, conclui-se que as parcerias com importantes órgãos da administração federais como Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estão permitindo o fortalecimento orçamentário da Fundação ITESP.

Existe, na proposta orçamentária de 2015 da Fundação ITESP, importante aumento o item Pessoal e Encargos, de 12,1%. Os gastos com Despesas Correntes, por sua vez, sobem 7,9%, indicando pequena recuperação desse item com variação positiva real de 1,6%.

Entretanto, a grande novidade é a volta de importantes recursos no item investimento: 25.931.490 (vinte e cinco milhões, novecentos e trinta e hum mil, quatrocentos e noventa reais). É importante destacar que 100% desse recurso tem como fonte recursos federais (Quadro 17).

Vale a pena destacar que a proposta orçamentária de 2015, mesmo com a elevação prevista, não permite atender a necessidade de recuperar os salários dos funcionários que, para voltarem aos padrões de 2001, precisam mais de 30% de reposição.

Quadro 17 – Evolução Orçamentária por tipo de despesa

	LOA 2014 (R\$)	POA 2015 (R\$)	Varição	Varição em (%)
Pessoal e Encargos	39.443.647	44.197.166	4.753.519	12,1
Despesas Correntes	30.586.481	32.989.558	2.403.077	7,9
Investimentos	800	25.931.490	25.930.690	3241336,3
Total	70.030.928	103.118.214	33.087.286	47,2

Todas as ações executadas pela Fundação ITESP se concentram em um único programa: Política Agrária e Fundiária – Programa 1731.

Programa	LOA 2014	POA 2015	Varição R\$	Varição %
1731	70.030.928	103.118.214	33.087.286	47,2

A proposta orçamentária de 2015 para a Fundação ITESP apresenta redução apenas na Ação 4939 – “Administração e Manutenção da Fundação ITESP” (Quadro 18). A redução, de 3,41%, variação negativa real de 9,15% é preocupante, pois a Fundação ITESP possui mais de 20 escritórios pelo Interior de São Paulo voltados para atender principalmente os assentados e quilombolas paulistas. Possui também antigo prédio no Centro de São Paulo, objeto de reformas e adequações prediais ainda não completamente concluídas.

A ação 1044 – “Infraestrutura Agrária”, única ação destinada diretamente para infraestrutura dos assentamentos, recebeu recursos fruto de parceria com INCRA. Nos anos anteriores essa ação não recebeu nenhum recurso.

Já as ações destinadas diretamente ao desenvolvimento dos assentados e quilombolas, Ações 4963 – “Produção e Renda de Assentamentos e Quilombos” e Ação 5910 – “Formação e Capacitação dos Beneficiários e Técnicos ITESP”, voltaram a receber algum recurso do governo estadual. Mas o aporte de 3 milhões de reais do Governo Federal é sem dúvida a principal fonte de aumento orçamentário.

Da mesma forma, os escassos recursos estaduais previstos para ações voltadas para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, pouco mais de 15 mil reais, passaram a receber o importante reforço de 570 mil reais.

Isto posto, frente ao aumento de recursos orçamentários da Fundação ITESP, especialmente decorrente de aportes de órgãos federais, faz-se necessário acompanhar e fiscalizar a execução das ações da Fundação ITESP. Esse trabalho de monitoramento deve ser feito em parceria com movimentos sociais e representações dos agricultores, atores fundamentais na questão agrária paulista.

Quadro 18 – Programa 1731 - Ações da Fundação ITESP

Ação	LOA 2014	POA 2015	Variação R\$	Variação %
1044 INFRAESTRUTURA AGRÁRIA	0	5.000.000		
4939 ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DA FUNDACAO ITESP	22.051.153	21.298.689	-752.464	-3,41
4959 REGULARIZACAO FUNDIARIA-PROGRAMA MINHA TERRA	2.176.361	2.796.824	128,51	114,95
4960 ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL ESPECIAL	45.075.890	66.031.113	20.955.223	46,49
4963 PRODUCAO RENDA ASSENT.QUILOMBOS DEMAIS BENEF.	1.238.078	4.000.000	2.761.922	223,08
5909 RECONHECIMENTO DE TERRITORIOS QUILOMBOLAS	15.516	585.516	570.000	3.673,63
5910 FORMACAO CAPAC.BENEFICIARIOS E TECNICOS ITESP	273.130	1.229.711	956.581	350,23

12000 – SECRETARIA DA CULTURA

O Governo tucano vem afirmando que a formação das pessoas não se esgota nos bancos escolares ou na academia, mas sim, através de um processo permanente, que se enriquece com o acesso à cultura. No entanto, é exatamente na escola onde falta espaço para a cultura e cuja política educacional tem descartado os valores das práticas culturais para a formação integral do indivíduo.

O orçamento para 2015 no valor de **R\$ 898.043.664,00** ainda reflete a baixa dotação destinada à Cultura, já que R\$ 205.167.945.000,00 pertencem a Fundação Padre Anchieta (Rádio e TV). Isto porque, para um orçamento do governo estimado em R\$ 189 bilhões, **a dotação da Cultura é de 0,47%** (não atingindo 1% desse orçamento). Na verdade, aumentou-se R\$ 3 milhões em relação a 2014.

Os programas e as ações se concentram nos grandes municípios da região metropolitana da capital, com projetos de maior visibilidade para o governo, como o Complexo Cultural da Luz – Teatro da Dança, enquanto a maioria dos municípios não consegue desenvolver atividades culturais para a sua população e muito menos para preservar a sua memória.

Como exemplo, o apoio cultural aos municípios foi excluído do PPA de 2008 e sepultado definitivamente na administração Serra. No entanto, para superar essa crítica latente, o governo criou a ação “Atividade Cultural em parceria com Municípios e Entidades”, para atender 125 municípios, com o valor programado de R\$ 12.640.030,00.

Nesse sentido, o Governo do Estado não oferece o mínimo suporte financeiro para o desenvolvimento cultural nos municípios. O governo Alckmin já havia recusado a aprovação do Fundo Estadual da Cultura, de iniciativa do Deputado Vicente Cândido do PT e assinado por 67 Deputados da Assembléia Legislativa. Naquela oportunidade, o governador enviou um Projeto de Lei em substituição ao Projeto do Fundo, denominado PAC - Programa de Ação Cultural, que se transformou na Lei 12.268 de 2006.

Com o PAC ficou comprovada a intenção do Governo do Estado em eliminar qualquer apoio financeiro aos municípios, boicotando a aprovação de um Fundo Estadual para a Cultura, que representava o início de uma política para o desenvolvimento cultural no Estado de São Paulo.

Enquanto o Projeto de Lei que criava o Fundo Estadual da Cultura previa uma dotação acima de R\$ 140 milhões, o PROAC apresenta para o orçamento de 2015 uma dotação de apenas R\$ 35 milhões. O Governo está diminuindo nominalmente o orçamento da Cultura, uma vez que o aumento do orçamento geral superou o índice inflacionário.

Na análise do orçamento por programas, constatamos a ausência de um processo de democratização na proliferação espacial de equipamentos culturais, transferindo a responsabilidade das ações culturais e os acervos culturais do Estado (projeto do governador aprovado recentemente pela Assembléia) para os municípios, que por sua vez, estão excluídos do apoio financeiro da Secretaria da Cultura.

Isso, sem perder de vista, a ausência de fomento ao sistema de produção cultural, na medida em que a produção artística é um importante segmento produtivo no Estado de São Paulo, responsável pela geração de renda e empregos.

O cenário atual continua manifestando a ausência da Secretaria da Cultura, sobretudo no Interior do Estado, no que se refere à comunicação com os diversos atores sociais, ao descaso para com as tradições e à dinâmica da cultura paulista, além da ausência de programas culturais inseridos nos planos pedagógicos das escolas da rede estadual de ensino.

Outra questão é o fato das leis de incentivo à cultura restringirem a participação dos pequenos produtores culturais e do cidadão comum. Quando o Estado assume o fracasso da qualidade de ensino nas escolas públicas e promove ações isoladas para atender os jovens em situação de risco através da cultura, perde a grande oportunidade de investir na formação integral de crianças e adolescentes, através da formação de corais, grupos de teatro, fanfarras e orquestras de cordas. Em decorrência, esses programas continuam sinalizando para a criação de organizações sociais contratadas pelo Estado, para gerenciar equipamentos e prestar serviço público em forma de terceirização. É importante destacar algumas ações como: Centro de Estudos Musicais Tom Jobim – Conservatório de Tatuí – Projeto Guri – Oficinas Culturais – São Paulo Companhia de Dança e Fábricas de Cultura que se encontram nas mãos das Organizações Sociais.

Para uma melhor ilustração do contexto e contribuir com informações para a elaboração das emendas, apresentamos algumas ações da proposta orçamentária para 2014.

Programa 1201 – Difusão Cultural: R\$ 168.406.311,00 (variação real de 5,40%)

Ação 5706 – Atividade Cultural em Parceria com Municípios e Entidades

Apoio financeiro / operacional para atividades desenvolvidas, incentivando a produção cultural e a descoberta de novos talentos. *A ação apresenta a dotação de R\$ 12.640.030,00 para 2015, com a meta de 125 municípios atendidos. Para se ter uma idéia, essa ação em 2014 teve a dotação de R\$ 5.546.410,00 para os mesmos 125 municípios.* Após inúmeras críticas, o governo resolveu melhorar esse orçamento. Ainda assim, é irrisório o atendimento aos municípios.

Ação 5710 – Campanha vá (ao Cinema) e ao Teatro

Essa ação trata da difusão da produção de cinema nacional através da distribuição gratuita de ingressos para sessões abertas também para o público pagante ou fechadas exclusivamente para alunos e promoção do acesso aos espetáculos teatrais oferecendo ingressos com desconto para peças de teatro para o público, bem como subsídios complementares para os produtores dos espetáculos.

A proposta orçamentária de 2013 projetou o valor de R\$ 749.000,00 com a meta de 50.000 ingressos disponibilizados, apenas para o teatro. No orçamento anterior essa ação disponibilizava 2.500.000 ingressos para o cinema e o teatro. *Para 2014 o orçamento excluiu essa ação*, o mesmo ocorrendo na proposta orçamentária de 2015.

Ação 4736 – Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo

Trata-se do gerenciamento e execução das atividades e serviços a serem desenvolvidos no Complexo Cultural Julio Prestes Sala São Paulo, bem como da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. *A proposta orçamentária de 2014 projetou a dotação de R\$ 43.400.000,00 para a meta de 128 concertos realizados.* Para 2015 manteve-se o mesmo valor de R\$ 43.400.000,00 e aumentando-se a meta de 136 concertos. Houve uma variação real de menos (-)5,94%. Há necessidade de aumentar o número de concertos.

Ação 5709 – Circulação Cultural

Desenvolvimento de programas de difusão da Secretaria da Cultura em parceria com as organizações sociais. Programação e controle das atividades através da supervisão, administração e

estabelecimento de calendários de atividades. A *proposta orçamentária de 2014* teve a dotação de R\$ 76.235.173,00 para realizar 23 projetos. Para **2015** o valor é de **R\$ 78.248.820,00** para a realização de **23 projetos**. Houve uma variação real de menos (-) 5,92%. É preciso aumentar o número de projetos.

Ação 5958 – Companhia de Dança do Estado de São Paulo

Produção de espetáculos e apresentações de dança no Brasil e no exterior; desenvolvimento de programas educativos e de formação, capacitação, treinamento e aprimoramento de profissionais de dança; programas e ações de incentivo à formação de platéias; apoio e realização de cursos, exposições, estudos, pesquisas e conferências; difusão de repertório da dança brasileira e internacional. A *proposta orçamentária de 2014* projetou a dotação de R\$ 14.500.000,00 para a realização de 30 apresentações. Para **2015** o valor é de **R\$14.918.791,00** para **103** apresentações. Houve uma variação real de menos (-) 3,22%.

Programa – 1203 - Formação Cultural: R\$ 108.514.973,00
(variação real de menos (-) 9,13%)

Ação 5469 – Oficinas Culturais

Realização de oficinas culturais e projetos voltados para a promoção de formação e difusão cultural nas diversas linguagens artísticas. A *proposta orçamentária projetou em 2014* a dotação de R\$ 21.573.772,00 para atender um público de 36.100 pessoas. Para **2015** o valor é de **R\$ 21.587.973,00** para um público atendido de **70.000 pessoas**. Praticamente dobrou o número de atendimentos com o mesmo valor. Houve uma variação real de menos (-) 20,91%.

Ação 5976 – São Paulo Escola de Teatro

Realização de cursos voltados para formação do teatro, nas diversas áreas da prática e criação teatral.

A *proposta orçamentária de 2014* apresentou a dotação de R\$ 10.450.000,00 para atender 383 alunos matriculados. Para 2015 o valor é de R\$ 10.485.967,00 para a meta de 1.400 alunos matriculados. O valor corresponde quase que o mesmo de 2014, enquanto a meta quase que quadruplicou. Houve uma variação real de menos (-) 26,94%.

Neste Programa, algumas ações previstas no PPA não aparecem no Projeto de Lei Orçamentária, que podem ser objeto de emendas:

Ação: **Projeto de incentivo para bandas e fanfarras** (O PPA projeta o atendimento de 120 municípios e entidades nos 4 anos);

Ação: **Festival Paulista de Circo** (O PPA projeta o atendimento de um público de 140.000 pessoas nos 4 anos);

Ação: **Festival da Mantiqueira** (O PPA projeta o atendimento de 52.000 pessoas para os 4 anos);

Ação: **Prêmio Governador do Estado** (O PPA projeta 8.000 indicações para os 4 anos);

Ação: **Projeto de Incentivo à criação de salas de exibição cinematográfica** (O PPA projeta o atendimento de 240 municípios e entidades nos 4 anos);

Ação: **Revelando São Paulo** (O PPA projeta a inscrição de 645 municípios nos 4 anos);

Ação: **Virada Cultural** (O PPA projeta a participação de 88 municípios nos 4 anos).

Programa 1218 - Fomento Cultural e Economia Criativa: R\$ 35.000.000,00 (variação real de menos (-) 3,17%)

Ação 1986 – PROAC – Programa de Ação Cultural

Apoio a projetos culturais, por meio de concursos específicos em diversos segmentos como artes visuais, cinema, circo, culturas tradicionais, dança, literatura, música, teatro etc., com premiação em dinheiro, de acordo com a Lei 12.268, de 10 de fevereiro de 2006. Apesar de o projeto que criava o Fundo

Estadual de Cultura destinar R\$ 140 milhões para a Cultura, o PROAC teve na proposta orçamentária de 2014 a dotação de R\$ 30.000.000,00 para a concessão de 420 prêmios. Em 2015 o valor é de R\$ 35.000.000,00 para a concessão de 420 prêmios. Esse valor está longe de atender às necessidades dos produtores culturais. Aumentou o valor em R\$ 5 milhões e manteve a meta em 420 prêmios. Houve uma variação real de menos (-) 3,17%.

Neste Programa, algumas ações previstas no PPA não aparecem no Projeto de Lei Orçamentária, que podem ser objeto de emendas:

Ação: **Programa São Paulo de Apoio a Companhias Artísticas e Grupos Culturais** (O PPA projeta o atendimento de 200 municípios nos 4 anos).

Ação: **Formação de distritos criativos** (Clusters) (O PPA projeta a criação de 6 distritos nos 4 anos);

Ação: **Mapa da criatividade do Estado de São Paulo e criação do Fórum Paulista de Economia Criativa** (O PPA projeta a elaboração de 4 mapas);

Ação: **Parcerias Culturais** (O PPA projeta a execução de 20 projetos nos 4 anos);

Ação: **Qualificação de criativos** (O PPA projeta a qualificação de 400 indivíduos nos 4 anos)

Programa 1219 – Sistema Paulista de Música: R\$ 137.334.997,00 (variação real de menos (-) 7,59%)

Ação 4779 – Projeto Guri

Implantação e manutenção de pólos para promover com excelência a educação musical e a prática coletiva de música. A proposta orçamentária de 2014 projetou o valor de R\$ 84.063.144,00 com a meta de 73.746 alunos matriculados. Para 2015 o valor é de R\$ 86.893.172,00 para 60.000 alunos matriculados. Aumentou-se R\$ 2 milhões no orçamento, diminuindo a mesma meta de alunos matriculados. Essa meta atende 380 municípios. Com um terço desse valor, a música e o canto orfeônico poderiam ser introduzidos no currículo de todas as escolas públicas estaduais, atendendo mais de 5 milhões de alunos. Houve uma variação real de menos (-) 10,76%.

Ação 5691 – Tom Jobim Escola de Música do Estado de São Paulo

Desenvolvimento de atividades de formação e difusão musical. A proposta orçamentária de 2014 projetou a dotação de R\$ 21.255.300,00 para atender a meta de 1.600 alunos matriculados. Para 2015 o valor é de R\$ 21.964.857,00 para a meta de 2.150 alunos matriculados. Em relação a 2014 aumentou-se a meta com mais 550 alunos matriculados. Houve uma variação real de menos (-) 2,80%.

Ação 5692 – Conservatórios

Desenvolvimento das atividades de formação musical de excelência e de difusão artística (apresentação de alunos). A proposta orçamentária de 2014 projetou o valor de R\$ 24.296.000,00 para atender 2.500 alunos matriculados. Para 2015 o valor é de R\$ 25.476.968,00 para a meta de 2.800 alunos matriculados. Houve uma variação real de menos (-) 1,36%.

Programa 1216 – Bibliotecas e Leitura: R\$ 14.560.252,00 (variação real de menos (-) 31,60%)

Ação 6099 – Biblioteca São Paulo e Programa de Leitura do Estado

Gestão do programa de leitura do Estado e administração da Biblioteca de São Paulo, Biblioteca Parque Belém e demais bibliotecas da Secretaria da Cultura. A proposta orçamentária de 2014 projetou o valor de R\$ 9.045.548,00 para atender um público de 331.086 pessoas. Para 2015 o valor é de R\$ 14.083.752,00 com a meta de 355.917 de público atendido. Houve uma variação real de menos (-) 2,20%.

Ação 5979 – Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas

Apoio à atualização de acervos, promoção de novos serviços aos usuários, investimento na qualificação dos profissionais, auxílio à informatização e desenvolvimento de projetos de itinerância de

bibliotecas para que sejam equipamentos atuantes e vivos, com infraestrutura adequada e profissionais atualizados, possibilitando a promoção da leitura entre todos os tipos de usuários: crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. *Essa ação projetou em 2014 o valor de R\$ 6.476.500,00 para atender um público de 331.086 pessoas. Para 2015 o valor é de R\$ 476.500,00 para o atendimento de 530 bibliotecas. Reduziu-se drasticamente o orçamento e se alterou a meta de público para bibliotecas atendidas. Houve uma variação real de menos (-) 93,08%.*

Neste Programa, algumas ações previstas no PPA não aparecem no Projeto de Lei Orçamentária, que podem ser objeto de emendas:

Ação: **Pólos de Bibliotecas de São Paulo no Interior** (O PPA projeta 5 bibliotecas instaladas nos 4 anos);

Ação: **Viagem Literária** (O PPA projeta o atendimento de 602 municípios nos 4 anos);

Ação: **Implantação e modernização das bibliotecas públicas** (O PPA projeta o atendimento de 250 bibliotecas nos 4 anos);

Ação: **Prêmio São Paulo de Literatura** (O PPA projeta a inscrição de 945 livros nos 4 anos);

Ação: **Salas de Leitura nas Unidades Prisionais** (O PPA projeta a instalação de 512 salas de leitura nos 4 anos).

Programa 1214 – Museus: R\$ 149.475.376,00 (variação real de menos (-) 6,89%)

Ação 5732 – Gestão de Museus (Museus Temáticos e Tecnológicos)

Conservação e manutenção das edificações, pesquisa, organização e ampliação do acervo, atualização tecnológica, programação expositiva e de difusão cultural do Museu da Língua Portuguesa, Museu de Futebol, Museu Casa Guilherme de Almeida, Museu Catavento, Museu da Imagem e do Som e Paço das Artes., Pinacoteca, Museu do Café, Museu da Imigração (Memorial do Imigrante), Museu da Casa Brasileira, Museu da História do Estado de São Paulo, Museu da Casa Portinari, Museu Índia Vanuire, , Museu do Café e Museu de Esculturas Felícia Leirner. Essa ação mudou de denominação. A proposta orçamentária de 2014 apresentou a dotação de R\$ 122.006.614,00 com a meta de atendimento de 2.400.966 pessoas. Para 2015 o valor é de R\$ 123.889.376,00 para um público atendido de 2.521.015 pessoas. Houve uma variação real de menos (-) 4,48%.

Ação 5734 – Museus Históricos – Capital e Interior

Conservação e manutenção das edificações, pesquisa, organização e ampliação de acervos, realização de programação expositiva e difusão cultural do Museu do Café, Museu da Imigração (Memorial do Imigrante), Museu da Casa Brasileira, Museu da História do Estado de São Paulo, Museu da Casa Portinari, Museu Índia Vanuire, , Museu do Café e Museu de Esculturas Felícia Leirner. *Essa ação passou a integrar a “Gestão de Museus”, sem valor específico.*

Ação 5736 – Pinacoteca e Museus de Arte

Conservação e manutenção das edificações, pesquisa, organização e ampliação de acervo artístico e cultural, realização de programação expositiva e difusão cultural da Pinacoteca, Estação Pinacoteca, Memorial da Resistência, Museu de Arte Sacra e Museu Afro Brasil. *No orçamento de 2014 a Pinacoteca passou a integrar a ação “Gestão de Museus”, sem valor específico.*

Ação 2452 - Municipalização de Museus

Não aparece no orçamento.

Ação 5735 – Sistema Estadual de Museus

Projeta a dotação de R\$ 10,00. Portanto, não atenderá a nenhum museu.

Ação 2026 – Implantação e Qualificação de Museus

Elaboração e execução de projetos para criação, expansão, requalificação e modernização de museus no Estado compreendendo projetos museológicos, museográficos, de acessibilidade, segurança, atualização tecnológica, reservas técnicas, áreas de trabalho, conservação, restauro e aquisição de acervo

e equipamentos. Parece que o governo desentendeu essa ação. Para 2014 o valor projetado foi de R\$ 27.000.000,00 para atender 02 museus. Para 2015 o valor é de **25.586.000,00** para o atendimento de **02 museus**. É provável que a reforma do Museu do Ipiranga esteja nessa previsão. Houve uma variação real de menos (-) 10,86%.

Ação 2434 – Arte Pública e Patrimônio

Incentivo à realização de projetos de arte pública e de acessibilidade ao patrimônio artístico e museológico e apoio à criação e qualificação de setores de educação patrimonial em museus e instituições culturais, de modo a torná-los aptos a promover a mediação e inter-relação entre acervos artísticos e culturais e as novas produções contemporâneas com acessibilidade para os mais diversos públicos. Essa ação não consta do PPA e não aparece no orçamento para 2015. Portanto, houve uma variação real de menos (-) 100%.

Programa 1217 – Complexo Cultural Luz: R\$ 2.000.000,00
(variação real de menos (-) 62,45%)

Ação 2384 – Construção do Complexo Cultural Luz – Teatro da Dança

Construção de um equipamento cultural com 3 teatros, sedes da Escola de Música do Estado de São Paulo – EMESP e da São Paulo Companhia de Dança. Para 2014 o valor da ação foi de R\$ 5.010.000,00 para a realização de 20.000 m². Para 2015 o valor é de **R\$ 2.000.000,00** para a meta de **5.000 m²** de obra realizada. Houve uma variação real de menos (-) 62,45%.

Programa 1206 – Rádios, TVs Educativas e Novas Mídias: R\$ 172.992.311,00 (variação real de menos (-) 20,69%)

Ação 5459 – Apoio Técnico-Administrativo

Administração e controle dos recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais da Fundação Padre Anchieta. A proposta orçamentária de 2015 projetou o valor de R\$ 143.273.926,00 para uma unidade administrativa. Para 2015 o valor é de **R\$ 66.460.742,00** para uma unidade administrativa. Reduziu-se drasticamente o valor dessa ação (cerca de 76,8 milhões). Houve uma variação nominal de menos (-) 56,37%.

Ação 5460 – Produção e Transmissão das Rádios, TVs e Novas Mídias

Desenvolvimento, formatação, produção, captação e transmissão de programas/conteúdos educativos e culturais; de séries de programas de teledramaturgia, documentários e infante-juvenis; de projetos de informação pública e prestação de serviços; produção de conteúdos para web e multiplataforma; educação à distância e co-produções nacionais e internacionais e produção independente. A proposta orçamentária de 2014 projetou o valor de R\$ 52.894.019,00 para a transmissão de 24.820 horas. Para 2015 manteve-se a mesma meta de 2014 aumentou o valor do orçamento em R\$ 53 milhões, num total de R\$ 106.531.569,00. Houve uma variação real de 89,45%.

08000 – EDUCAÇÃO

Educação Básica

Com o continuísmo que prevaleceu nas eleições dando permanência dos tucanos no Governo de São Paulo, o que pode esperar a população paulista do ensino público?

Com certeza, em São Paulo, a lógica do uso dos recursos orçamentários não será alterada. Não haverá ampliação dos recursos e não haverá ampliação na relação do gasto da educação com o Produto Interno Bruto. Vence a orientação da permanência de não mais que cerca de 2,0% deste gasto em relação ao aplicado à educação. São dez anos que essa lógica impera.

Verifique a tabela abaixo:

2002	1,98%			2008	2,08%
2003	1,88%			2009	1,93%
2004	1,92%			2010	1,97%
2005	1,90%			2011	1,96%
2006	1,93%			2012	1,96%
2007	1,87%				

É essa a situação vigente em São Paulo, enquanto no Congresso Nacional e na sociedade discute-se a destinação do Pré Sal e Royalties do petróleo para Educação e Saúde, e ainda a ampliação para 10% do PIB para ser destinado à Educação. Há, portanto, um reconhecimento da necessidade de um volume de recursos que possa impulsionar a melhora da qualidade do ensino público, não reconhecido pelo Governo Alckmin.

Por outro lado, na análise do Orçamento 2015 chama a atenção a redução dos recursos para investimentos quando a rede toda questiona salários, construções de escolas, equipamentos escolares, computadores etc.

O orçamento em 2014 para a Educação foi de 28.737.620.040. Para 2015 estão previstos cerca de R\$ 28.426.489.547, o que significa 1,08% a menos que o anterior. No item investimentos a redução é ainda maior:

Para 2014 foi de R\$ 504.708.780 e para 2015 estão previstos R\$ 298.569.647, 49,85% a menos do anterior. Essa é a velha política de redução dos gastos do Estado, “oferecendo serviços públicos” nunca os melhores, em detrimento da garantia de direitos inalienáveis dos cidadãos e cidadãs de um ensino de qualidade.

Seguem alguns programas e ações que sofreram redução de recursos e que serão objeto de emendas.

0800 - Gestão pedagógica da educação básica

12-361 – 0800 - 5743 – Projeto Ler e Escrever

Em 2012 foi criado o programa com o objetivo central de alfabetizar as crianças até os oito anos, mas ainda não atingiu o conjunto dos alunos dessa faixa etária. Isso significa que não há possibilidade de superar essa carência reduzindo os recursos. Essa ação deve atingir a totalidade dos alunos dessas séries. Com 7 anos do programa já percorridos o governo “ainda” não garante seu atendimento completo. Informe da Secretaria de Educação afirma a existência de 1.790 escolas, 25 mil professores, 689 mil alunos numa rede de cerca de 5 mil escolas, 5 milhões de alunos, 260 mil professores.

12 368 0800 6136 – Educação integral

Em 2012 a Secretaria da Educação começou a implantar em 16 escolas de ensino Médio da rede, o programa Escola Integral que amplia o tempo de permanência do aluno na escola. A Secretaria da Educação informa que atualmente são 255 escolas atendendo 59 mil alunos, e mais 182 unidades que atendem 55 mil alunos.

O programa continua mas a considerar a previsão anual de implementação desse modelo, pra atingir a rede toda questiona-se quanto tempo será necessário? Enquanto isso, as desigualdades na rede vão se avolumando criando condições de descontentamento entre os professores.

12.368.0800 5998 - Centro de Estudo de Línguas

No orçamento para 2015 há redução de recursos para os Centros de Línguas. Dos R\$ 14.125.898 destinados em 2014 foi reduzido para 5.657.550 acarretando um déficit de 7.629.909 ou cerca de 59,95% a menos. Cabe perguntar. Deixou de ser importante o ensino de língua estrangeira?

Ou a política para essa ação é o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada retirando a responsabilidade do poder público desse atendimento.

12.368.0800.6169 - Implantação de currículo adequado a cada etapa do ensino básico

A aquisição de material didático e apoio pedagógico para a Educação Básica foi contemplada com uma ampliação de recursos na ordem de 74,43%. Em contrapartida a ação de implementação de currículo adequado a cada etapa da Educação Básica que pressupõe aquisição menor de material foi reduzida em 58,91.

É importante questionar o que parece ser mais uma redistribuição dos montantes em cada ação do que necessidade real de recursos a serem alocados. De fato, a ação de implementação de currículo

pressupõe, segundo o próprio orçamento, atividades de práticas pedagógicas diversificadas e uma base curricular unificada.

É também uma prática comum dos governos tucanos, o remanejamento dos recursos e deixando intocável o percentual mínimo obrigatório destinado à Educação.

12 - 0805 - Parcerias Escola, Comunidade Sociedade Civil

12 – 244 - 0805 – 4655 – Ações Interdisciplinares de prevenção e proteção nas escolas

Um problema de máxima necessidade a ser trabalhado, a violência nas escolas demanda soluções sempre urgentes. O orçamento para essa ação foi reduzido em 70,01% sem que fosse veiculada qualquer superação .

12 - 244 - 0805 – 5146 Escola da Família

Este programa prevê a abertura das escolas em finais de semana, com atividades monitoradas. Um espaço bem aceito pela comunidade foi implantado no governo Alckmin com a perspectiva de ampliar para as cinco mil (5.000) escolas. Entretanto, no Governo Serra essas atividades foram reduzidas pela metade e com pouca verba para o funcionamento. O programa se mantém com 2300 escolas e as verbas continuam reduzidas.

12 – 0808 Formação continuada e qualidade de vida dos profissionais da educação

12 – 128.0808.6175 Formação continuada e qualidade de vida dos profissionais da Educação

Área tão importante para a qualidade do ensino, a formação continuada dos profissionais requer atenção perene e recursos correspondentes. Nessa ação houve redução do montante destinado à formação em cerca de 48,11%.

12 – 0815 Manutenção e suporte da Educação Básica

12 - 368.0815.5810 Ação cooperativa Estado-Município Construções Escolares

Embora a necessidade de escolas seja visível em muitas regiões, a redução dos recursos para essa área compromete a construção de unidades escolares . Essa redução no próximo orçamento é cerca de 35.32%.

Escolas técnicas e tecnológicas do Centro Paula Souza

Embora o Governo Alckmin continue agitando as escolas técnicas como um troféu, na prática e no orçamento a versão é outra. Importantes para sua propaganda, não é na necessidade de sua manutenção com qualidade que está o ponto forte da atuação do governo com essa modalidade de ensino.

A direção do Centro Paula Souza fez várias reivindicações ao Governo do Estado para garantir essa manutenção. Vejamos os números:

para encargos e pessoal - R\$ 1.564.890.000. No orçamento do governo – R\$ 1.412.324.571

para custeio – R\$ 294.951.307 - no orçamento consta: R\$ 283.851.933

para obras e reformas – R\$ 300.077.185 e no orçamento – R\$ 261.567.120

E finalmente para equipamentos – R\$ 50.000.000 - o governo zera essa solicitação.

No total - a demanda – R\$ 2.209.918.492 - a resposta R\$ 1.957.743.624

Ensino Superior

As universidades públicas viveram, no primeiro semestre deste ano, uma de suas maiores crises financeiras e de relacionamento entre os setores. Do problema da contaminação da USP Leste aos mais de 100 dias de greve, a Universidade paralisou e foram meses de tentativa de negociação para superar os impasses surgidos. No final o movimento, embora com desgaste, conseguiu algumas vitórias importantes.

Entretanto, também como no ensino básico, no ensino técnico e tecnológico e no ensino superior, o orçamento revela o lugar pífio que ocupa a educação nas prioridades do governo tucano.

Assim, necessidades imperiosas para a manutenção dos estudantes na universidade tiveram recursos reduzidos como a adequação da estrutura física da universidade que sofreu perda de 70,49% Os restaurantes cuja perda foi de 37.69% ou ações para garantir a permanência e formação estudantil reduzidas em 9,17%

Para além de todas as reduções, diminuições, alterações a menor que podemos detectar no orçamento do Governo do Estado de São Paulo, ainda o governo consegue não aplicar os 30% de imposto percentual

obrigatório para a educação. O Tribunal de Contas do Estado vem questionando a conta do governo afirmando que são computados recursos como os advindos de parte dos contribuintes aposentados, assim como a contribuição patronal. Para 2015

essa conta se traduz em R\$ 34,8 bilhões excluindo contribuições indevidas contra R\$ 31,4 bilhões conforme o governo. Uma “pequena” diferença que poderia estar sendo destinada à tão necessitada educação.

DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - 2015

Valores em R\$ Mil

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL
A - RECEITA TOTAL (1+2+3)	156.777.180
1 - IMPOSTOS	145.441.410
2 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	8.288.465
2.1 - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	6.101.000
2.2 - Cota - Parte do Fundo Participação dos Estados - FPE	824.745
2.3 - Cota - Parte do IPI - Estados Exportadores	907.213
2.4 - Desoneração ICMS LC 87 - 13/09/96	455.449
2.5 - Cota - Parte Imposto sobre Operações de Crédito - Ouro	58
3 - OUTRAS RECEITAS PROVENIENTES DE IMPOSTOS	3.047.305
B - TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	40.638.732
C - RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (A - B)	116.138.448
D - DESPESAS	35.213.479
1 - Secretaria da Educação	24.486.987
2 - Universidades Estaduais - USP, UNICAMP, UNESP	8.173.671
3 - Faculdades Isoladas - Medicina de Marília, Medicina de São José do Rio Preto	96.472
4 - CEET Paula Souza	1.957.744
5 - Outras Despesas de Educação	498.605
E - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO (D / C) %	30,32

49000 = SECRETARIA DE ENERGIA

Atribuições da Secretaria de Energia:

Planejar e executar as políticas estaduais de energia e de mineração, compreendendo: Estudo, planejamento, construção e operação, direta ou indiretamente, de: sistemas de produção, transformação, transporte, armazenamento e distribuição de energia e barragem para fins de aproveitamento energético de recursos hídricos, bem como de empreendimentos correlatos. Fiscalização dos serviços de produção, transmissão, transporte, transformação, distribuição, armazenamento e comercialização de energia. Elaboração e execução de planos e programas de pesquisa e desenvolvimento para aproveitamento de novas fontes de energia. Estudo, planejamento e exploração, direta ou indireta, de recursos minerais. Elaborar, desenvolver e implementar planos e programas de apoio aos municípios do Estado nas áreas de

sua atuação. Adotar providências para celebração de convênios e termos de cooperação com órgãos e entes públicos, em matéria atinente ao tema energético, com vista, em especial: ao melhor planejamento, à consolidação e à execução das políticas estaduais, ao adequado desenvolvimento de programas federais e municipais, bem como de outros Estados, em que participe o Governo do Estado de São Paulo. Elaborar e coordenar programas de responsabilidade social e de sustentabilidade, junto a outros órgãos e entidades públicos e em parcerias com a iniciativa privada, com vistas à segurança e à racionalização do uso de energia elétrica. Coordenar o Conselho Estadual de Petróleo e Gás Natural do Estado de São Paulo e se responsabilizar pela coordenação do Programa Paulista de Petróleo e Gás Natural e pela organização e sistematização das informações e dados relacionados com a exploração e a produção do petróleo.

Os órgãos vinculados à Secretaria são: Companhia Energética do Estado de São Paulo – CESP; Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP.

Os programas da Secretaria, num total de sete, são: participação societária; gestão do fornecimento e utilização de energia elétrica; gestão administrativa em energia; fortalecimento das competências reguladoras em energia, gás e saneamento; energias renováveis; programa estadual de mineração e programa paulista de petróleo e gás natural.

Em 2014, a proposta orçamentária da Secretaria de Energia-SE foi de R\$ 143.401.178 milhões, já corrigidos pelo IPCA. Em 2015 a proposta orçamentária prevê R\$ 146.834.071 milhões, aumento de R\$ 11.944.429 milhões, ou 2,4%.

O orçamento para investimentos da CESP é de R\$ 39.913.000 milhões. Variação de menos R\$ 32.748.000 ou 48,3% em relação a 2014, quando o valor foi de R\$ 77.245.909 milhões, já corrigidos pelo IPCA.

O orçamento para investimento da EMAE é de R\$ 56.166.762 milhões. Variação nominal de menos R\$ 7.833.000 ou -19,9% %, em relação a 2014 quando o valor foi de R\$ 56.166.762 milhões.

O Orçamento da Secretaria divide-se nas seguintes funções:

Saneamento (R\$ 85.333.800) e Energia (R\$ 61.500.271).

São quatro as fontes de recursos da Secretaria:

Tesouro do Estado: R\$ 36.940.251 (25,16%%);

Vinculados estaduais: R\$ 10 (0%);

Próprios: R\$ 103.933.800 (70,78%%);

Vinculados federais: R\$ 5.960.010 (4,06%%).

Diferentemente do orçamento de 2014 não há previsão de operações de crédito.

As despesas são:

Pessoal e encargos sociais: R\$ 22.215.813 (15,13%);

Outras despesas correntes: R\$ 89.617.248 (61,03%);

Investimentos: R\$ 10.000.010 (6,81%);

Inversões financeiras: R\$ 25.001.000 (17,03%).

Na divisão do orçamento da SE a administração direta fica com R\$ 36.940.261 (25,16%) e a Agência Reguladora de Saneamento e Energia - ARSESP com R\$ 109.893.810 (74,84%).

Programas da SE em R\$ 1,00

Programa	Valores	% em relação ao orçamento
-----------------	----------------	----------------------------------

		da SE
Participação societária	25.001.000	17,03%
Gestão do fornecimento e utilização de energia elétrica	1.245.000	0,85%
Gestão administrativa em energia	70.132.983	47,76%
Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Saneamento	48.260.010	32,87%
Energias renováveis	623.060	0,42%
Programa estadual de mineração	1.572.008	1,07%
Programa paulista de petróleo e gás natural	10	0,00%
Total	146.834.071	100

Autarquia – Recursos e Fontes em R\$1,00

Autarquia	Recursos Próprios	Vinculados Federais	Total	% em relação ao orçamento da SE
ARSESP	103.933.800	5.960.010	109.893.810	74,84

O orçamento de investimento da CESP e EMAE se divide conforme quadro abaixo:

Empresas - Recursos e Fontes em R\$ 1,00

Empresas	Valores Tesouro de Estado	Valores Recursos Próprios	Total
CESP	1.000	39.912.000	39.913.000
EMAE	25.000.000	20.000.000	45.000.000
TOTAL	25.001.000	59.912.000	84.913.000

Principais Programas e Ações da Secretária de Energia

4903 - Gestão do Fornecimento e Utilização e Energia Elétrica

No orçamento do ano de 2014 a previsão orçamentária desse programa foi de R\$ 1.323.570 milhões, uma redução de R\$ 78.570 mil, já que a previsão para o orçamento de 2015 é de R\$ 1.245.000 ou menos 5,94%.

A ação prevista no programa é: divulgação de informações energéticas. Que não existiu no orçamento de 2014.

O objetivo da ação é buscar a evolução permanente do uso racional e a garantia da disponibilidade, universalização, continuidade, qualidade e agilidade de atendimento no fornecimento de energia elétrica à

população de São Paulo, através da integração de ações do poder concedente, agências reguladoras, empresas do setor e outras secretarias de governo.

4904 - Gestão Administrativa em Energia

No orçamento do ano de 2015 a previsão orçamentária é de R\$ 70.132.983 milhões. Um aumento de R\$ 11.044.489 milhões, ou mais 11,65%.

A única ação prevista no programa é: *Gestão Administrativa* cujo objetivo é prover a secretaria de energia e a autarquia a ela vinculada - ARSESP de infraestrutura para o atendimento da demanda no desenvolvimento de suas atividades e das empresas CESP e EMAE.

4905 - Fortalecimento das Competências Reguladoras em Energia, Gás e Saneamento

O valor do programa previsto no orçamento de 2015 é de R\$ 48.260.010 milhões, valor 4,33% menor do que o orçado no ano de 2014, quando o orçamento foi de R\$ 50.348.469 milhões. As ações previstas são: Regulação e Fiscalização Delegadas dos Serviços Públicos de Saneamento Básico - essa ação tem previsão orçamentária de R\$ 23.700.000, valor 5,41% maior do que o previsto em 2014, quando o valor foi de 22.484.578;

Fiscalização das Concessionárias e Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - essa ação tem previsão orçamentária de R\$ 7.110.010, valor 34,81% menor do que o previsto em 2014, quando o valor foi de 10.907.417;

Fiscalização e Regulação do Serviço de Distribuição de Gás Canalizado - essa ação tem previsão orçamentária de R\$ 17.450.000, valor 2,91% maior do que o previsto em 2014, quando o valor foi de 16.956.475

4906 - Energias Renováveis

O valor do programa previsto no orçamento de 2015 é de R\$ 623.060 mil, valor 5,94% menor do que o previsto em 2014 em valores atualizados. O objetivo do programa é definir diretrizes, ações e desenvolver projetos para induzir o investimento em fontes renováveis no Estado de São Paulo, por meio da determinação do potencial energético, absorção do desenvolvimento tecnológico, análise de viabilidade técnico-econômica de empreendimentos, criação de instrumentos de indução e difusão de informações e recomendações que visem o aprimoramento regulatório do setor.

As ações são: Apoio a Geração de Energias Renováveis cuja previsão orçamentária é de R\$ 10,00 e Integração Energética Biomassa e Biocombustíveis de R\$ 623.050. Praticamente não houve alteração em relação ao orçamento de 2014.

4907 - Programa Estadual de Mineração

Esse programa tem valor previsto no orçamento do ano de 2015 de R\$ 1.572.008 milhões em 2014 foi de R\$ 1.671.202 milhões. Uma redução, em valores atualizados de 5,94%. O objetivo do programa é

desenvolver ações, diretrizes e subsidiar o estabelecimento de políticas minerárias voltadas ao planejamento integrado de recursos. A única ação prevista é: Acompanhamento do Desenvolvimento da Produção Mineral. O objetivo da ação é a promoção da atualização dos parâmetros de análise e sistematização de registros e acompanhamento do desenvolvimento tecnológico do setor minerário. Portanto, os valores são os mesmos.

Principais Programas e Ações da EMAE

4901 - Sistema de Geração de Energia Elétrica

A previsão orçamentária para esse programa no ano de 2015 é de R\$ 20.000.000 milhões. Uma redução de R\$ R\$ 7.833.000 milhões, ou 32,14% (valores atualizados) em relação ao ano de 2014 quando o orçamento foi de R\$ 27.833.000 milhões. O Objetivo do programa é manter em boas condições operacionais seus ativos de geração, e o público alvo são distribuidores, comercializadoras e consumidores livres de energia elétrica.

A ação prevista é: manutenção do funcionamento das unidades geradoras de energia elétrica - EMAE

4902 - Controle de Cheias do Canal Pinheiros

O Objetivo do programa é instalar novas unidades nas usinas elevatórias de tração e pedra e executar obras de adequação da calha para aumentar a sua capacidade de vazão em épocas de cheias. O público alvo é a população do Município de São Paulo, em particular da região de influência do Canal Pinheiros. Seu valor é de R\$ 25.000.000 milhões para o ano de 2015, mesmo valor orçado para 2014 ou 5,9% menor em valores atualizados. A única ação prevista é Adequação da Calha do Rio Pinheiros. O objetivo é a remoção de material rochoso e execução de serviços de desassoreamento, proteção e revestimento das margens da calha, objetivando conservar e restabelecer a capacidade de vazão.

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A - EMAE

Composição Acionária da EMAE

Acionista	Posição em 31/12/2013 (R\$)	Participação (%)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS	111.364.265	39,02
Fazenda do Estado de São Paulo	111.289.115	38,99
Outros	60.047.809	21,04
Cia. Do Metropolitano de São Paulo - METRÔ	2.710.132	0,95
TOTAL	285.411.321	100,00

Companhia Energética de São Paulo - CESP

Programa e Ação da CESP

4901 - Sistema de Geração de Energia Elétrica

A CESP tem um único programa e uma única ação para o exercício do ano de 2015. O valor é de R\$ 39.913.000 milhões. Em 2014 o valor foi de R\$ 77.245.909 milhões. Valor R\$ 32.748.000 milhões menor, redução de 48,3 %.

Objetivo do programa é manter em boas condições operacionais seus ativos de geração, e o público alvo são distribuidores, comercializadoras e consumidores livres de energia elétrica. A ação prevista é manutenção do funcionamento das unidades geradoras de energia elétrica – CESP.

Composição Acionária da CESP

Acionista	Posição 31/12/2013 (R\$)	em	Participação (%)
Outros	2.506.855.763		41,96
Fazenda do Estado de São Paulo	2.150.072.022		35,98
HSBC BANK PLC LONDON	588.655.489		9,85
UBS AG LONDON BRANCH	478.188.817		8,00
Companhia Paulista de Parcerias - CPP	251.661.363		4,21
TOTAL	5.975.433.454		100

16.000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

A Secretaria de Logística e Transportes é a responsável pela infraestrutura de transportes no Estado de São Paulo. Ela é formada pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DER, que cuida das rodovias estaduais paulistas, pelo Departamento Hidroviário – DH, responsável pela Hidrovia Tietê- Paraná, Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, que responde pelos aeroportos estaduais e pela ARTESP - Agência Reguladora de Transportes.

O Orçamento para 2015 da Secretaria de Logística e Transportes é de **R\$ 7.426.441.337,00**, representando uma diminuição nominal de 1,4% em relação ao orçado em 2014.

Os principais projetos da Secretaria estão a cargo do DER, com orçamento de R\$ 6.667.446.987,00, ou seja, o Departamento fica com 89,77% do total. O Rodoanel, Trecho Norte, é a principal obra em andamento, com R\$ 2.206.852.705,00, representando 29,71% do total orçado. A principal dotação para essa obra é através de operações de crédito com R\$ 1.250.723.100,00, vindo dessa rubrica. Do Governo Federal o montante é de R\$ 207.023.505,00. Outra obra importante é o Túnel Santos-Guarujá, com R\$ 377.879.000,00 e a Nova Tamoios – Contornos, com R\$ 140.000.000,00. Chama atenção os poucos recursos para recuperação e pavimentação de vicinais, estradas importantes para o escoamento da produção agrícola do Estado de São Paulo. São 165.000 mil quilômetros sem pavimentação. Infelizmente, o Governo Estadual colocou apenas R\$ 41.663.600,00 nessa rubrica.

O Departamento Hidroviário conta com R\$ 264.134.195,00, ou 3,5% do total da Secretaria. Desse total, R\$ 92.400.000,00 são recursos oriundos do Governo Federal e R\$ 106.869.000 são de operações de crédito, que contam com aval também do Governo Federal.

A obra principal é a ampliação e melhora da Hidrovia Tietê- Paraná, aumentando para 11 milhões a capacidade de transporte na hidrovia, que atualmente transporta pouco mais de 6 milhões de toneladas/ano, chegando até Artemis, no rio Piracicaba. Houve forte aporte de recursos do Governo Federal.

O Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo, conta com R\$ 100.893.475, ou 1,3% do total da Secretaria. O DAESP é o gestor de 27 aeroportos no Estado e carece de uma visão sistêmica para alavancar o transporte aéreo em São Paulo. Poderia começar reduzindo o ICMS, do querosene de aviação, que atualmente é de 25%, um dos maiores do país e representa um custo alto para as empresas aéreas.

A Agência Reguladora de Transportes – ARTESP é quem cuida, essencialmente, da gestão das rodovias concedidas e do transporte rodoviário e urbano intermunicipal em São Paulo. O orçamento é de R\$

217.097.110,00, vindo principalmente do ônus fixo cobrado das concessionárias. Essa agência carece de maior transparência e de buscar a modicidade tarifária nas tarifas de pedágios que sempre foram muito altas.

37.000 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

O valor orçado para a Secretaria em 2015 é de **R\$ 12.575.220.131,00**, ou 20,14% maior do que o de 2014. Desses recursos, R\$ 1.429.873.080,00 são provenientes do Governo Federal e R\$ 6.699.725.030,00 de operações de crédito.

A Companhia Paulista de Transportes Metropolitanos – CPTM fica com R\$ 3.784.112.781,00, 30% do total da Secretaria. As principais obras do trem metropolitano são a construção da linha 13 – Jade, ligando São Paulo a Guarulhos, com R\$ 703.812.010,00 e a extensão da linha 9 – Esmeralda até Varginha, com R\$ 336.009,010,00. A linha 8 – Diamante também conta com R\$ 576.032.410,00 para modernização.

A CPTM precisa passar por um processo rápido de modernização e eficiência. Há muita pane na operação da Companhia, a construção da linha 13 – Jade e a expansão da linha 9 – Esmeralda estão atrasadas, pois foram prometidas pelo Governo Estadual para iniciarem a operação em 2014. Falta um projeto sistêmico que abranja o Estado como um todo, principalmente nos trens regionais que só consta no apoio à Parceria Público-Privada para implantação do Trem Regional Campinas – SP, com R\$ 251.000.000,00. Aparentemente, o trem regional para Santos e Sorocaba foi abandonado pelo governo paulista.

A Companhia do Metropolitano de São Paulo tem um orçamento de R\$ 3.955.828.000,00, 31% do orçado para a Secretaria. A obra principal é a linha 5 – Lilás, do Largo 13 até Chácara Klabin, com R\$ 1.769.028.000,00. A linha 17- Ouro – Jabaquara – São Paulo - Morumbi, conta com R\$ 581.729.000,00. Para a linha 15 – Prata – Ipiranga – Vila Prudente – Cidade Tiradentes, tem R\$ 644.144.000,00. A extensão da linha 2 – Verde até Dutra-Guarulhos conta com R\$ 322.912.000,00. A extensão para o Jardim Ângela da linha 5 – Lilás e Vila Sônia – Taboão da Serra, conta com recursos para projetos.

O governo também provém recursos para Parceria-Público-Privada para a construção da Linha 18 – Bronze, ligando São Paulo a São Bernardo do Campo, passando por São Caetano e Santo André, com R\$ 520.337.760,00. Outra PPP, já em andamento é a linha 6 – Laranja, com R\$ 488.511.000,00 e apoio à PPP para construção da linha 20 – Rosa, com R\$ 2.000.000,00.

O Metrô de São Paulo é pífio para as dimensões da cidade e da Região Metropolitana de São Paulo, com apenas 75,5 quilômetros. Nos últimos 20 anos o crescimento da rede foi num ritmo muito baixo. As panes na Companhia do Metropolitano de São Paulo são freqüentes, há superlotação dos trens e até acidentes com vítimas. É preciso expandir a rede e melhorar a operação. Graças ao Governo Federal com concessão de créditos e recursos do PAC há em andamento 3 linhas de metrô, 4 – Amarela, 5 – Lilás, 6 – Laranja e 2 de mon trilho, a 15 – Prata e 17- Ouro. A extensão da linha Verde e construção do mon trilho da 18 - Bronze estão prestes a entrar em obras.

O orçamento da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - EMTU é de R\$ 494.327.110,00, ou 3,9% do total da Secretaria. A obra principal é o VLT de Santos com R\$ 263.673.584,00. O Corredor Metropolitano Noroeste da Região Metropolitana de Campinas, tem R\$ 79.895.647,00 e o Corredor Metropolitano Itapevi-São Paulo, conta com R\$ 124.315.700,00.

Definitivamente, o sistema de média capacidade do Governo Estadual, sob gestão da EMTU tem recursos muito aquém das necessidades para o Estado de São Paulo. Em 20 anos foram construídos apenas 50 quilômetros de corredores pelo Governo Alckmin.

O de Campinas anda a passos lentos, assim outros nem chegaram a entrar em obras ainda, como o Perimetral Leste, Itapevi-Cotia, AphaVille – Cajamar – Carapicuíba e o Guarulhos- Itapevi, que há mais de 10 anos é prometido para a população paulista. Também carece de projetos de corredores em outras regiões do Estado, além da necessidade de parte da gestão do transporte intermunicipal urbano de passageiros que estão com Artesp ir para a EMTU.

O Governo Alckmin também não sinaliza com o Bilhete Único Metropolitano em todas as regiões do Estado, que poderiam baratear em 25% o custo da mobilidade urbana em São Paulo, beneficiando principalmente a população mais carente.

O governo ainda precisa subsidiar parte do custo da passagem dos ônibus intermunicipais urbanos, como acontece com o Metrô e a CPTM, em que o passageiro não paga o custo integral do sistema, ele é compartilhado parcialmente pelo Tesouro Estadual.

A Estrada de Ferro Campos do Jordão – EFCJ tem apenas R\$ 22.591.569 de recursos para 2015. É muito pouco. Essa ferrovia, inaugurada em 1914, precisa ser modernizada com a compra de novos trens, reforma da via permanente e melhoria do serviço. Mas o governo estadual não está atento a esta necessidade.

39000 – SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

As principais atribuições da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) são **planejar e executar a política estadual de saneamento básico em todo o território do Estado de São Paulo; elaborar, desenvolver e implementar planos e programas de apoio aos municípios do Estado nas áreas de sua atuação; coordenar e supervisionar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH e a aplicar os instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos.**

Os órgãos ligados à secretaria são: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp (companhia de economia mista); Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE (autarquia), cujas principais atribuições são: estabelecer a política de utilização dos recursos hídricos, tendo em vista o desenvolvimento integral das bacias hidrográficas; planejar e desenvolver estudos e projetos, bem como executar serviços e obras relativas ao aproveitamento integral dos recursos hídricos, diretamente ou mediante convênio ou contrato com terceiros; desenvolver a ecologia, promover a defesa do meio ambiente e executar serviços e obras de saneamento; administrar as águas subterrâneas do Estado nos campos de pesquisa, no que se refere à captação, fiscalização, extração e acompanhamento de sua interação com águas superficiais e com o ciclo hidrológico; colaborar com órgãos federais, estaduais e municipais e prestar, quando solicitada, assistência aos municípios, em matéria de sua competência.

Os programas da Secretaria, num total de 10, são: encargos gerais (0000), participação societária (0001); obrigações previdenciárias em complementação (0102); saneamento para todos (3904); saneamento ambiental em mananciais de interesse regional (3906); infraestrutura hídrica, combate às enchentes e saneamento (3907), planejamento e administração dos recursos hídricos (3913), gestão administrativa em saneamento e recursos hídricos (3931); planejamento e promoção do saneamento no Estado (3932) e gestão dos recursos hídricos (3934). (Tabela 2)

A proposta orçamentária da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos para o ano de 2015 é de R\$1.954.731.989, incluindo o DAEE (R\$1.086.108.710). Em 2014 a previsão foi de R\$ 1.713.106.899, que significa um aumento de R\$ 241.625.090 ou 14,10%. (tabela 1). Em relação ao orçamento geral do Estado, a participação da Secretaria é de 0,96%. O orçamento para investimentos da Sabesp previsto para 2015 é de R\$ 2.676.010.000. Em 2014 foi de R\$ 2.788.157.288 (valor corrigido pelo IPCA, 6,31%). Uma redução de R\$112.147.288, uma variação real de menos 4,00%.

Considerando-se que R\$ 1.000,00 foram destinados à subscrição de ações da Sabesp, concluímos que o orçamento total da Secretaria em 2015 será de R\$ 4.630.741.989. Em 2014 foram previstos R\$ 4.501.264.187.

Tabela 1: Resumo Geral da SSRH – em R\$1,00

Órgão SSRH	P. LOA 2014 (R\$)	P. LOA 2015 (R\$)	Variação Nominal 2014/2015 (R\$)	Variação % 2014/2015
Orçamento Fiscal	1.713.106.899	1.954.731.989	241.625.090	14,10
Orçamento de Investimento (SABESP)	2.788.157.288	2.676.010.000	(112.147.288)	(4,00)
Subscrição de ações	(1.000)	(1.000)	-	-

O Orçamento Fiscal da Secretaria divide-se nas seguintes funções: Administração (04) R\$ 1.021.055 (0,04%), saneamento (17) R\$ 887.814.950 (42,50%); gestão ambiental (18) R\$ 982.490.421 (52,61%), encargos especiais (28) R\$ 83.405.563milhões (4,86%). As subfunções são: planejamento e orçamento R\$ 500.000,00, administração geral R\$ 378.006.696, tecnologia da informação R\$ 7.436.401, formação de recursos humanos R\$ 1.021.055, previdência complementar R\$ 159.568.198, saneamento básico urbano R\$ 194.196.286, preservação e conservação ambiental R\$ 336.767.339, recursos hídricos R\$ 793.830.451, serviço da dívida externa R\$ 83.405.563.

São quatro as fontes de recursos da Secretaria: Tesouro do Estado R\$ 1.221.850.652, vinculados estaduais R\$ 135.700.727, próprios R\$ 46.466.790, vinculados federais R\$ 128.000.110, operações de crédito R\$ 422.713.710. As despesas com o orçamento são: pessoal e encargos sociais R\$ 476.623.836, juros e encargos da dívida R\$ 17.847.283, outras despesas correntes, R\$ 264.412.901; Investimentos, R\$ 1.130.288.689; inversões financeiras, R\$ 1.000,00 e amortização da dívida R\$ 65.558.280.

Tabela 2: Programas da SSRH em R\$ 1,00 (inclui o DAEE)

Programas	Valores em R\$1,00	% em relação ao Orçamento da SSRH
0000 – Encargos Gerais	83.405.563	4,27
0001 - Participação Societária	1.000	0,00
0102 – Obrigações Prev. em Complementação	159.568.198	8,16
3904 – Saneamento para Todos	191.895.286	9,82
3906 – San. Amb.em Manan.de Interesse Reg.	155.543.760	7,96
3907 – Infraestrutura Hídrica, Combate às Enchentes e Saneamento	640.339.619	32,76
3913 – Plan.e Adm. dos Rec. Hídricos	85.040.047	4,35
3931 - Gestão Administrativa em Saneamento e Recursos Hídricos	378.006.696	19,34
3932 – Planejamento e Promoção do Saneamento no Estado	122.320.010	6,26
3934 - Gestão dos Recursos Hídricos	138.611.810	7,09
Total – 10 Programas	1.954.731.989	100,00

O orçamento de investimento da SABESP se divide conforme quadro abaixo:

Empresas - Recursos e Fontes em R\$ 1,00

Empresas	Tesouro do Estado	Operação de Crédito	Próprios	Total
SABESP	1.000	1.200.937.000	1.475.072.000	2.676.010.000

Principais programas e ações da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos

3904 – Saneamento para Todos

Em relação a 2014 esse programa teve aumento de R\$ 23.295.276 milhões passou de R\$ 179.238.671 milhões para R\$ 191.895.286 milhões, valor 7,06% maior. As ações previstas são: Água Limpa e a Pró Conexão.

O objetivo do Programa é atender técnica e financeiramente os municípios não operados pela Sabesp através de parcerias que visem a implantação de sistema de afastamento e tratamento de esgotos, bem como prover subsídio financeiro à população de baixa renda para a execução de ramais intradomiciliares de coleta de esgotos nos municípios operados pela Empresa.

A principal ação do programa é a “**Água Limpa**” que conta com R\$ 189.010.910 milhões, valor 27,19% maior que em 2014 quando o orçamento previu R\$ 157.976.671 milhões. O produto que se espera dessa ação é atender 21 municípios, o que significa disponibilizar, em média, R\$ 9,0 milhões por município.

A ação “**Pró Conexão**” tem previsão orçamentária para o ano de 2015 de R\$ 2.884.376

Milhões, valor 86,43% menor que em 2014 quando o orçamento previu R\$ 20,0 milhões. O produto que se espera dessa ação é executar 1.607 ramais intradomiciliares.

3906 – Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional

Em relação a 2014 esse programa teve aumento de R\$ 49.369.887 milhões, passou de R\$ 285.744.970 para R\$ 318.154.545 milhões em 2015, valor 11,34% maior. As ações previstas são: Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tiete, Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Habitação Sustentável no Litoral Paulista, as duas últimas estão sob a responsabilidade da Secretaria de Habitação.

O objetivo do Programa é recuperar e proteger as represas, rios e córregos utilizados para abastecimento de água das regiões metropolitanas e melhorar a qualidade de vida da população residente em áreas de mananciais além de promover o desenvolvimento sustentável do litoral paulista. O público alvo do programa é a população abastecida pelas águas de mananciais das regiões Metropolitanas.

A ação “**Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tiete**” tem previsão orçamentária para o ano de 2015 de R\$ 155.543.760 milhões, valor -9,14% menor que em 2014 quando o orçamento previu R\$ 171.190.419 milhões. A meta prevista no orçamento é a contratação de duas (2) intervenções:

A ação **“Recuperação Socioambiental da Serra do Mar”** tem previsão orçamentária para o ano de 2015 de R\$ 93.541.400 milhões, valor 19,36% maior que em 2014 quando o orçamento previu R\$ 78.370.181 milhões. A meta da ação é beneficiar 3.278 domicílios.

A ação **“Habitação Sustentável no Litoral Paulista”** tem previsão orçamentária de R\$ 69.069.385 milhões. Aumento de 90,88%, já que o orçamento de 2014 previu R\$ 36.184.370 milhões.

3907 – Infra-Estrutura Hídrica de Saneamento e Combate às Enchentes

O objetivo desse programa é “proteger a vida humana, o patrimônio, a infraestrutura, a saúde pública e melhoria da qualidade de vida e ambiental.” Apesar da importância descrita no orçamento esse programa sofreu redução significativa em ações importantes como veremos a seguir.

Em relação a 2014 teve uma redução de R\$ 40.972.062 passou de R\$ 724.302.448 milhões para R\$ 640.339.619 milhões em 2015, valor 11,59% menor. As ações previstas são: Serviços e Obras de Infraestrutura Hídrica e Combate a Enchentes no valor de R\$ 56.500.050 e que sofreu uma redução de R\$ 80.560.787, ou 58,78%. Implantação de Reservatórios de Retenção – Piscinões, teve uma redução de R\$ 61.915.633, o que equivale a 57,15%, passou de R\$ 120.900.290 para R\$ 51.808.654. A ação **“Atendimento aos Municípios”** com valor R\$ 1.000.000, teve redução de R\$ 10.378.126, ou 91,73%. A ação **“Parque Várzeas do Tietê”** com previsão orçamentária de R\$ 178.796.000 teve aumento significativo de 63,37% em relação a 2014 quando o valor foi de R\$ 109.442.924; **“Macrodrenagem do Rio Baquirivú-Guaçu”** R\$ 155.440.000 teve aumento de 40,59%. Em comparação a 2014 quando o valor orçado foi de R\$ 110.562.400. A ação **“Preservação e Conservação de Várzeas”** R\$ 9.894.915 teve pequena redução de 2,34%. **“Manutenção, Operação e Implantação de Estruturas Hidráulicas”**, passou de R\$ 29.766.800 para R\$ 12.200.000, queda de 59,01%. Por fim a ação **“Manutenção e Conservação da Calha do Tietê”** passou de R\$ 185.692.868 para R\$ 174.700.000, queda de 5,92%.

3913 - Planejamento e Administração dos Recursos Hídricos

Em 2015 esse programa teve um aumento significativo, de 273,43%, contra uma redução de 45,86% em 2014. Passou de R\$ 22.770.902 para R\$ 85.040.047.

As ações previstas são: Controle do Uso das Águas Superficiais e Subterrâneas; Planejamento de Recursos Hídricos; Desenvolvimento Tecnológico e Capacitação para o Uso Racional dos Recursos Hídricos; Monitoramento dos Recursos Hídricos.

Essas ações sofreram redução significativa nos orçamentos anteriores, entretanto nesse orçamento todas as ações tiveram aumentos que variaram de 47,65% a 50,30%.

3932 - Planejamento e Promoção do Saneamento no Estado

Em relação a 2014 esse programa teve um aumento de R\$ 67.319.980 milhões, passou de R\$ 55.000.030 milhões para R\$ 122.320.010 milhões em 2015, valor 122,40% maior. As ações previstas são: Operacionalização do Fundo Estadual de Saneamento – Fesan, Saneamento Rural e de Pequenas Localidades Isoladas, Recuperação das Águas Paulistas, Apoio à Elaboração e Execução dos Instrumentos de Planejamento e Gestão em Saneamento e Sanebase - Desenvolvimento de Saneamento Básico.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp

3933 - Universalização do Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

O orçamento para esse programa é de R\$ 2.676.010.000 bilhões, uma redução de R\$ 53.343.000, ou 4 % em relação a 2014 quando o orçamento foi de R\$ 2.788.157.288 bilhões. São três as ações desse programa: abastecimento de água, coleta de esgotos e tratamento dos esgotos coletados.

- Abastecimento de água

Para essa ação estão previstos R\$ 1.114.145.000 bilhões, valor 6,8% % maior se comparado com o ano de 2014 quando o orçamento foi de R\$ 1.043.015.915. Essa ação prevê 145 mil ligações adicionais em 2015.

- Tratamento dos esgotos coletados

Para essa ação estão previstos R\$ 331.377.000 milhões, valor 36,2% menor se comparado com o ano de 2014 quando o orçamento foi de R\$ 519.253.122 milhões. O produto dessa ação é esgoto coletado tratado atingindo-se o percentual de 80% até o final de 2015.

- Coleta de esgotos

Para essa ação estão previstos R\$ 1.230.488.000 bilhões, valor 0,4% maior se comparado com o ano de 2014 quando o orçamento foi de R\$ 1.225.888.251 milhões. O produto dessa ação é a ampliação de ligações de esgoto em 2015 cuja previsão é de aproximadamente 190.000.

41000 – SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

O Governo do Estado de São Paulo continua colocando o Esporte e o Lazer como atividade supérflua, demonstrando que a importância do Esporte se restringe a organizar e oferecer competições. Falta ao governo políticas sociais através do Esporte e do Lazer visando à saúde e ao lazer do trabalhador, para o pleno exercício de sua cidadania.

Certamente, durante a administração tucana a maioria da população ainda não experimentou os benefícios da atividade esportiva. Primeiro, porque o Esporte permaneceu fechado à participação de muitos, restringindo a sua prática aos mais abastados financeiramente e às entidades apadrinhadas do Governo. Segundo, o Esporte foi oferecido à população por meio do espetáculo televisivo, no qual os verdadeiros beneficiários são os atletas e os seus patrocinadores.

Na mídia, mantém-se a idéia e a sensação de que o Esporte é uma coisa maravilhosa e realmente é, mas para aqueles que o praticam. Na teoria, todos são unânimes quanto à importância do Esporte na vida dos cidadãos. Na prática, o Governo do Estado tem usado o Esporte como massa de manobra e de projeção política, apesar dos investimentos exíguos e das migalhas que compõem o orçamento da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude.

Infelizmente, a política neoliberal do Governo do Estado não vem contemplando o Esporte como fenômeno social, deixando de atender às necessidades da população, de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e de ser eficiente no processo educacional.

Hoje, o Esporte deixa de ser um fim em si mesmo e se apresenta como um recurso indispensável para alicerçar as políticas públicas voltadas para a educação, a saúde, a cultura, o meio ambiente e a segurança pública.

O desconhecimento da importância do Esporte e do Lazer entre os dirigentes do Estado vem perpetuando a idéia de que esta é uma forma de espetáculo que se volta para a minoria e não de educação, qualidade de vida, cidadania, que envolve a participação popular.

A única ação da Secretaria que apresenta um significado social e atende os municípios do Estado, o Esporte Social, continua com baixo investimento e conseguirá atender no máximo 30 entidades e/ou municípios.

Às vésperas de uma Copa do Mundo e as perspectivas para a Olimpíada de 2016 no Brasil, colocam o Governo do Estado fora da realidade do país. De 2009 a 2012 o orçamento do Esporte manteve-se em 0,1% do Orçamento Geral. Quando se esperava que o governo saísse do discurso demagógico para investir realmente no Esporte, o orçamento chega com uma projeção de 0,98% para 2014.

O orçamento para 2015 projeta o valor de R\$ 235.247.118,00 e corresponde exatamente à negação de todos os valores e benefícios do Esporte mencionados e à falta de política pública para os jovens no Estado de São Paulo, com valores irrisórios para o programa Jovem em Foco. Quando o orçamento do Estado atinge R\$ 189 bilhões, o orçamento de Esporte, Lazer e Juventude é reduzido para **0,11,5%% do orçamento geral** (longe de 1%).

Apesar do aumento do orçamento do Estado acima da inflação, o orçamento da Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, diminuiu em valores absolutos.

Convém lembrar que desse orçamento, R\$ 89.758.071,00 correspondem à administração geral da Secretaria. Os Jogos Regionais e os Jogos Abertos do Interior, Campeonato Escolar e outros têm uma verba de R\$ 47.372.948,00. Para as construções e reformas dos equipamentos esportivos foram disponibilizados R\$ 33.500.000,00. Nesse orçamento incluíram uma ação nova, "Campeonato Escolar de Modalidades Olímpicas e Paraolímpicas" com o valor de R\$ 25.750.000,00. Para a manutenção dos Centros de Excelência R\$ 13.584.999,00 além de R\$ 9.906.200,00 para o Lazer. Esses valores somados correspondem a R\$ 209.966.00,00. Isso significa que do orçamento restam apenas **R\$ 25.281.110,00**. Essa sobra, teoricamente, poderia atender os 645 municípios do Estado de São Paulo. No entanto, esse valor será destinado a outras ações da Secretaria, como a Bolsa Talento, o Esporte Social, Esporte para o Deficiente, Jovem em Foco e outros. Justamente nos municípios onde ocorre a formação do cidadão, onde surgem os atletas de rendimento e onde o Esporte exerce a sua plenitude como instrumento de inclusão social, não há verba e, conseqüentemente, política pública para o Esporte e o Lazer. O programa destinado à juventude apresenta o valor irrisório de **R\$ 3.272.000,00**, o mesmo orçamento de 2014. Como o Esporte não é utilizado na formação das crianças e adolescentes, o Estado acaba correndo atrás do prejuízo, investindo **R\$ 1,2 bilhões** na Fundação Casa, onde ficam os jovens infratores que não tiveram oportunidade de ter acesso aos instrumentos que contribuem para a formação da cidadania. Segundo a presidente da Fundação Casa, em depoimento na Assembleia Legislativa, cada jovem da Fundação Casa custa para o Estado R\$ 7 mil mensais.

A seguir, algumas ações para a elaboração de emendas:

Programa 4109 - Esporte Paulista Rumo a 2016 - Total: R\$ 95.250.827,00

(variação real de menos (-) 7,40%)

Ação 6028 – Bolsa Talento Esportivo

Apoio financeiro aos atletas do desporto escolar e de rendimento, praticantes de modalidades olímpicas e paraolímpicas, individuais ou coletivas. *A proposta orçamentária para 2015 projeta o valor de R\$ 6.752,880,00 para a concessão de 650 bolsas. Em 2014 eram R\$ 7.171.200,00 para a concessão de 600 bolsas. Diminuiu o valor da ação e aumentou o número de bolsas. Há necessidade de ampliar a meta e o valor da ação. Houve uma variação real de menos (-) 11,42%.*

Ação 5117 – Esporte e Lazer para pessoas portadoras de deficiência

Desenvolvimento de programas e eventos esportivos de inclusão, voltados a atletas e pessoas com deficiência através de celebração de convênios com entidades e prefeituras. *A proposta orçamentária de 2015 projeta o valor de R\$ 1.500.000,00 para atender 1.567 pessoas com deficiência. Em 2014 o valor era de R\$ 1.900.000,00 para atender 1.522 pessoas com deficiência. Essa ação teve uma redução de R\$ 400 mil em relação a 2014 e um aumento de 45 atendimentos. Torna-se necessário aumentar a meta e o valor. Houve uma variação real de menos (-) 71,20%.*

4110 – Implementando a Atividade Esportiva: R\$ 37.100.020,00

(variação real de 107,21%)

Ação 1040 – Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos

Repasse a municípios e entidades mediante celebração de convênios para realização de obras de modernização, reformas e ampliação de instalações e construção de equipamentos para a prática de esporte, lazer e atividades da juventude, bem como reformas da sede e dos próprios por ela administrados. A proposta orçamentária de 2014 projetou a dotação de R\$ 10.000.000,00 com a meta de 01 obra. Em 2015 essa ação apresenta o valor de R\$ 33.500.000,00 milhões com a meta de 01 obra. Considerando a necessidade de novos equipamentos que possibilitem o acesso da população à prática esportiva, essa ação precisa de mais investimentos. Houve uma variação real de 212%.

Ação 4072 – Estimulando a melhoria da prática de Esporte, Lazer

Oferecimento de condições adequadas à prática de esporte, lazer e juventude, ampliando a aquisição e distribuição de materiais esportivos e de lazer, inclusive de premiações promovidas pela pasta; Aquisição de matéria-prima para produção de materiais esportivos por internos do sistema penitenciário e por integrantes de comunidade em situação de risco e exclusão social para serem doados posteriormente às prefeituras, órgãos públicos e entidades que realizam trabalhos sociais e filantrópicos. *O orçamento de 2014 apresentou a dotação de R\$ 3.142.000,00 para produzir 38.040 materiais e equipamentos esportivos e de lazer produzidos/adquiridos. A proposta orçamentária de 2015 projeta o valor de R\$ 20,00 para não produzir materiais.* Tudo indica que o Estado encerrou a parceria com as penitenciárias. A falta de material esportivo para as comunidades é uma realidade que precisa ser alterada, aumentando a distribuição gratuita para a população carente. Portanto, houve uma variação real de menos (-) 100%.

Ação 5123 – Esporte Social

Promoção da prática esportiva e de lazer nas mais diversas modalidades, efetivada na criação de núcleos, onde crianças e adolescentes, na faixa etária de 7 a 14 anos incompletos, de baixa renda, expostos à vulnerabilidade social ou excluídos socialmente possam ser atendidas pelos projetos de inclusão social. O orçamento de 2014 apresentou o valor de R\$ 3.600.000,00 para atender 3.000 pessoas. **A proposta orçamentária de 2015 projeta o mesmo valor de R\$ 3.600.000,00 para também atender 3.000 pessoas.** Essa ação, uma das poucas que têm conotação social, com esse valor poderá atender apenas 30 municípios e/ou entidades. No jornal o “Lance” de 02/10/2014 o governador declarou que em 2015 o Esporte Social irá atender 28.000 jovens, o que não corresponde ao valor e meta apresentado nesta proposta orçamentária. Pura balela. É importante um investimento maciço nessa ação. Houve uma variação real de menos (-) 5,94%.

Programa 4111- Jovem em Foco R\$ 3.272.000 (variação real de menos (-) 7,09%)

Ação 5869 – Desenvolvimento Jovem

Através de campanhas de conscientização, participação em fóruns e conferências, reuniões itinerantes, eventos esportivos, de lazer ou ainda de caráter informativo buscar desenvolver o jovem paulista como cidadão. Desenvolvimento de ações que busquem auxiliar a construção e expansão de espaços oficiais onde a juventude possa debater e desenvolver propostas que beneficiem seu segmento dentro do município onde vives. *A proposta orçamentária de 2014 projetou o valor de R\$ 3.100.000,00 para o atendimento de 400.000 jovens.* Para 2015 reduziu-se o valor para **R\$ 3.060.000,00** para o atendimento de **400 mil jovens**. Trata-se de um valor muito baixo e do atendimento de uma pequena parcela da juventude. Houve uma variação real de menos (-) 7,15%.

Programa 4112 – Lazer e Qualidade de Vida: R\$ 9.906.200,00 (variação real de 2,33%)

Ação 5124 – Viva a Vida – Lazer é Qualidade de Vida

Estímulo à prática de atividade lúdica monitorada à população de todas idades, em praças esportivas, parques e espaços; incentivo à prática do lazer, esporte e atividades recreativas; realização de projetos e festivais em âmbito nacional, estadual e regional com parcerias visando práticas esportivas em caráter de lazer, incluindo a Virada Esportiva, Festival do Truco entre outras. *Essa ação teve projetado no orçamento de 2014 o valor de R\$ 5.091.000,00 com a meta de 180.000 participantes.* **Para 2015 a proposta é de R\$ 9.891.700 com a meta de 18.000 participantes.** Deve ter havido um engano na meta, quando se manteria os mesmos 180 mil do orçamento anterior. Em se tratando de lazer para a população, o valor e a meta são insignificantes. Essa ação deixou de priorizar a terceira idade, estendendo-se para todas as faixas etárias. Com isso, deixou de existir um programa específico para o idoso. Variação real de 2,34%.

Como não há apoio ao Esporte para os Municípios seria importante a apresentação de uma emenda nova com valores a serem distribuídos para os 645 municípios do Estado de São Paulo.

Quando se verifica na administração tucana o setor do turismo sendo jogado como ping pong de um lado para o outro, ora como Coordenadoria da Secretaria de Esporte, ora como Secretaria de Estado ou, tendo os seus programas desmembrados como o Desenvolvimento do Turismo (osso) para a Secretaria de Esporte e o Fundo de Melhoria das Estâncias (filé mignon) para a Secretaria de Economia e Planejamento, constata-se de fato que o **Governo do Estado não tem política pública para o Turismo**. Agora, com a segunda administração Alckmin, criou-se novamente uma Secretaria de Turismo, para atender partido da base aliada.

É evidente que São Paulo atrai grande número de turistas na linha do turismo corporativo e de negócios, eventos de modas, eventos esportivos internacionais e outros mais.

É comum se observar nas redes de televisão propagandas divulgando os pontos turísticos em alguns Estados da Federação. Nunca se viu nada semelhante em relação a São Paulo. A bem da verdade, a Assembleia Legislativa aprovou a criação de uma agência para o desenvolvimento do turismo no Estado, que se tornou lei com a denominação de Companhia Paulista de Eventos e Turismo, que até hoje não demonstrou a que veio. Certamente, se não há investimentos não há como agilizar essa agência. A CPETUR aparece no PPA como a ação “Promoção do Turismo e Eventos”, cujo programa “Desenvolvimento e Promoção do Turismo no Estado” tem o valor de R\$ 39.081.456,00 para os 4 anos.

Essa agência tem projetado para 2015 o valor de R\$ 11.881.808,00. Esse tipo de atuação e de pífios investimentos é rotina no governo do Estado, como acontece na Cultura, com o Programa de Ação Cultural (que substituiu o Projeto que criava o Fundo Estadual de Cultura) com valores irrisórios e no Esporte quando o governador Serra vetou a criação do Fundo Estadual de Esporte e Lazer. Portanto, se não há investimentos para o turismo, não é possível desenvolver políticas públicas para o setor.

A Secretaria de Turismo procurou priorizar o turista anônimo, criando novos projetos no PPA como Roda São Paulo – Caminha SP – Viaja São Paulo – Passaporte SP – Centro de Exposições Imigrantes – Porto Turístico de Cananéia e a Copa de 2014, que não aparecem como ações no PPA nem na proposta orçamentária.

O orçamento da Secretaria de Turismo para 2015 corresponde a R\$ 412.112.941,00 o que significa 0,2% do Orçamento do Estado. Desse valor, **R\$ 356.278.732,00** serão destinados ao programa “Fomento ao Desenvolvimento das Estâncias”.

São 67 Municípios-Estância no Estado de São Paulo, que deveriam ser beneficiados com esse valor do Fomento ao Desenvolvimento das Estâncias. No entanto, **o Governo do Estado não cumpre com os preceitos constitucionais**. Após a aprovação do Orçamento do Estado os valores destinados às Estâncias Turísticas nem sempre são repassados para os 67 Municípios. Até o presente momento, o Governo do Estado **deixou de pagar para as Estâncias mais de R\$ 600 milhões** (verbas aprovadas no Orçamento).

No Orçamento de 2013 o Governo Alckmin persiste em descumprir a legislação. A Lei 7.862 de 1º de junho de 1992, em seu artigo 5º estabelece que os recursos do Fundo de Melhoria das Estâncias serão distribuídos de acordo com os critérios:

- a) 50% do total do orçamento anual, **distribuídos de forma igualitária entre todas as Estâncias;**
- b) 50% restantes distribuídos proporcionalmente, segundo o percentual de formação da receita proveniente da arrecadação dos impostos municipais das Estâncias.

Pois bem, no programa “Fomento ao Desenvolvimento das Estâncias”, o PPA apresenta a ação “Projetos do Fundo de Melhoria das Estâncias” com a meta de 67 Municípios atendidos. Isso significa, que **a Secretaria de Turismo controla 100% dos recursos do Fundo através de projetos**, priorizando alguns municípios de acordo com as afinidades políticas e contrariando o item “a” do artigo 5º da Lei 7.862 que prevê a distribuição de forma igualitária entre todas as Estâncias, independente de projetos.

Excluindo-se os valores dispensados para o Fundo de Melhoria das Estâncias, restam no orçamento da Secretaria **R\$ 55 milhões**.

Como sugestão para as emendas, apresentamos algumas ações da Secretaria, cujos valores podem ser aumentados:

Programa 5001 - Turismo Paulista: R\$ 24.952.401,00

(variação real de menos (-) 5,94%)

Ação 4739 - Aprendendo o Turismo

Capacitação e qualificação da mão de obra, conforme as necessidades e potencialidades regionais para melhoria do atendimento ao turista. *O orçamento de 2015 projeta o valor de R\$ 68.800,00 para capacitar 700 pessoas*. Houve uma variação real de menos (-) 80,15%.

Desenvolvimento de ações que possibilitem à população paulista de média e baixa renda visitar outras regiões diferentes da sua realidade local. Essa ação tem um fundo social e, como tal, precisa de maiores investimentos.

Ação 6059 – Turismo Legal

Sensibilização e fiscalização dos empreendimentos e serviços turísticos inseridos no sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo – CADASTUR, para o cumprimento da legislação estadual e federal vigentes. *Essa ação projeta para 2015 o valor de R\$ 32.530,00 para a emissão de 4.200 certificados*. Variação real de 205,99%.

Ação 4136 – Turismo Integrado Regional

Operacionalização da regionalização do turismo estadual, por meio da articulação das potencialidades que alguns municípios já possuem com as potencialidades não exploradas de outros municípios. *Essa ação projeta para 2015 o valor de R\$ 14.126.240,00 para o desenvolvimento de 140 projetos*. Houve uma variação real de menos (-) 19,89%.

5502 – Apoio à Infraestrutura para o Turismo

Desenvolvimento dos segmentos turísticos com especial atenção àqueles que agreguem renda à população de menor poder aquisitivo em áreas de menor IDH. *Essa ação projeta para 2015 o valor de R\$ 8.722.579,00*. Houve uma variação real de menos (-) 18,86%.

Programa 5002 – Fomento ao Desenvolvimento das Estâncias: R\$ 356.898.084,00 (variação real de 11,25%)

Ação 4102 – InfraEstrutura Turística Municípios Estâncias

Repasse de recursos financeiros por meio de convênios, objetivando o aprimoramento da infraestrutura turística dos municípios estâncias paulistas de acordo com o programa anual de trabalho aprovado pelo Conselho de Orientação e Controle do Fundo de Melhoria das Estâncias. *O orçamento de 2015 projeta o valor de R\$ 356.898.084,00 para atender os 67 municípios estâncias*. Na realidade, 50% desse valor deveriam ser distribuídos para os municípios, independente de Projetos. Variação real 11,25%.

Programa 5003 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo no Estado: R\$ 11.881.808,00 (variação real de menos (-) 3,80%)

Ação 6009 – Promoção do Turismo e Eventos - Divulgação do turismo, organização e implementação de workshops regionais e nacionais, participação e desenvolvimento de feiras e exposições regionais, nacionais e internacionais. *Essa ação trata-se da agência Companhia Paulista de Eventos e Turismo e projeta para 2015 o valor de R\$ 11.881.808,00 para a realização de seis (6) ações.* O governo extinguiu a CPETUR e incluiu essa ação em seu lugar. Houve uma variação real de menos (-) 3,79%.

25000 – SECRETARIA DA HABITAÇÃO

A proposta da LOA (Lei Orçamentária Anual) para o ano de 2015 prevê para a Secretaria da Habitação R\$ 1.806.215.197. O orçamento de 2014 foi de R\$ 1.736.840.772. Um aumento irrisório de 3,99%, porém, em termos de participação no orçamento geral observa-se uma diminuição de 0,4% em comparação com 2014, de 0,92% para 0,88%. Note-se que o montante de recurso destinado para habitação não alcança 1% do orçamento geral, o que significa que a prioridade do governo do PSDB na área de habitação não passa de propaganda enganosa.

Com relação à meta física, a proposta do PPA-2012-2015 é de 150 mil unidades, uma média de 37,5 ao ano. Porém, a meta na proposta enviada a Assembleia para 2015 é de apenas 27,7 mil unidades, quando o correto seria pelo menos 37,5 mil unidades. As 27,5 mil unidades estão espalhadas por várias ações, entretanto na ação mais importante que é a produção de moradias, a meta é de apenas 10.016 unidades.

Além da produção de moradias a proposta orçamentária para 2015 estabelece metas para outras iniciativas, tais como: apoio a urbanização de favelas e assentamentos precários; subsídios; apoio com crédito; apoio a regularização fundiária e aporte de recursos, beneficiando 54 mil famílias, das quais, 26 mil são do programa Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal, visto que o Governo Estadual entra com aporte de recursos, ou seja, não adianta colocar na sua cota essas 26 mil.

Diminuição dos recursos para parceria com o Minha Casa, Minha Vida.

A proposta enviada pelo poder executivo deixa nítida a falta de vontade dos tucanos de priorizar uma verdadeira parceria com o Governo Federal no âmbito do bem sucedido programa Minha Casa, Minha Vida. Pela proposta os recursos diminuem em R\$ 81 milhões, em comparação com 2014. Baixa de R\$ 389 milhões para R\$ 308 milhões, ou seja, 21% a menos do que o total previsto para 2014.

Produção de Moradias

No que refere à produção de moradias, embora o orçamento para 2015 tenha aumentado em 8,2% em comparação com 2014, o volume de recursos para moradias é praticamente o mesmo, na verdade perde 300 mil reais.

A ação de número 2006 – produção de moradias – teve como meta para 2013 a produção de 12.654 unidades; para 2014 a meta é de apenas 9.125. Em termos de recursos, para 2013 foram previstos R\$ 65,6 milhões, para 2014 a proposta é de apenas R\$ 38, 2 milhões, um corte de mais de R\$ 27 milhões.

Urbanização de Favelas

Com relação à urbanização de favelas e assentamentos precários, a proposta orçamentária para 2015 prevê R\$ 40 milhões, R\$ 2 milhões a menos que os R\$ 42 milhões estabelecidos para 2014. De maneira

que, o orçamento proposto para 2015 é irrisório diante da enorme demanda de urbanização de favelas no Estado de São Paulo.

Reassentamento habitacional de risco e favelas

Para o reassentamento habitacional de risco e favelas a proposta orçamentária prevê para 2014 apenas R\$ 1,2 milhão. Para 2014 foram previstos R\$ 4,3 milhões, ou seja, R\$ 3,1 milhões a menos em comparação com 2014, uma diminuição da ordem de 70%. Uma demanda tão importante como a prevenção de áreas de risco e favelas o governo, ao diminuir a meta para 2014, trata com total descaso.

Revitalização de áreas centrais

Se depender de recursos as intervenções de recuperação de áreas centrais não irão passar de discurso. Em 2014 foram estabelecidos apenas R\$ 17 milhões, o que já é um absurdo diante de tamanha demanda. Mas para 2015 o total proposto é ainda menor, é de tão somente R\$ 15 milhões. Observa-se então, que o governo não prioriza intervenções de recuperação das áreas centrais, tão necessárias para o desenvolvimento urbano de uma Metrópole como São Paulo.

Pelo orçamento proposto para 2014 podemos afirmar que a média do PSDB de entregar 20 mil unidades por ano, série histórica dos últimos 20 anos, não terá alterações significativas. Por outro lado, as metas e os recursos destinados aos programas de produção de moradias, revitalização de áreas centrais, urbanização de favelas e intervenções em áreas de riscos, estão muito aquém do necessário para o atendimento dessas demandas.

A Bancada do PT na ALESP tem insistido que é imperativo:

- Aumentar a produção de moradia para diminuir o déficit habitacional, com prioridade para a baixa renda;
- Parceria com o programa Minha Casa, Minha Vida, para aproveitar os recursos do Governo Federal e viabilizar moradias populares;
- Melhorias dos conjuntos habitacionais da CDHU;
- Apoio aos municípios na regularização fundiária e urbanização de favelas, com recursos financeiros e humanos;
- Assegurar a participação popular na elaboração das prioridades, programas e metas na área habitacional.

26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

O **Orçamento do Estado para 2015** será executado no primeiro ano da próxima gestão e corresponde ao 4º ano do Plano Plurianual de 2012 a 2015, que vigora a partir do segundo ano do governo Alckmin e se estenderá até o primeiro ano do mandato subsequente, para o qual o atual governador foi reeleito.

O **Plano Plurianual 2012 a 2015** apresenta dez eixos de atuação, em substituição aos 21 projetos ambientais estratégicos da gestão anterior e afirma que a partir destes eixos foram definidos os programas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Descrevemos abaixo de que maneira os governos tucanos têm tratado os temas abordados nestes eixos de atuação, como havíamos apontado na Nota Técnica referente ao PPA 2012-2015:

Qualidade da Água: relatório da CETESB aponta que 40% dos esgotos produzidos nas áreas urbanas do Estado são despejados sem tratamento nos cursos d'água e que o avanço de 2012 para 2013 foi de apenas 1%. Além disso, é cada vez maior o número de Bacias Hidrográficas que apresentam situação crítica por baixa disponibilidade hídrica e má qualidade das águas impactando fortemente na atual crise de escassez;

Qualidade do Solo: apesar de mapeamento há anos e da existência de legislação específica, o processo de remediação de áreas contaminadas, como o condomínio Barão de Mauá, em Mauá, o Sítio dos Pássaros, em Paulínia e o depósito da Shell, a descontaminação não avança. O FEPRAC, fundo criado com esta finalidade, está inativo;

Resíduos Sólidos: as prefeituras estão abandonadas à sua própria sorte quanto à destinação final dos resíduos, havendo falta de locais adequados para despejo em diversos municípios e custos proibitivos para prefeituras com arrecadação mais baixa;

Economia Verde: as poucas iniciativas de apoio são incipientes e não têm abrangência e peso no cenário econômico estadual;

Conservação da Biodiversidade e Ampliação das Unidades de Conservação: parte das unidades de conservação do Estado encontra-se em situação precária apesar de vultosos recursos provenientes de compensação ambiental estarem sem utilização há anos;

Planejamento, Zoneamento e Monitoramento Ambiental: houve avanço no instrumental de monitoramento, porém a fiscalização é falha, o zoneamento ecológico inexistente e o planejamento precário;

Bem estar (proteção) Animal: este é um eixo criado para dar satisfação ao peso crescente e legítimo das sociedades protetoras de animais e congêneres;

Qualidade do Ar e Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): pelo texto de apresentação, este é o eixo central de atuação da SMA. No entanto, os veículos automotores, que são o principal fator de geração de gases de efeito estufa nas áreas urbanas, não têm os níveis de emissão verificados por meio de inspeção veicular, cujo projeto de lei não é encaminhado pelo governador à Assembleia Legislativa. Na área rural, a queima da palha de cana, apesar dos diversos protocolos firmados com os produtores, continua cobrindo de fuligem o Interior do Estado;

Modernização do Licenciamento Ambiental: é importante que as oportunas iniciativas de modernização não descambem para a permissividade como ocorre em diversos empreendimentos do próprio governo;

Educação Ambiental: continua não sendo relevante para o governo estadual, na medida em que dispõe de apenas R\$ 12 milhões para os próximos quatro anos, montante que deveria ser 65% maior apenas para manter o mesmo patamar do PPA anterior.

Nos quatro anos decorridos desde a aprovação do Plano Plurianual quase não houve avanços em relação a estes eixos estratégicos e inclusive ocorreram diversos retrocessos.

O mais grave é a crise hídrica que assola o Estado, em especial as regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas, dependentes do sistema Cantareira. A falta de água se relaciona não só com a diminuição dos índices pluviométricos, previsíveis com o aumento de eventos extremos decorrentes das mudanças climáticas. Tem relação também com a falta de preservação dos mananciais, a ausência de matas ciliares às margens dos corpos de água e com o desmatamento que continua, apesar de escala menor, além da não realização de investimentos previstos há anos.

A qualidade da água continua preocupante com aumento mínimo no tratamento de esgotos e a escassez hídrica que impede sua diluição. A situação da qualidade do solo e de resíduos sólidos não se alterou. O fomento da economia verde não existe e a educação ambiental dispõe de recursos mais minguados ano a ano.

O eixo da conservação da biodiversidade e ampliação das unidades de conservação (UC's) é ainda mais grave. As unidades de conservação encontram-se em estado de abandono e ausência de fiscalização. Os vultosos recursos, quase duzentos milhões de reais, oriundos de compensação ambiental que deveriam ser aplicados nas UC's estão parados. Apenas metade foi incorporada no presente orçamento e devemos aguardar qual será sua execução. Coincidentemente ou não, a Secretaria propõe privatizar uma dezena de unidades de conservação, entre elas dez parques estaduais.

A lei de Zoneamento Econômico-Ecológico continua aguardando sinalização do executivo para ser votada, assim como a lei estadual de inspeção veicular, ocasionando a piora da qualidade do ar nas metrópoles e grandes cidades pela emissão de gases que agravam o efeito estufa.

Ao assumir seu atual mandato, a principal alteração que o governo Alckmin promoveu na estrutura da administração pública, foi a subdivisão de Secretarias dividindo, entre outras, a Secretaria de Saneamento e Energia em duas, transferindo a Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria do Meio Ambiente para a nova Secretaria. Com isso, a política de recursos hídricos passou a ter outro enfoque principal que não o ambiental com prejuízo para a política ambiental do Estado.

Em 2012, portanto no segundo ano de gestão, criou duas novas coordenadorias: Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e Coordenadoria de Parques Urbanos. A primeira resulta de desmembramento de Departamento da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais e o segundo de retirada de atribuições da Fundação Florestal.

Com a mudança, a estrutura da Secretaria passou a ter os seguintes órgãos:

CPLA - Coordenadoria de Planejamento Ambiental,

CEA - Coordenadoria de Educação Ambiental,

CBRN - Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais;

CFA - Coordenadoria de Fiscalização Ambiental;

CPU - Coordenadoria de Parques Urbanos;

Instituto Florestal, Instituto Geológico, Instituto de Botânica;

Fundação Florestal, Fundação Parque Zoológico;

CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental.

Destes órgãos apenas a Secretaria do Meio Ambiente – Sede, as Fundações e a CETESB são unidades orçamentárias. Assim, manteve-se a perda de autonomia das Coordenadorias que deixaram de ser unidades orçamentárias a partir da gestão Serra.

Em 2013 algumas das mais importantes entidades ambientalistas do Estado e do país denunciaram o aparelhamento político partidário da Secretaria, com afastamento de servidores de carreira, altamente qualificados, o que resultou em sérios problemas de gestão, tanto na Secretaria, como na Fundação Florestal. Este fato foi confirmado na campanha eleitoral quando se constatou que o assessor do secretário Bruno Covas que foi detido com mais de cem mil reais estava comissionado na CETESB.

ORÇAMENTO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

A tabela abaixo mostra que a participação da Secretaria de Meio Ambiente no Orçamento do Estado, na atual gestão, voltou aos patamares do último ano do PPA 2004-2007.

Comparando a dotação da Secretaria em 2015 com o ano anterior há um aumento de 23,0% no período. Enquanto isso, o Orçamento do Estado teve uma ampliação de 8,2%, indicando significativo aumento da participação da Secretaria do Meio Ambiente no orçamento estadual. Parte deste aumento de dotação tem como origem a conta de compensações ambientais que ficou congelada durante anos e, somente após denúncias teve um montante de cerca de R\$ 183 milhões incorporado ao Orçamento.

Evolução do Orçamento da Secretaria do Meio Ambiente

PPA	Ano	Estado (R\$ bilhões)	Secretaria (R\$ milhões)	Participação
2004-2007	2004	65,7	324,6	0,49%
2004-2007	2005	75,4	368,9	0,49%

2004-2007	2006	84,1	403,3	0,48%
2004-2007	2007	95,7	516,9	0,54%
2008-2011	2008	106,1	652,9	0,62%
2008-2011	2009	118,2	703,5	0,60%
2008-2011	2010	125,5	762,7	0,62%
2008-2011	2011	140,7	840,4	0,60%
2012-2015	2012	156,5	815,5	0,52%
2012-2015	2013	173,2	882,7	0,51%
2012-2015	2014	188,9	1.038,5	0,55%
2012-2015	2015	204,6	1.256,2	0,61%

Na tabela seguinte podemos constatar que a proposta orçamentária para 2015 continuou concentrando recursos na Administração Superior e Sede, a exemplo de 2014 e quase dobrou a dotação da Fundação Florestal, provavelmente em resposta às denúncias de abandono da fiscalização e manutenção das Unidades de Conservação estaduais.

Evolução das Unidades Orçamentárias (em R\$ mil)

ÓRGÃO e Unidade Orçamentária	LOA_2010	LOA_2011	LOA_2012	LOA_2013	LOA_2014	LOA_2015
26000 - Secretaria do Meio Ambiente	779.838	843.440	815.468	882.714	1.038.526	1.259.853
26001 - Administração Superior e Sede	435.865	367.926	290.318	302.414	431.014	493.843
26045 - Fundação Florestal	52.550	124.879	145.976	163.269	145.237	282.389
26046 - Fundação Parque Zoológico	24.003	25.412	30.326	29.541	31.567	33.306
26097 - Cetesb	267.420	325.223	348.847	387.489	430.707	450.313

PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES

Vale destacar que o Orçamento do Estado teve reajuste de 8,2 % de 2014 para 2015. Este é o índice que deve ser considerado por ocasião da comparação de dotação de programas e ações. Assim, mesmo havendo aumento nominal, se ficar abaixo de 8,2% significa redução da participação no conjunto do Orçamento.

2602 – Educação Ambiental

Em relação a 2014 esse programa teve uma redução de R\$ 687 mil, ou 31% de R\$ 2.227 mil para R\$ 1.538 mil após redução de 35,3% no ano anterior. A evolução das dotações e das metas nas principais ações deste programa teve trajetória errática como vemos a seguir:

A ação *Produção e Distribuição de Material de Educação Ambiental* teve dotação ampliada de R\$ 280.003 em 2012 para 1.164.003 em 2013, um acréscimo de mais de quatro vezes e redução para R\$ 889.520 em 2014 e nova redução para R\$ 525.260 em 2015. Porém, a meta foi ampliada em 60%, de 250 mil para 400 mil volumes distribuídos de 2012 para 2013 e reduzida para 200 mil volumes em 2014 o que se manteve em 2015.

A ação *Promoção da Educação Ambiental* teve sua dotação mais que triplicada de 2012 para 2013, de R\$ 500.000 para R\$ 1.652.335 e reduzida para R\$ 1.035.306 em 2014. Em 2015 foi para R\$ 957.467. A meta foi aumentada de 15 mil pessoas atendidas em 2012, para 105 mil em 2013 e novamente reduzida para 50.000 em 2014, o que foi mantido em 2015.

As ações *Manutenção e Atualização do Centro de Referência de Educação Ambiental*, *Articulação, Mobilização e Formação em Educação Ambiental*, *Capacitação em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente* e *Formação em Educação Ambiental* foram extintas ou tiveram dotações bastante reduzidas.

2604 - Gestão e Controle da Qualidade Ambiental

Em relação a 2014 esse programa, que engloba as atividades da Cetesb, teve redução de 4,2%. Passou de R\$ 448.706.660 para R\$ 429.504.537 em 2015. Nesse programa destacam-se as seguintes ações:

Financiamento de Projetos Ambientais pelo FECOP. Essa ação, com R\$ 25.000.000 previstos para 2012, deixou de ter dotação em 2013 e em 2014 teve dotação de R\$ 10.000.000, com previsão de financiar 50 projetos. Em 2015 novamente deixou de ter dotação.

A ação *Projetos do Fundo para Preservação e Remediação de Áreas Contaminadas – FEPRAC* foi contemplada com dotação pela primeira vez em 2014, no valor de R\$ 2.000.000, com meta de financiar apenas um projeto e em 2015 deixou de ter dotação de novo.

Avaliação da Qualidade Ambiental teve redução de 2,9%, R\$ 62.231.899, em 2013, para R\$ 60.485.230 em 2014 e aumento para R\$ 64.938.456, ou 7,2%. A meta de 95 % da rede em funcionamento não é mensurável.

Licenciamento e Controle de Fontes de Poluição teve aumento de 28% com R\$ 216 milhões em 2014 contra R\$ 168 milhões em 2013. Em 2015 foi novamente ampliada para R\$ 173 milhões, ou 3%. A previsão de 23.950 documentos de licenciamento emitidos foi mantida.

Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental. A dotação foi ampliada em 16,6%, de R\$ 28,2 milhões para R\$ 32,9 milhões, de 2012 para 2013. Em 2014 a dotação caiu para R\$ 29,6 milhões, ou 10%. Em 2015 foi novamente ampliada para R\$ 42,3 milhões, ou 43%. A previsão de 295 documentos de licenciamento emitidos foi mantida em todas as propostas apesar das oscilações de valor.

Compensação Ambiental – Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas. Incluída pela primeira vez em 2014 a dotação desta ação era de R\$ 30.000.000. Em 2015 caiu pela metade para R\$ 14,5 milhões. Estranhamente a meta é beneficiar oito municípios apesar deste trecho adentrar o território de apenas três municípios: São Paulo, Guarulhos e Arujá. Fica a questão de não haver dotação estipulada para a compensação ambiental do trecho Leste, que está em fase de conclusão e passa por áreas de preservação.

2607 - Gestão de Áreas Protegidas

De 2013 a 2014 esse programa teve o valor nominal reduzido de R\$ 152 milhões para R\$ 128 milhões, o que corresponde a 16%. Em 2015 pulou para R\$ 393 milhões, triplicando a dotação. A ação *Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica* foi extinta. Permanecem as seguintes ações:

Gestão de Unidades de Conservação. Para essa ação são previstos para 2014 R\$ 56.735.521, valor 3,3% maior do que em 2013, quando o montante foi de R\$ 54.897.944. Este aumento não acompanha a evolução do orçamento do Estado, de 8,5%. O produto dessa ação são unidades de conservação gerenciadas, 84 em 2011, 136 em 2012, 141 em 2013 e 142 em 2014 e 2015. Ao aumento de 69% de unidades gerenciadas em três anos, não houve correspondente acréscimo de recursos financeiros, que cresceram 33,2%. Em 2015 manteve R\$ 56 milhões, com redução de participação real.

Gestão Ambiental da Serra do Mar, Mosaicos e Corredores da Mata Atlântica. Esta ação manteve a mesma dotação entre 2013 e 2014 de quase R\$ 20 milhões. Em 2015 caiu para R\$ 19 milhões.

Recuperação Sócio Ambiental da Serra do Mar e Sistemas de Mosaicos da Mata Atlântica. Para essa ação, que conta com financiamento do BID, são previstos R\$ 93 milhões para 2015. Foram previstos R\$ 51.000.000 em 2014. Em 2013 foram R\$ 77.532.010. O produto dessa ação subiu de 13 para 18 unidades de conservação beneficiadas entre 2014 e 2015.

Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista. Ação incluída na proposta orçamentária de 2014 com dotação de R\$ 2.000.000 e meta de atender 27 municípios. Curiosamente o litoral paulista é composto por 16 municípios. Com financiamento do Banco do Brasil a dotação pulou para R\$ 43 milhões no orçamento de 2015, contemplando 32 municípios.

A ação *Compensação Ambiental* foi incluída nesta proposta orçamentária com valor de R\$ 183 milhões, sendo R\$ 163 milhões para investimentos. Pretende executar 52 planos de trabalho indicados pela Câmara de Compensação Ambiental.

2608 – Pesquisa Ambiental

Esse programa que já teve uma redução de cerca de R\$ 10 milhões de 2012 para 2013 quando passou de R\$ 54.828.895 para R\$ 45.850.897, valor 17,4% menor, sofreu nova redução de cerca de R\$ 2.000.000, em 2014, com dotação de R\$ 43.789.421, ou 4,5% a menos. Para 2015 há nova redução para R\$ 42.874.166. Este programa engloba a atuação dos institutos de pesquisa da Secretaria: Instituto de Botânica, Instituto Geológico e Instituto Florestal, que estão sendo sucateados pelo governo. O programa engloba três ações:

Pesquisa Ambiental e Diagnóstico de Recursos Naturais. Esta ação sofreu forte redução de recursos passando de R\$ 53.125.751 em 2012 para R\$ 43.590.190 em 2013, R\$ 40.469.238 em 2014 com pequeno crescimento em 2015, para R\$ 41.158 mil o que corresponde a reduções de 18% e de 7,2%, respectivamente, totalizando 23,8% em dois anos e aumento de 1,7% para 2015.

Manutenção dos Herbários, Coleções, Acervos, Bibliotecas e Museus. A dotação foi multiplicada em cerca de dez vezes, de R\$ 39.929 em 2012 para R\$ 380.344 em 2013 e novamente quase triplicada com dotação de R\$ 1.034.040 para 2014. A meta foi reduzida de 600.000 para 505.000 amostras conservadas de 2012 para 2013 e ampliada para 886.600 amostras em 2014. Para 2015 retornou ao patamar de 2012 com R\$ 34.537, com 515.000 amostras conservadas.

Conservação das Reservas Biológicas e Monumentos Geológicos. A dotação aumentou 21,6%, de R\$ 1.880.363 em 2013 para R\$ 2.286.143 em 2014. Em 2015 sofreu redução para R\$ 1.681.629, ou 25,6%. São quatro unidades conservadas.

2609 – Planejamento Ambiental

A dotação orçamentária deste programa, com R\$ 3.983.055 em 2013, voltou a patamar nominal semelhante ao de 2011 quando era de R\$ 3.661.898. Em 2012 havia sofrido redução de 33,5%, passando para R\$ 2.432.214. Em 2014 voltou a cair, para R\$ 2.369.381, com redução de 39%. Em 2015 passou a R\$ 1.655.449, com nova redução de 32%. Todas as ações deste Programa foram alteradas de 2011 para 2012.

Foram excluídas as ações: *Município Verde Azul - Protocolo de Conduta Ambiental; Sistematização e Difusão de Informações Ambientais; Apoio à Implementação de Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável; Cenários Ambientais 2020 e Avaliação Ambiental Estratégica.* Foram incluídas as seguintes ações:

Gerenciamento de Informações Ambientais. Dotação ampliada de R\$ 1.268.542 em 2012 para R\$ 2.219.655 em 2013, ou 75%. Em 2014 foi reduzida para apenas R\$ 546.034, ou menos 75%. Em 2015 nova redução para R\$ 420.460, ou 23% a menos. A meta de 81 informações incorporadas à base de dados foi ampliada para 101, ou 25% de 2012 para 2013 e mantida em 2014 e 2015.

38000 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

A Secretaria da Administração Penitenciária tem como atribuições básicas:

- Executar a política estadual de assuntos penitenciários;
- Organizar, administrar, coordenar, inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais: Centros de Detenção Provisória, Penitenciárias, Colônias Agrícolas, Industriais ou similares, Centros de Ressocialização, Centros de Observação Criminológica, Centros de Progressão Penitenciária, Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e outros estabelecimentos dessa natureza que venham a ser criados;
- Classificar os condenados;
- Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de penas privativas de liberdade e de prestação de serviços à comunidade, este último desde que credenciado pelo Poder Judiciário;
- Treinar profissionalmente os sentenciados e oferecer trabalho remunerado;
- Supervisionar os patronatos e a assistência aos egressos;
- Emitir pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas;
- Realizar pesquisas criminológicas;
- Assistir famílias dos sentenciados.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA SAP

Para o cumprimento de suas atribuições a Secretaria da Administração Penitenciária contava em 31/12/2013, conforme publicado no DOE de 30/04/2014, com 48.410 cargos criados, sendo que destes, 35.737 estavam providos e 12.673 vagas. Dos cargos providos 5.864 são de Agente de Escolta e Vigilância Penitenciária e 23.494 de Agente de Segurança Penitenciária, sendo que na classe de AEVP 4.011 cargos estavam vagos e na carreira de ASP os cargos vagos eram 4.771.

A Fundação Manoel Pedro Pimentel, órgão integrante da estrutura da SAP tem como atribuição disponibilizar para custodiados, vagas em cursos de qualificação para o mercado de trabalho e de vagas para a efetivação das atividades de educação básica na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos. Para o cumprimento de suas atribuições a Fundação conta com 787 cargos, dos quais 377 estão ocupados e 410 disponíveis.

A estrutura básica da SAP é a seguinte:

- Administração Superior da Secretaria e da Sede;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado;
- Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado;
- Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário;
- Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania;
- Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP.

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO E DA SAP

RELAÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO COM O ORÇAMENTO DA SAP

	2014	2015	Variação %

Orçamento Geral do Estado	189.112.038.732	204.629.276,252	8,21%
Orçamento SAP	3.955.287.125	4.434.728.734	12,12%

A leitura do quadro acima evidencia que a proposta orçamentária do Estado para 2015 teve um crescimento de 8,21% em relação ao orçamento de 2014. No que tange à Secretaria da Administração Penitenciária, a proposta de 2015 é 12,12% superior ao orçamento de 2014, enquanto que em relação ao orçamento geral do Estado a participação da SAP para 2015 é de 2,17% enquanto que em 2014 foi de 2,09%. É importante registrar que a proposta orçamentária de 2015, comparada com o orçamento de 2014 corrigido à base de 6,31% (IPCA) apresenta uma variação real de apenas 5,47%.

RECURSOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DA SAP LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

Unidade Orçamentária	2014	2015	Variação %
38001 – Administração Superior da Secretaria e da Sede	774.806.260	760.793.463	-1,81%
38003 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Metropolitana de São Paulo	797.496.313	945.299.628	18,53%
38004 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região do Vale do Paraíba e Litoral	380.916.452	436.341.150	14,55%
38005 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Central do Estado	517.382.876	584.421.408	12,96%
38006 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado	636.849.839	711.148.100	11,67%
38007 – Coordenadoria das Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado	691.785.211	789.616.310	14,14%
38008 – Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário	66.444.766	119.933.898	80,50%
38009 – Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania	24.278.012	22.950.294	-5,47%
38045 – Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP	65.327.396	64.224.483	-1,69%
TOTAL	3.955.287.125	4.434.728.734	12,12%

O Quadro Demonstrativo do Orçamento da SAP por unidade orçamentária mostra que as unidades orçamentárias Administração Superior da Secretaria e da Sede, Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania e FUNAP tiveram o orçamento diminuído em relação ao ano anterior enquanto que todas as outras unidades tiveram um crescimento no orçamento.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESPESAS
LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

Despesas	2014	2015	Variação %
Pessoal e encargos sociais	2.277.679.581	2.577.486.220	13,16%
Outras despesas correntes	1.096.302.121	1.271.935.814	16,02%
Investimentos	581.305.423	585.306.700	0,69%
TOTAL	3.955.287.125	4.434.728.734	12,12%

INVESTIMENTOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

Investimentos	2014	2015	Variação %
Programa 3813 - Gestão da custódia e apoio à reintegração social da população penal e egressos	581.305.423	585.306.700	0,69%
Ação 2470 – Expansão e manutenção da infraestrutura para apoiar a custódia e a reintegração	549.263.503	506.786.446	-7,73%
Ação 2504 – Apoio à parceria público-privada para complexos prisionais	1.000	-x-	-100%
Ação 6139 – Gestão humana e segura da custódia	20.280.819	70.772.900	248,96%
Ação 6140 – Assistência ao egresso e à família	10	-x-	-100%
Ação 6141 – Provisão de serviços de necessidades materiais básicas aos custodiados	85.941	-x-	-100%
Ação 6144 – Provisão de postos de trabalho para custodiados e egressos	1.750.000	692.383	-60,44%
Ação 6145 – Assistência legal aos custodiados e serviços de apoio à reintegração social	20	30	50,00%
Ação 6146 – Suporte administrativo e formação do servidor em apoio à custódia e reintegração	9.924.130	6.935.415	-30,12%
Ação 6167 – Conservação, manutenção e reparos das unidades prisionais em apoio à custódia	-x-	119.526	-x-

O quadro demonstrativo dos investimentos evidencia que praticamente não houve crescimento na verba destinada a investimentos na SAP para 2015 e se considerarmos o orçamento de 2014, corrigido à base de 6,31% (IPCA), veremos que a verba para investimentos da SAP em 2015 está sendo diminuída em 5,29%.

Quase que a totalidade dos recursos para investimentos destina-se à criação de novas vagas no sistema penitenciário.

A previsão, de acordo com a proposta orçamentária 2015 é criar 3.072 novas vagas. Registre-se que na LOA 2014 a previsão era criar 5.656 vagas, porém, até o mês de outubro foram criadas apenas 1.924

vagas, sendo 1.080 no Centro de Progressão Penal de Porto Feliz e 844 na Penitenciária Masculina de Bernardino de Campos.

RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS

LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

Recursos Vinculados Federais	2014	2015	Variação %
Outras Despesas Correntes	2.000.020	5.350.030	167,50%
Investimentos	239.214.513	318.494.610	33,14%
TOTAL	241.214.533	323.844.640	34,26%

O quadro acima mostra que houve uma variação positiva da ordem de 34,26% dos recursos vinculados federais na proposta orçamentária de 2015 em relação à Lei Orçamentária de 2014. A maior parte desses recursos destina-se à criação de vagas no sistema penitenciário paulista. Do total de investimentos previstos na proposta orçamentária 2015 para a ação 2470 – Expansão da infraestrutura de apoio à custódia e a reintegração, cujo produto é a criação de vagas no sistema penitenciário, 49,13% são de recursos vinculados federais.

PROGRAMAS E AÇÕES

QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES

LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

Programa	LOA 2014	Proposta LOA 2015	Variação % 2014-2015	Produto
PROGRAMA 3813 – GESTÃO DA CUSTÓDIA E APOIO À REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO PENAL E EGRESSOS	3.955.287.125	4.434.728.734	12,12%	
Ação 2470 – Expansão da infraestrutura de apoio a custódia e a reintegração	549.263.503	506.786.446	-7,73	Vagas criadas no sistema penitenciário
Ação 2504 – Apoio à parceria público-privada para complexos prisionais	1.000	10	-99,00%	Contratos
Ação 6139 – Gestão humana e segura da custódia	2.163.464.215	2.500.884.420	15,60%	Custodiados atendidos
Ação 6140 – Assistência ao	11.579.734	8.771.070	-24,25%	Egressos

egresso e à família				assistidos
Ação 6141 – Provisão serviços de necessidades materiais básicas aos custodiados	702.388.568	858.426.270	22,22%	Custodiados atendidos
Ação 6142 – Provisão serviços de atenção à saúde dos custodiados em apoio à reintegração	141.304.308	130.571.882	-7,60	Custodiados que receberam atendimento
Ação 6143 – Formação educacional e profissional em apoio à custódia e reintegração	5.685.434	5.685.464	0.00%	Presos sentenciados matriculados na educação básica
Ação 6144 – Provisão de postos de trabalho em apoio à custódia e à reintegração	43.247.050	43.538.444	0,67%	Postos de trabalho ofertados a mais em relação ao ano anterior
Ação 6145 – Assistência legal aos custodiados e serviços de apoio à reintegração social	1.281.040	1.281.030	0,00%	Instruções judiciais para concessão de benefícios previstos em lei
Ação 6146 – Suporte administrativo e formação do servidor em apoio à custódia e reintegração	305.834.720	322.854.016	5,56%	Unidades gerenciadas
Ação 6147 – Promoção de medidas alternativas à prisão	6.347.986	6.591.609	3,84%	Apenados em acompanhamento a mais em relação ao ano anterior
Ação 6166 – Promoção da reintegração social a custodiados e familiares	2.373.362	2.899.647	22,17%	Atendimentos realizados
Ação 6167 – Conservação, manutenção e reparos das unidades prisionais em apoio à custódia	22.516.205	46.438.426	106,24%	Unidades prisionais atendidas
TOTAL	3.955.287.125	4.434.728.734	12,12%	

O Programa 3813 – Gestão da custódia e apoio à reintegração social da população penal e egressos é o único programa previsto na proposta orçamentária para 2015 da SAP. Nesse Programa estão incluídas as treze ações do orçamento da Secretaria. O quadro acima mostra que na proposta orçamentária 2015 está previsto um crescimento de 12,12% em relação ao orçamento 2014, porém, ações importantes tiveram suas verbas orçamentárias reduzidas. Estamos falando das Ações 2470 que referem-se à criação de vagas no sistema penitenciário cuja redução é de 7,73%, da Ação 6140 que trata da assistência ao egresso e à família que teve redução de 24,25% e da Ação 6142 referente à provisão de serviços de atenção à saúde dos custodiados que sofreu redução de 7,60%.

A proposta do orçamento do Estado para 2015 mostra que apesar dos recursos terem sido aumentados 12,12% em relação ao orçamento de 2014, aqueles destinados à SAP permaneceram quase os mesmos em relação ao orçamento anterior, se considerarmos sua participação no orçamento geral. Na LOA 2014, o orçamento da SAP representou 2,09% do orçamento geral enquanto que na proposta orçamentária para 2015 o percentual é de 2,17%.

A constatação é que o Governo do Estado tem demonstrado total insensibilidade diante da grave situação do sistema prisional. Faltam cerca de 90 mil vagas no sistema e na proposta orçamentária a previsão é de criação de apenas 3.072 novas vagas em 2015. A continuar assim o sistema prisional do Estado tende a piorar cada vez mais.

Desenvolvimento de Instrumentos de Planejamento Ambiental Territorial. Esta ação que inclui a implantação do Zoneamento Econômico-Ecológico em todo o Estado de São Paulo teve sua dotação reduzida em cerca de três vezes de 2012 para 2013, passando de R\$ 975.607 para R\$ 323.400 e novamente reduzida em 2014 para R\$ 268.491 e em 2015 para R\$ 239.543, ou 26% a menos. O número de estudos previstos, reduzido de nove para seis em 2013 foi mantido em 2014 e 2015.

Elaboração e Monitoramento de Políticas Públicas. A ação teve dotação ampliada de R\$ 1.440.000 para R\$ 1.554.846 em 2014, ou 8% e redução pra R\$ 995.446, ou 36% a menos em 2015.

2610 – Conservação da Biodiversidade

Este programa, depois de ter o valor reduzido quatro vezes de 2011 para 2012, de R\$ 65.095.672 para R\$ 18.574.104, foi para R\$ 24.010.357 em 2013 e para 29.256.502 em 2014, aumento de 22%. Para 2015 estão previstos R\$ 27.976.714, redução de 4,3%. De 2012 para 2013, foi retirada a ação *Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais – Carbono, Água e Biodiversidade*, apesar de ter sido aprovada Legislação Estadual que autoriza o Executivo a pagar por serviços ambientais. A atividade foi incorporada na ação *Sustentabilidade Ambiental*. As principais ações são as seguintes:

Sustentabilidade Ambiental - Microbacias. Teve dotação ampliada de R\$ 7.138.000 para R\$ 13.248.000, ou 85,6%, de 2012 para 2013, a maior parte proveniente de recursos do BIRD. Em 2014 teve novo aumento para R\$ 17.405.000, ou 31,3%. Para 2015 está prevista dotação de R\$ 15.249.500, com redução de 12,4%.

Prevê incentivo a pequenos agricultores familiares e o Produto foi reduzido de 12 Entidades Beneficiadas em 2012 para 10 em 2013, 3 em 2014 e apenas 2 em 2015.

Conservação e Manejo da Fauna Silvestre. Teve dotação reduzida de R\$ 6.175.330 para R\$ 5.176.433 de 2012 para 2013, ficou com R\$ 5.491.647 em 2014 e R\$ 5.465.090 em 2015. O número de espécies estratégicas manejadas foi reduzido de dez para sete, de 2012 para 2013, 2014 e 2015.

Proteção de Remanescentes de Vegetação Nativa. Teve dotação ampliada para R\$ 2.676.274 em 2013, contra R\$ 1.000.000 no ano anterior. Em 2014 foi novamente reduzida para R\$ 1.673.483 e para R\$ 1.315.618 em 2015, ou 21,3% a menos. A meta havia sido ampliada em 100%, de 25.000 para 50.000 ha de área cadastrada de 2012 para 2013, foi reduzida para os mesmos 25.000 ha em 2014 e 2015.

Fomento à Sustentabilidade de Atividades Agropecuárias e Florestais. Objetiva firmar protocolos com os setores sucroenergético, florestal e agrícola. Teve dotação ampliada de R\$ 909.000 para R\$ 1.620.712, ou 78% a mais em 2014. Em 2015 reduziu a dotação para R\$ 1.344.086, 17% a menos. A meta, assim como em 2013 e 2014, é de firmar um protocolo.

Restauração Ecológica – Reserva Legal e Mata Ciliar. A dotação foi ampliada de R\$ 800.650 em 2013 para R\$ 1.859.856 em 2014, ou 132%. Em 2015 foi reduzida para R\$ 525.928, ou 72% menor. A meta foi mantida em 70.000 ha de área restauradas ou em restauração em 2014 e reduzida para 50.000 ha em 2015, indicando a falta de correlação entre dotação e meta.

Gestão da Fauna Silvestre (em cooperação com IBAMA) teve dotação quadruplicada, de R\$ 1.033 mil em 2014 para R\$ 3.945 mil em 2015. A meta foi ampliada de 10 para 18% do sistema de gestão implantado.

Fauna Urbana (voltado para animais domésticos). Teve dotação reduzida de R\$ 172 mil para R\$ 131 mil.

2612 – Fiscalização Ambiental

Programa criado neste PPA, desmembrado de outros, com dotação de R\$ 60.401.620 em 2014 contra R\$ 27.655.919, em 2013. Mais que duplicou o volume de recursos. Para 2015 teve redução para R\$ 45.826.250, ou 24%. Conta com quatro ações:

Fiscalização Florestal, Marítima e Fluvial. Com dotação de R\$ 55.798.674 em 2014 contra R\$ 24.455.919 em 2013, acréscimo de 128%. Em 2015 houve redução para R\$ 45.334.152, ou 19%. Apesar do grande aumento de recursos A meta foi reduzida de 95.000 para 90.000 ações policiais de 2013 para 2014 e 2015.

Combate ao Tráfico de Animais Silvestres. A dotação foi reduzida, de 2012 para 2013, de R\$ 2.289.394 para R\$ 400.000, ou mais de cinco vezes. Em 2014 foi novamente reduzida para R\$ 318.809 e em 2015

para R\$ 215.595. A meta que havia sido ampliada em 5%, de 10.000 para 10.500 ações policiais, de 2012 para 2013, voltou para 10.000 em 2014 e 2015.

Modernização da Fiscalização dos Recursos Naturais. A dotação que havia sido reduzida de R\$ 6.709.468 para R\$ 2.400.000, de 2012 para 2013, foi ampliada para R\$ 4.173.811 em 2014. Em 2015 ficou em apenas R\$ 173.338. No entanto, a meta continua a mesma nos quatro anos, igual a 25% do Sistema modernizado.

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. A dotação foi reduzida de R\$ 400.000 em 2013 para R\$ 110.326 em 2014 e para R\$ 103.165 em 2015. A meta continua igual a 25% do sistema implantado.

2613 – Gestão Ambiental da Regiões Metropolitanas

Este programa teve dotação ampliada de R\$ 49.738.295 em 2012 para R\$ 62.056.940 em 2013, cerca de 25 % a mais e para R\$102.251.926 em 2014, ou 65% a mais. Em 2015 a dotação ficou em R\$ 104.251.543.

As ações *Planejamento Ambiental em Regiões Metropolitanas* e *Proteção e Recuperação das Áreas de Mananciais das Regiões Metropolitanas* foram suprimidas da peça orçamentária.

As demais ações estão voltadas para a gestão do Zoológico de São Paulo, Parque Fontes do Ipiranga, Parque Alberto Löfgren e Jardim Botânico e demais sete Parques Urbanos.

A ação Gestão de Parques Urbanos teve dotação ampliada de R\$ 21.624.460 para R\$ 32.332.877, ou quase 50% de 2012 para 2013 e para R\$ 71.924.019 em 2014, aumento de 122% em 2014 e acumulado de 230%. Em 2015 a dotação é de R\$ 75.072.682. Os parques atendidos passaram de 7 para 13.

2614 - Gestão Ambiental para Proteção da Água

Programa criado no PPA 2012-2015 com dotação de pouco mais de R\$ 300.000, tanto em 2012 como 2013, com três ações: *Capacitação Municipal para Proteção das Águas*, *Promoção à Proteção e Recuperação dos Mananciais de Abastecimento fora das Regiões Metropolitanas* (esta ação com dotação simbólica apesar da rápida deterioração dos mananciais no Interior do Estado) e *Proteção e Gestão dos Aqüíferos*. Em 2014 a dotação passou para R\$ 977.463 e a ação *Recuperação dos Mananciais de Abastecimento fora das Regiões Metropolitanas* foi excluída.

Em 2015 passou para R\$ 9.226.231 com a incorporação dos recursos do FEHIDRO.

2616 - Mudanças Climáticas e Gestão de Riscos

Programa criado no Orçamento de 2013 com dotação de R\$ 12.584.928, toda para a ação *Avaliação e Mapeamento de Áreas de Risco*, com meta de atender 90 municípios e a maior parte dos recursos provenientes de operações de crédito. Em 2014 a dotação despencou para R\$ 325.481, porém o número de municípios atendidos passou de 90 para 113. Em 2015 foi para R\$ 379.132, mantendo o produto. A outra ação do Programa, *Integração da Gestão Ambiental*, que tem como produto monitorar o território, inclusive em relação à supressão de vegetação, tinha dotação simbólica em 2013 e foi retirada do orçamento em 2014. Em 2015 esta ação é contemplada com R\$ 4 milhões para monitorar apenas uma área.

18000 – SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública tem as seguintes atribuições:

- Estudar e implantar técnicas para aperfeiçoamento dos serviços de manutenção da ordem pública e de segurança interna prestados à população do Estado;
- Superintender, planejar, coordenar e dirigir o policiamento civil em todo o Estado;
- Reprimir os delitos lesivos à Fazenda do Estado;
- Proceder as perícias médico-legais e técnico-científicas;
- Realizar os trabalhos de pesquisas nos campos da criminalística e da medicina legal;
- Pesquisar no campo da identificação e realizar a identificação civil e criminal;
- Planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de polícia judiciária, administrativa e preventiva;
- Coordenar e executar a formação, aperfeiçoamento, pesquisa e especialização do pessoal da Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros;
- Planejar e executar o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- Prevenir e extinguir incêndios, prestar socorros públicos e proceder a operações de buscas e salvamento;

Prestar assistência e assessoramento policial civil à Secretaria da Administração Penitenciária.

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA SSP

Para o cabal cumprimento de suas atribuições, a Secretaria da Segurança Pública conta com as seguintes unidades e órgãos: Administração Superior da Secretaria e da Sede, Polícia Civil, Polícia

Militar/Corpo de Bombeiros, e Superintendência da Polícia Técnico-Científica. De acordo com a Relação de cargos providos/preenchidos e vagos publicada no DOE de 30/04/2014, na Polícia Civil existiam em 31/12/2013, 45.361 cargos, sendo 34.828 providos e 10.533 vagos. Na Polícia Militar/Bombeiros, existiam 93.987 cargos dos quais 87.667 providos e 6.320 vagos e na Administração Superior da Secretaria e da Sede dos 689 cargos existentes naquela data, 160 estavam providos e 529 vagos. Os cargos dos policiais da Superintendência da Polícia Técnico-Científica estão incluídos na Polícia Civil.

ORÇAMENTOS GERAL DO ESTADO E DA SSP

	2014	2015	Varição%
Orçamento Geral do Estado	189.112.038.732	204.629.276.252	8,21%
Orçamento SSP	17.799.918.145	20.403.773.844	14,63%

O quadro acima mostra que a proposta orçamentária do Estado para 2015 cresceu 8,21% em relação ao orçamento de 2014. No que tange à Secretaria da Segurança Pública, a proposta orçamentária de 2015 é 14,63% superior ao orçamento de 2014, e em relação ao orçamento geral do estado, a participação da SSP que foi de 9,42% em 2014, na proposta orçamentária de 2015 é de 9,97%.

QUADRO COMPARATIVO DE RECURSOS POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

Unidade Orçamentária	2014	2015	Varição%
18001 – Administração Superior da Secretaria e da Sede	1.068.427.105	1.313.666.388	22,95%
18002 – Polícia Civil do Estado de São Paulo	3.784.279.304	4.366.845.088	15,39%
18004 – Polícia Militar do Estado de São Paulo	12.004.480.319	13.662.153.776	13,81%
18005 – Corpo de Bombeiros	73.825.231	81.923.259	10,97%
18007 – Superintendência da Polícia Técnico-Científica	656.365.296	740.419.079	12,81%
18058 – Caixa Beneficente da Polícia Militar	212.540.890	238.766.254	12,34%
TOTAL	17.799.918.145	20.403.773.844	14,63%

A tabela acima mostra que a proposta orçamentária da Secretaria da Segurança Pública para 2015 teve um acréscimo de 14,63% em relação ao orçamento de 2014 e que todas as unidades orçamentárias da SSP tiveram uma variação positiva.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESPESAS

LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

Despesas	2014	2015	Varição%
Pessoal e encargos sociais	15.480.732.991	17.729.855.454	14,53%
Outras despesas correntes	1.836.911.814	2.124.925.480	15,68%
Investimentos	482.273.340	548.992.910	13,83%
TOTAL	17.799.918.145	20.403.773.844	14,63%

INVESTIMENTOS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

Investimentos	2014	2015	Varição%
PROGRAMA 0100 – SUPORTE ADMINISTRATIVO			
Ação 4985 – Gestão da política de segurança pública	3.106.950	680.000	-78,11%
PROGRAMA 1801-INVESTIGAÇÃO POLICIAL			
Ação 1133 – Instalações da Polícia Civil	3.800.000	37.564.037	888,53%
PROGRAMA 1811 – CORPO DE BOMBEIROS: INCÊNDIO, SALVAMENTO E RESGATE			
Ação 1054 – Construção e Readequação de instalações físicas	2.000.000	3.440.000	72,00%
Ação 4168 – Administração geral do Corpo de Bombeiros	1.657.500	1.657.510	0,00%
Ação 4998 – Prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento	900.000	1.573.000	74,78%
Ação 4999 – Salvamento marítimo	2.400.000	750.000	-68,75%
Ação 5000 – Resgate	x	5.149.960	x

Ação 6061 – Bombeiro educador	700.000	x	x
Ação 6062 – Proteção ao meio ambiente	x	x	x
PROGRAMA 1814 – MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA			
Ação 1293 – Obras e instalações de unidades da polícia técnico-científica	14.261.937	16.325.540	14,47%
PROGRAMA 1817 – ASSIST À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO- CAIXA BENEFICENTE DA POL. MILITAR			
Ação 4251 – Administração geral da Caixa Beneficente da Polícia Militar	x	x	x
PROGRAMA 1818 – MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			
Ação 5004 – Reparcelhamento da polícia paulista	381.846.128	291.728.090	-23,60%
Ação 5642 – Inteligência policial	24.567.422	112.195.560	356,68%
Ação 6058 – Olho digital	30	1.330.000	x
PROGRAMA 1819 – SÃO PAULO VIVENDO EM PAZ			
Ação 1090 – Adequação de unidades policiais militares	25.979.353	41.099.353	58,20%
Ação 4992 – Melhorar sempre. Polícia com excelência	21.054.020	35.499.860	68,61%
TOTAL	482.273.340	548.992.910	13,83%

Percebe-se que os recursos financeiros orçados para investimentos na proposta orçamentária para 2015, no total, são 13,83% maiores em relação ao orçamento anterior, porém, Ações importantes de vários Programas não têm previsão de investimentos em 2015 ou têm recursos menores dos que os orçados no orçamento anterior. Merecem registro as Ações 4985 – Gestão da política de segurança pública cujos investimentos estão sendo diminuídos em 78,11%; 4999 – Salvamento Marítimo, com perda de 68,75%; 5004 – Reparcelhamento da polícia paulista com redução de 23,60% nos recursos para investimentos. Outras importantes ações como as 6122 – Transparência policial; 6062 – Proteção ao meio ambiente e 6064 – Aperfeiçoamento e atualização dos servidores da Polícia Técnico-Científica não têm previsão de recursos para investimentos em 2015.

Quanto à Ação 1293 – Obras e instalações de unidades da Polícia Técnico – Científica, entendemos que os recursos destinados a investimentos na proposta orçamentária 2015 deveriam ser maiores do que os previstos, pois todos sabemos que a grande maioria dos municípios paulistas não conta com unidades do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal e onde elas existem as instalações são precárias e precisam urgentemente de ampliação e reformas.

PROGRAMAS E AÇÕES

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS E AÇÕES

LOA DE 2014 E PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DE 2015

PROGRAMA e AÇÃO	2014	2015	Variação %	Produto
PROGRAMA 0100- SUPORTE ADMINISTRATIVO	1.005.068.661	1.235.613.891	22,94%	
Ação 4985 – Gestão da política de segurança pública	1.004.068.661	1.234.613.891	22,96%	Unidades atendidas
Ação 4987 – Proteção a vítimas e testemunhas	1.000.000	1.000.000	0,00%	Pessoas atendidas
PROGRAMA 1801 – INVESTIGAÇÃO POLICIAL	3.542.455.390	4.184.949.285	18,14%	
Ação 4180 – Administração geral da Polícia Civil	176.176.662	223.891.433	27,08%	Unidades atendidas
Ação 5427 – Seleção, formação, capacitação e aperfeiçoamento dos policiais civis	31.985.823	78.634.949	145,84%	Cursos realizados
Ação 1133 – Instalações da Polícia Civil	3.800.000	37.564.037	888,53%	Obras realizadas
Ação 4195 – Acesso à cidadania	99.543.654	141.954.190	42,60%	Documentos emitidos
Ação 4988 – Transf. gradual dos presos em custódia da PC	25.705.000	25.709.882	0,02%	Presos assistidos
Ação 4989 – Polícia judiciária	3.199.272.549	3.670.835.277	14,74%	Procedimentos de polícia judiciária
Ação 6122 – Transparência policial	5.971.702	6.359.517	6,49%	Procedimentos administrativos
PROGRAMA 1811 – CORPO DE BOMBEIROS: INCÊNDIO, SALVAMENTO E RESGATE	63.225.081	71.323.139	12,81%	
Ação 4168 – Administração geral do Corpo de Bombeiros	6.937.851	7.013.156	1,09%	Unidades administradas
Ação 5705 – Formação e capacitação de bombeiros	9.609.073	9.545.466	-0,66%	Bombeiros capacitados

Ação 1054 – Construção e readequação de instalações físicas	2.000.000	3.440.000	72,00%	Instalações adequadas
Ação 4998 – Prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento	24.202.000	25.171.539	4,01%	Intervenções operacionais
Ação 4999 – Salvamento marítimo	11.705.827	11.376.752	-2,81%	Intervenções operacionais
Ação 6061 – Bombeiro educador	1.700.000	1.096.780	-35,48%	Pessoas orientadas
Ação 6062 – Proteção ao meio ambiente	1.000.000	1.000.000	0,00%	Intervenções operacionais
Ação 5000 - Resgate	6.070.330	12.679.446	108,88%	Atendimentos emergenciais de vítimas
PROGRAMA 1814 – MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	635.165.186	725.582.602	14,24%	
Ação 4174 – Administração geral da polícia científica	602.361.200	688.861.386	14,36%	Unidades administradas
Ação 6064 – Aperfeiçoamento e atualização dos servidores da polícia técnico-científica	254.787	339.720	33,33%	Profissionais treinados
Ação 1293 – Obras e instalações de unidades da polícia técnico-científica	14.261.967	16.325.570	14,47%	Unidades construídas ou reformadas
Ação 4178 – Perícias técnico-científicas: A ciência a serviço da justiça	18.287.232	20.055.926	9,67%	Laudos expedidos
PROGRAMA 1817 – ASSIST. À PM – CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR	212.540.890	238.766.254	12,34%	
Ação 4251 – Administração geral da caixa beneficente da PM	8.643.070	9.041.212	4,61%	Unidade administrada
Ação 4784 – Assist. médica hospitalar e odontológica aos pensionistas da Polícia Militar	203.897.820	229.725.042	12,67%	Pacientes atendidos

PROGRAMA 1818 – MODERNIZAÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA	DA 689.113.017	690.796.322	0,24%	
Ação 5004 – Reaparelhamento da polícia paulista	381.846.178	302.064.570	-20,89%	Equipamentos policiais
Ação 5642 – Inteligência policial	212.171.131	292.731.463	37,97%	Projetos implantados
Ação 6055 – Manutenção de sistemas	91.635.557	91.312.521	-0,35%	Contratos de manutenção celebrados
Ação 6058 – Olho digital	3.460.151	4.687.768	35,48%	Projetos de videomonitoramento implantados
PROGRAMA 1819 – SÃO PAULO VIVENDO EM PAZ	11.652.349.920	13.256.742.351	13,77%	
Ação 6068 – Policial valorizado. Sociedade prestigiada	1.966.300	1.971.301	0,25%	Policial militar motivado
Ação 6066 – Polícia que se vê. Cuidando de você	1.100.000	1.100.000	0,00%	Inserções positivas na mídia
Ação 1090 – Adequação de unidades policiais militares	25.979.353	41.099.353	58,20%	Unidades policiais militares adequadas
Ação 4718 – Polícia comunitária interagindo com o cidadão	1.513.963	1.124.663	-25,71%	Atendimentos sociais
Ação 4993 – Segurança total. Proteção integral	11.368.608.159	12.981.556.909	14,19%	Quantidade de intervenções policiais
Ação 4995 – Escolha certa	98.985.128	30.162.507	-69,53%	Policiais militares formados, capacitados e aperfeiçoados
Ação 4992 – Melhorar sempre. Polícia com excelência	129.912.948	169.936.065	30,81%	Organizações policiais militares certificadas em prêmios de gestão
Ação 5001 – Bem-estar integral	24.284.069	29.791.553	22,68%	Quantidade de policiais militares aptos
TOTAL	17.799.918.145	20.403.773.844	14,63%	

O quadro acima mostra uma redução nos recursos orçamentários para 2015 nas seguintes ações:

4999 – Salvamento marítimo - redução de 2,81%;

5705 – Formação e capacitação de bombeiros = redução de 0,66%;

6061 – Bombeiro educador = redução de 35,48%;

5004 – Reaparelhamento da polícia paulista = redução de 20,89%;

6055 – Manutenção de sistemas= redução de 0,35%;

4718 – Polícia comunitária interagindo com o cidadão= redução de 25,71%;

4995 – Escolha certa = redução de 69,53%.

Dessas reduções as que mais devem ser lamentadas são as verificadas nas Ações 5004 – Reaparelhamento da polícia paulista e 4718 – Polícia comunitária interagindo com o cidadão. Ao reduzir as verbas orçamentárias para essas duas ações o governo deixa claro que não considera como prioridade dotar a polícia de novos e modernos equipamentos, bem como não considera importante a integração polícia-povo.

A análise da proposta orçamentária 2015 para a Secretaria da Segurança Pública mostra que em relação ao orçamento de 2014 está previsto um crescimento de 14,63%, e a participação em relação ao orçamento geral do Estado que em 2014 foi de 9,42%, em 2015 é de 9,97%, ou seja, o crescimento da participação é de apenas 0,55%.

No que diz respeito aos recursos destinados na proposta orçamentária para 2015 aos diversos Programas e Ações, a constatação é que o tímido crescimento de alguns e a redução de outros não possibilitará uma melhora significativa nos serviços de segurança prestados pelo poder público à população do Estado.

ANÁLISE DETALHADA DO VOTO DA RELATORA

Antes de mais nada, quando comparamos os valores suplementados pela relatora da LOA 2015 com outros relatórios, podemos identificar claramente a desvalorização do Poder Legislativo.

Em 2007, o relator deputado Samuel Moreira acrescentou ao orçamento de 2008 o valor de R\$ 1,6 bilhão, ou 1,76% do valor da proposta orçamentária. Para o orçamento de 2008, o relator deputado Roberto Engler acrescentou 1,73% ao orçamento, ou R\$ 2 bilhões. Em 2009, o relator deputado Bruno Covas iniciou o processo de desvalorização da Casa Legislativa, apresentando um relatório com acréscimo de apenas R\$ 170 milhões na proposta orçamentária para 2010, ou 0,14% do orçamento total. Não obstante este valor já irrisório apresentado pelo relator para o orçamento de 2010, no ano passado, o nobre deputado Bruno Covas conseguiu piorar ainda mais o relatório: em seu parecer, o deputado suplementou o orçamento em míseros 0,04% da proposta do Executivo para 2011, ou apenas R\$ 50 milhões. Em 2012, foram R\$ 135 milhões, ou apenas 0,09% do orçamento total.

Neste ano, a deputada Maria Lúcia Amary continua a apresentar uma suplementação orçamentária muito baixa e não altera uma postura dos últimos anos de não ouvir as demandas do povo paulista. A relatora apresenta em seu parecer uma suplementação de R\$ 250 milhões, ou apenas 0,126% do orçamento total.

Em relação, a proposta original do Tribunal de Justiça totaliza R\$ 12.971.930.263,00. Para acatá-la na íntegra, seria necessário ampliar recursos no valor de R\$ 3.494.612.671,00. O governo diz que não pode fazê-lo, isto quando a diversos projetos na casa, enviados por este próprio órgão que prevê aumento de gastos. Deste modo a insensibilidade da relatora, dificulta a aprovação destes projetos. O pior é que se quer aumenta recursos para áreas do Tribunal de Justiça como para a ação orçamentária justiça da infância e juventude que tem apenas verba simbólica de R\$ 10 reais. Ou para atenuar a queda de investimentos que tem previsão em 2014 de R\$ 295 milhões e agora de apenas R\$ 86 milhões, uma queda de quase 71%. O mesmo no tribunal de justiça militar, que pleiteava um aumento geral de 36% e foi concedido um percentual de 7,45%, abaixo do crescimento do orçamento estadual. Isto significa um valor quase 15 milhões a menos.

O mesmo acontece com o Ministério Público, visto que a sua Proposta original totaliza R\$ 2.608.217.998,00 e para acatá-la na íntegra, seria necessário incrementar recursos no valor de R\$ 727.058.952,00.

Louvamos a coerência da relatora que incorporou ao seu relatório as 24 emendas das audiências públicas, no valor de R\$ 120 milhões. Porém vemos como insuficientes os remanejamentos realizados, a começar pelas emendas parlamentares, que apesar do anexo apresentado de indicações, não há claramente demonstrado incremento de receita e despesa para tal finalidade. Ainda mais que ações que normalmente suportam estas despesas apresentam valores menores do que no orçamento vigente. A ação atuação especial em municípios teve corte de R\$ 60,5 milhões e a relatora ampliou a despesa em R\$ 10 milhões e deste modo a queda foi de mais de R\$ 50 milhões ou 19%. Já para a ação articulação municipal e consórcios de municípios o corte foi de R\$ 106 milhões ou mais de 69%. Ainda chamo a atenção que os investimentos previstos na secretaria de planejamento caíram R\$ 176 milhões ou 38%.

A relatora apresentou em seu voto as seguintes alterações aprovando emendas de deputados das comissões no valor de R\$ 25 milhões, que privilegiaram a área da cultura e diversas subemendas no valor de R\$ 11,3 milhões pra diversas secretarias de Estado.

Relatório do Orçamento Comissão de Finanças				
subemenda	órgão	Valor	ação	grupo
1	ALESP	R\$ 5.000.000	funcionamento do processo legislativo	pessoal
2	cultura	1.000.000	Atividade Culturais em parcerias com municípios	investimentos
2	cultura	3.200.000	circulação cultural	outras despesas
2	cultura	2.300.000	São Paulo Escola de teatro	outras despesas

2	cultura	1.500.000	oficinas culturais	outras despesas
2	cultura	2.700.000	gestão de museus	outras despesas
2	cultura	3.600.000	sistema estadual de bibliotecas públicas	outras despesas
2	cultura	5.000.000	PROAC - PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL	outras despesas
3	Agricultura	5.000.000	Melhor Caminho	outras despesas
3	Agricultura	5.000.000	Assistência Técnica e extensão rural	outras despesas
4	logística e transportes	5.000.000	Estradas vicinais	investimentos
4	logística e transportes	5.000.000	Duplicação, implantação e recuperação de rodovias estaduais	investimentos
5	justiça	2.000.000	Garantia dos direitos da criança e do adolescente	outras despesas
6	segurança	20.000.000	Polícia Judiciária	peçoal
6	segurança	5.000.000	Seleção, formação, capacitação e aperfeiçoamento dos policiais civis	peçoal
7	planejamento	10.000.000	Atuação especial em municípios	investimentos
8	desenvolvimento social	5.000.000	Equipamentos Sociais- Centro de Referência da Assistência social	investimentos
8	desenvolvimento social	3.000.000	Equipamentos Sociais- Centro dia do idoso e convivência do idoso	investimentos
8	desenvolvimento social	2.000.000	Proteção social Básica	outras despesas
9	Esporte	2.500.000	esporte e lazer para pessoas portadoras de deficiência	outras despesas
9	Esporte	5.000.000	campeonatos e práticas desportivas	outras despesas
9	Esporte	5.000.000	construção e reforma de equipamentos esportivos	investimentos
9	Esporte	5.000.000	estimulando a melhoria da prática de esporte e lazer	outras despesas

9	Esporte	2.500.000	viva a vida-lazer é qualidade de vida	outras despesas
		111.300.000		
emendas regionais				
emendas regionais	órgão	Valor	ação	região
4426	Agricultura	R\$ 5.000.000	SUBVENÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS - FEAP/BANAGRO	Estado
4442	cultura	R\$ 5.000.000	PROAC - PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL	Estado
4421	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	Osasco
4422	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	São Paulo
4423	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	Piracicaba
4424	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	Jundiaí
4425	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	Baixada Santista
4428	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	Ribeirão Preto
4432	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	São José dos Campos
4434	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	Presidente Prudente
4436	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	ABCD
4437	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	Barretos
4438	Desenvolvimento	R\$ 5.000.000	EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	São José do Rio Preto
4444	Gestão	R\$ 5.000.000	lamspe	Estado
4427	saúde	R\$ 5.000.000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Franca

4429	saúde	R\$ 5.000.000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Sorocaba
4430	saúde	R\$ 5.000.000	APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS NAS UNID. DA ADM. DIRETA E INDIRETA DA SEC.SAÚDE	Araçatuba
4431	saúde	R\$ 5.000.000	APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS NAS UNID. DA ADM. DIRETA E INDIRETA DA SEC.SAÚDE	Bauru
4433	saúde	R\$ 5.000.000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Marília
4435	saúde	R\$ 5.000.000	APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS NAS UNID. DA ADM. DIRETA E INDIRETA DA SEC.SAÚDE	Itapeva
4439	saúde	R\$ 5.000.000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Campinas
4440	saúde	R\$ 5.000.000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Central
4441	saúde	R\$ 5.000.000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES FILANTRÓPICAS E MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO	Guarulhos
4443	Segurança	R\$ 5.000.000	Segurança pública	Estado
		R\$ 120.000.000		
outras emendas				
emenda	autor	valor	objeto	orgão
104	roberto engler	R\$ 5.000.000	projeto guri	cultura
1912	Maria lúcia Amary	R\$ 3.216.000,00	bolsa permanência	Paula souza
3894,3895,3896	Bragato	R\$ 1.500.000,00	Oficinas culturais	Cultura
3917	Bragato	R\$ 700.000,00	reforma centro cultural	Cultura
3995	Bragato	R\$ 500.000,00	centro cultural	Cultura

4088	Bragato	R\$ 5.000.000	Bandas e fanfarras	Cultura
5549	Geriboni	R\$ -	Piscinões-remaneja de investimento para custeio	DAEE
emenda B		10.000.000	Assistência médica , hospitalar e ambulatorial	FANEMA
emenda C		10	Fundo de desenvolvimento Região Metropolitana de Sorocaba	Casa civil
emenda C		10	Fundo de desenvolvimento Região Metropolitana do Vale do Paraíba	Casa civil
emenda D		0	Alteração de fonte de recursos do detran	Planejamento
		R\$ 25.916.020		
		R\$ 257.216.020	Total geral	

O mais grave é colocar verba simbólica para o fundo de desenvolvimento das regiões metropolitanas do Vale do Paraíba e de Sorocaba, quando havia emendas da bancada do PT que previam R\$ 25 milhões para cada região.

A QUESTÃO DA INEXISTÊNCIA DAS EMENDAS DE FATO AO ORÇAMENTO PÚBLICO

As emendas parlamentares ao orçamento também tem sido alvo de intensos debates nesta Casa de Leis. Na prática, **a ALESP nunca permitiu a aprovação efetiva de emendas individuais dos deputados ao orçamento, como ocorre em todas as Casas Legislativas.** No Estado de SP, no entanto, segue-se advogando a existência de uma “jabuticaba” orçamentária, em que apenas aqui o orçamento seria estruturado na forma de programas e ações genéricos, impedindo o acolhimento de emendas “pontuais” dos deputados na sua forma original. Isso não corresponde à realidade. Na verdade, todo orçamento, em qualquer lugar do Brasil, é estruturado na forma de programas e ações genéricos, mas nem por isso algumas emendas orçamentárias dos deputados não podem ser aprovadas

na sua forma integral. Na verdade, elas podem ser incorporadas ao orçamento na forma de subações (projetos e atividades), elemento de desagregação da programação orçamentária existente em qualquer sistema público brasileiro, através do qual, inclusive, o Executivo realiza o controle da realização dos seus próprios investimentos específicos. Como exemplo próximo, podemos citar o caso da Câmara de Vereadores de SP, onde os parlamentares aprovam suas emendas ao orçamento e as mesmas são integradas à peça orçamentária na forma de subações, tornando clara e transparente a sua execução. Levantamento feito junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul reforçam os nossos argumentos, uma vez que nestas casas o orçamento público é aprovado pelo legislativo incorporando-se emendas de fato dos parlamentares e das comissões permanentes, e não na forma de subemendas. Esta medida, do ponto de vista legal, permite ao parlamentar maior garantia sobre a execução da sua emenda. Ao vetar esta possibilidade no Estado de SP, o governo estadual abriu espaço apenas para as “indicações parlamentares”, instrumento sem qualquer garantia legal e baixa transparência. Nesta situação, fica o parlamentar completamente refém “das vontades” e interesses do Executivo.

Para avançarmos ainda mais na análise sobre a procedência em relação ao debate da existência de emendas parlamentares “de fato” ao orçamento

estadual, convém compararmos a situação do parlamento paulista com o parlamento brasileiro.

Grande parte das análises sobre o processo orçamentário no Legislativo derivam de análises referenciadas no sistema político e eleitoral e no grau de desenvolvimento institucional existente nos Estados Unidos. Destas análises, as emendas individuais ao orçamento assumem caráter central, através das quais o parlamentar busca construir laços pessoais/distritais com seu eleitorado, visando garantir seu espaço de poder. Por outro lado, o Poder Executivo encontra-se em posição de desvantagem, tendo que barganhar apoio político mediante a liberação das emendas individuais ao orçamento. Neste ambiente, as emendas individuais orçamentárias reforçam o espaço de políticas locais, particulares e clientelistas, em detrimento das políticas públicas nacionais constantes da proposta orçamentária original. A análise deste processo orçamentário no legislativo americano, normalmente, é transplantada para o Brasil, caminhando-se para as mesmas conclusões. Não por outro motivo, reforça-se no Brasil uma posição de quase repulsa à existência das emendas parlamentares ao orçamento. Por outro lado, análises mais recentes destacam as particularidades da institucionalidade brasileira quando analisamos o processo orçamentário no Poder Legislativo, ressaltando a importância apenas relativa das emendas individuais, as inúmeras regras legislativas que reduzem o peso individual dos parlamentares na definição do orçamento, as diversas restrições legais às

emendas ao orçamento e o papel preponderante do Executivo na matéria orçamentária, sobretudo em sua execução. Ainda assim, estas análises concentram-se na institucionalidade existente no Congresso Nacional.

Quando analisamos a realidade do processo orçamentário na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos deparamos com um número significativamente menor de estruturas e de regras institucionais para a deliberação do orçamento, bem como um grau de dependência do Executivo muito mais elevado. Neste cenário paulista de poucos avanços institucionais, as Audiências Públicas Regionais do Orçamento Estadual, instituídas pelo Poder Legislativo a partir de 2005, têm se constituído em um elemento constante de tensionamento, sobretudo em relação ao próprio Poder Legislativo.

Esta pressão deriva do caráter absolutamente inovador destas Audiências, dentro de uma estrutura institucional extremamente frágil, situação esta que acaba produzindo pressões por avanços na direção da transparência e da participação popular no processo orçamentário dentro do parlamento.

Concordando com as teses que observam muitas diferenças entre o modelo americano e o modelo brasileiro, vamos nos deter na análise das particularidades da institucionalidade brasileira existente no Congresso Nacional no âmbito do processo orçamentário, mais particularmente das leis orçamentárias anuais. Depois destacaremos qual a institucionalidade existente na Assembleia Legislativa de São Paulo quando analisamos o

processo orçamentário, ressaltando suas fragilidades e diferenças em relação ao Congresso Nacional.

Finalmente, convém resgatar o histórico das Audiências Públicas Regionais do Orçamento Paulista, enfatizando os elementos de tensionamento que se apresentam nos últimos anos.

As conclusões desta apresentação apontam para aperfeiçoamentos institucionais que se fazem necessários na Assembleia Legislativa de São Paulo quando tratamos da tramitação do orçamento público, ou em outras palavras, quais regras, metodologias e arranjos precisam ser adotados durante o processo orçamentário no legislativo paulista.

Muitos estudos, sobretudo nos últimos quinze anos, vêm buscando analisar em detalhes o processo orçamentário no Congresso Brasileiro, destacando suas particularidades em relação a outras partes do mundo.

Diversos trabalhos ressaltam as formas pelas quais o processo orçamentário percorre caminhos intrincados dentro do Legislativo Federal, muitos dos quais criados para responder a fragilidades anteriores que levaram a processos de corrupção, outros para garantir a centralidade e a não dispersão de interesses, mantendo o conjunto da proposta orçamentária elaborada pelo Executivo.

A centralidade do Executivo na questão orçamentária já emerge na Constituição Federal de 1988, quando determina que este Poder possui a prerrogativa de iniciar qualquer legislação referente ao Plano Plurianual

(PPA), às Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Orçamento Anual (LOA), a tríade do planejamento orçamentário. Em seu artigo 116, a Constituição estabelece também a possibilidade de que o Congresso faça emendas, desde que observando algumas condições. No caso das emendas à LOA, estas devem indicar os recursos necessários através da anulação de outras despesas, menos as que afetem dotações para pagamento de pessoal e encargos, serviços da dívida e transferências constitucionais.

Estas restrições, combinadas com a Lei 4320/1964, que impede o cancelamento de despesas correntes ou de custeio, empurram as possibilidades de emendas do Legislativo apenas na direção das despesas de investimentos, restringindo-as de forma significativa. Mais ainda, como a iniciativa orçamentária parte do Executivo, cabe ao Legislativo apenas produzir emendas a partir dos programas e das ações definidos anteriormente, ou seja, a estrutura central da peça orçamentária acaba sempre preservada, havendo apenas algumas alterações na alocação dos recursos.

Até 1996, o não estabelecimento de punições fortes ao Executivo caso a peça orçamentária não fosse aprovada até o final do ano reforçava a condição subordinada do Legislativo nesta matéria, situação esta também propiciada pela ausência de regulamentação constitucional para tal assunto. Neste caso, apenas através da LDO, a cada ano, estabelecia-se que a execução se daria em 1/12 ao mês em relação às dotações previstas no

projeto de lei orçamentária enviado ao Legislativo. No período de 1988 a 1996, o Executivo Federal apresentou pouco interesse em aprovar o orçamento dentro do tempo hábil, ou até o final de dezembro do ano anterior à sua vigência, uma vez que poderia executá-lo quase que normalmente no ano seguinte.

A partir de 1997, o Legislativo vem buscando retomar protagonismo nesta questão, incluindo dois tipos de restrições adicionais caso não haja a aprovação do orçamento no prazo legal: limitando as despesas que podem ser autorizadas e o "período máximo de execução excepcional".

Outra questão que restringia o papel do Poder Legislativo na matéria orçamentária era o fato de que a Lei Orçamentária aprovada possuía caráter autorizativo, ou seja, a execução desta lei - a realização das despesas - ficaria a cargo do Poder Executivo. Em outros termos, o governo comandaria totalmente a realização das despesas previstas na lei orçamentária, despesas estas que poderiam ser executadas ou não. Este ponto vem sendo discutido fortemente a partir de 2013, com a tramitação da chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do "orçamento impositivo", definindo que as emendas parlamentares deveriam ser obrigatoriamente executadas, em um limite de até 1,2% da Receita Corrente Líquida, sendo que 50% destas emendas devem ser destinadas à saúde. Resumindo, se neste percurso da relação entre Poderes no âmbito federal, o Legislativo vem buscando e conquistando maior espaço, a situação geral permanece

assimétrica, com o Executivo dominando a arena do planejamento e da execução orçamentária. As vinculações constitucionais de despesas - na Saúde, Educação e Transferências para outros Entes, - quando engessam o Poder Executivo, também provocam restrições adicionais ao Legislativo em seu poder de emendar o orçamento público.

Por estas questões mais gerais, o Legislativo possui uma capacidade bastante reduzida em emendar as peças orçamentárias, revelando-se, em outras palavras, que o parlamento é detentor de um poder relativo quando o assunto é orçamento.

Quando observamos as análises sobre a tramitação interna do processo orçamentário no Congresso Nacional, temos que destacar algumas etapas importantes.

Associando-se às abordagens que destacam a relativização da importância das emendas individuais dos parlamentares em relação aos arranjos coletivos, devemos destacar a institucionalidade do Congresso Nacional na questão orçamentária. Primeiro, cumpre destacar que a proposta do orçamento público é enviada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), com a participação de deputados federais e senadores, responsáveis pela análise do projeto de lei.

As ações desta Comissão foram disciplinadas de forma mais detalhada pela Resolução no. 2/95, produto da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do

escândalo dos "Anões do Orçamento", que acabou modificando fortemente as regras de tramitação do orçamento no Congresso Nacional.

Neste momento foram definidos três tipos de emendas elaboradas pelo Congresso Nacional: individuais, coletivas e dos relatores. As emendas coletivas, por sua vez, podem ser relativas às bancadas estaduais, às bancadas regionais e às comissões do Senado e da Câmara. Uma das principais mudanças introduzidas pela Resolução no. 2/95 foi definir prioridade na votação das emendas coletivas em relação às individuais, reduzindo espaços para corrupção em torno destas últimas emendas, conforme observado no escândalo dos "Anões do Orçamento". Também foram estabelecidos tetos para o número e para os valores das emendas individuais e coletivas, definindo-se também os apoios mínimos exigidos para o acolhimento das emendas coletivas.

As emendas das bancadas estaduais, por exemplo, que precisavam de apoio da metade de seus integrantes segundo a Res. 2/95, passaram a necessitar de dois terços de apoio, de acordo com a Res. no. 1/2001, tornando mais complexo e trabalhoso o processo de articulação política interna para a sua aprovação.

Por fim, as emendas dos relatores passaram por um processo de controle maior através da Res.2/95, quando elas tiveram que se limitar a correções ou omissões identificadas no projeto original.

A institucionalização de um colegiado composto pelo Relator Geral e outros Relatores Adjuntos (sub-relatores) também foi definida nesta Res.2/95, reduzindo a centralização de poder na tramitação do orçamento no âmbito da CMO.

Ainda assim, os relatores conseguiram abrir espaços para ampliar seu poder de emenda, preservando a possibilidade de apresentarem emendas para adequar pareceres setoriais (relatórios das subcomissões), dirimindo eventuais conflitos e redundâncias. Apesar de Sanchez (1998) ressaltar que o poder do relator segue ainda muito grande, uma vez que suas emendas passam inclusive a abrigar as chamadas Emendas de Bancada, enquanto Pereira e Mueller (2002) destacam que muitos parlamentares com maior poder político contornam as estruturas e regras congressuais, fazendo constar suas demandas ainda na fase de elaboração do orçamento no Poder Executivo, ainda assim podemos destacar que a institucionalidade da tramitação do processo orçamentário no Congresso Nacional vem reduzindo os pesos políticos individuais e ampliando a necessidade de construções coletivas na aprovação do orçamento.

Não por outra razão, diversos estudos ressaltam que, se por um lado, o sistema político tende a privilegiar as relações individuais e clientelistas dos parlamentares, com possíveis impactos sobre a matéria orçamentária, por outro, as regras na tramitação orçamentária no legislativo permitem maior

controle por parte do Executivo, reduzindo a margem de manobra de ações individuais por parte dos parlamentares.

Levantamentos empíricos feitos no período 1996 a 2001 comprovaram o peso significativamente maior das emendas coletivas e dos relatores em detrimento das emendas individuais. Segundo levantamento dos autores, mais de 82% dos recursos ao orçamento aprovados pelo Congresso eram frutos de emendas coletivas ou dos relatores, enquanto apenas 17% dos recursos consignados no orçamento foram originados a partir de emendas individuais.

Finalmente, analisando a execução efetiva das emendas pelo Poder Executivo, a taxa de execução média das emendas individuais no período foi de 59,6%, enquanto a execução média das emendas coletivas das comissões foi de 78%, reforçando a tese de que as construções coletivas no Congresso possuem primazia em relação às iniciativas individuais. Diversos estudos também ressaltam outras inovações na tramitação do processo orçamentário no legislativo. Entre elas, destaca-se a adequação das normas legislativas internas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, Lei Complementar 101/2000) através da Res.1/2001. Esta medida implantou a obrigatoriedade de apreciação da CMO dos relatórios de gestão fiscal, dos resultados fiscais e medidas de contingenciamento, previstos na LRF, bem como a criação de Comitês de Apoio aos relatores do orçamento, sendo

obrigatórios os comitês de Receita, Emendas e de Obras com Gestão Irregular.

Estas medidas, sem dúvida, aprofundaram os compromissos da tramitação orçamentária no Congresso Nacional com as políticas macroeconômicas desenvolvidas pelo Executivo e baseadas no Ajuste Fiscal Permanente.

Já através da Res. 1/2006, o parlamento estabeleceu a redução no quórum necessário para a aprovação das emendas orçamentárias na CMO e garantiu rotatividade nos membros da Comissão e nas relatorias. Mais ainda, esta Resolução estabeleceu a previsão de audiências públicas conjuntas entre a CMO e as demais comissões temáticas para a discussão dos relatórios do orçamento setoriais, ampliando espaços de participação da sociedade nos processos de tramitação orçamentária.

Também se estabeleceu que as comissões poderiam indicar ao Relator Geral até três programas ou ações prioritárias passíveis de emendas coletivas e que deveriam integrar o Relatório Preliminar do orçamento.

Uma das principais mudanças produzidas por esta Res 1/2006 foi a institucionalização da figura do Relator da Receita, tornando menos forte a figura do antigo Relator Geral, que definia as emendas destinadas a novas despesas e também era responsável pelas reestimativas de receitas para fazer frente às despesas. Agora o Relator Geral teria que se submeter aos limites aprovados no relatório das receitas.

Esta Res 1/2006 também estabeleceu a existência de quatro comitês permanentes, cada um com coordenação e tendo como atribuição produzir relatórios destinados à deliberação pelos parlamentares da CMO. Os comitês permanentes seriam os seguintes: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, Comitê de Avaliação da Receita, Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves e Comitê para Exame de Admissibilidade de Emendas. Estes comitês teriam membros indicados pelos líderes partidários, e não pelo Relator Geral.

A Res 1/2006 também buscou revalorizar as emendas coletivas, uma vez que estas, com o passar do tempo, começaram a ser desvirtuadas, tornando-se emendas genéricas que poderiam ser divididas entre diversos municípios dentro de uma determinada bancada, tornando-as, na prática, emendas novamente individuais. Estas emendas ganharam o apelido de "rachadinhas". Através desta nova normatização, foi definido que as emendas coletivas deveriam ser direcionadas para projetos estruturantes em um determinado Estado ou região, sendo vedada a possibilidade que as emendas coletivas pudessem resultar em convênios com mais de um ente federativo ou entidade privada.

Estas mudanças institucionais no processo orçamentário dentro do Congresso Nacional, em síntese, apontam para algumas tendências: redução do papel do Relator Geral do orçamento; priorização das chamadas

emendas coletivas em relação às emendas individuais; definição clara de regras para admissibilidade de emendas ao orçamento; ampliação dos espaços de participação da sociedade na construção das emendas.

Já no âmbito estadual, poucos são os estudos recentes que destacam o processo orçamentário na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP).

Alguns concentram-se na análise comparativa entre as Assembleias Legislativas sobre a forma de apresentação de emendas ao orçamento, ressaltando que na ALESP a apresentação de emendas ao orçamento é feita de forma aberta, sendo todas as emendas apreciadas pelo Plenário, mesmo que com parecer contrário pelo Relator do Orçamento na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

Outros estudos investigam a centralização institucional existente nos processos orçamentários nas Assembleias Estaduais e sua conveniência política para os governadores. Neste caso, o legislativo paulista é marcado por forte centralização na tramitação orçamentária, baseando tal análise na existência de apenas uma comissão responsável por analisar o orçamento, na existência apenas opcional de relatores parciais do orçamento e na falta de clareza na possibilidade de haver emendas do relator. Ao mesmo tempo, existe uma relativa frouxidão na admissibilidade de emendas ao orçamento.

Os poucos estudos existentes revelam, na verdade, que a tramitação orçamentária no legislativo paulista possui um baixíssimo grau de institucionalização quando comparamos com o processo no legislativo

federal. Esta informalidade, aliás, já havia sido destacada por estudos anteriores, produzidos nos anos 90, mantendo-se como tônica nos últimos anos.

O Regimento Interno da ALESP, em seus Artigos 246, 247 e 248, estabelece os prazos para envio dos projetos orçamentário pelo Executivo ao Legislativo, o prazo para recebimento de emendas parlamentares, o período para envio do projeto de lei orçamentária e emendas à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP), os prazos para esta comissão exarar parecer, as emendas que serão efetivamente admitidas e a possível designação de Relatores Parciais para auxiliar um Relator Geral na confecção das análises e parecer geral do orçamento público.

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de São Paulo, no período analisado por este trabalho, não publicou nenhuma resolução adicional sobre tramitação da matéria orçamentária. Já a CFOP publicou apenas uma resolução, em 2012, estabelecendo regras para a realização das audiências públicas do orçamento.

Diante deste quadro de fragilidade institucional, podemos detectar os seguintes problemas mais importantes no processo orçamentário dentro do legislativo paulista: Primeiro, apesar da possibilidade de nomeação de relatores parciais do orçamento, o que encontramos nestes últimos dez anos tem sido a quase total concentração do processo nas mãos de um Relator Geral, sempre ligado à base governista. Apenas durante os anos de 2011 e

2012 foi indicado um relator parcial para tratar das emendas elaboradas para atender demandas apresentadas nas Audiências Públicas Regionais do Orçamento. Neste período, ao contrário do processo no Congresso Nacional, não se introduziu a figura do Relator da Receita, mantendo-se todo o poder concentrado nas mãos de apenas uma pessoa. Tampouco se abriu para parlamentares da oposição a oportunidade de relatar, nem que parcialmente, algum ponto do orçamento público.

Apesar de não haver clareza regimental, o Relator do Orçamento tem utilizado de forma ampla a prerrogativa em emendar o orçamento, atendendo demandas pontuais do Executivo, de alguns parlamentares, da Mesa da Casa e de outros Poderes, sobretudo o Judiciário. Neste ponto, deve-se sempre destacar que não existe qualquer regulamentação sobre a admissibilidade destas emendas do relator.

Em segundo lugar, a apresentação das chamadas emendas coletivas ao orçamento só foram aceitas a partir de 2009, e ainda assim apenas através das comissões permanentes. Esta aceitação passou a vigorar uma vez que a CFOP passou a ter necessidade em elaborar emendas da comissão que dialogassem com as principais demandas apresentadas em cada Audiência Pública Regional do Orçamento.

Estas emendas também carecem de qualquer regulamentação específica, e não possuem qualquer prioridade na tramitação e aprovação orçamentária. Em terceiro, a relativa "liberdade" para a apresentação de emendas ao

orçamento converte-se em argumento principal para que nenhuma emenda parlamentar seja de fato aprovada na sua íntegra em todos esses anos. Na legislação, o regimento interno apenas proíbe a admissibilidade de emendas que estejam em desacordo com o PPA e a LDO e que não indiquem outras dotações para serem anuladas parcialmente ou totalmente, ressalvando a impossibilidade de se anular recursos para o pagamento de pessoal e encargos, serviços da dívida e transferências para os municípios.

Na prática, outra restrição que existe quanto à admissibilidade de emendas diz respeito à impossibilidade em se apresentar emendas mais específicas, que de fato definam formalmente recursos para determinados municípios ou entidades específicas. Desta forma, as emendas individuais ou coletivas não podem ser elaboradas formalmente ao nível de projetos e/ou atividades (ou sub ações) orçamentárias, mantendo-se de forma genérica. Também não existem tetos para a elaboração e/ou admissibilidade de emendas individuais ou coletivas, nem um comitê responsável por esta análise. Os parlamentares podem, portanto, apresentar milhares de emendas todos os anos, que serão analisadas apenas pelo Relator Geral em sua admissibilidade legal, orçamentária e política.

Esta situação acaba por estimular uma grande discricionariedade do Relator no processo orçamentário no legislativo paulista. O Relator do Orçamento, normalmente, acata um conjunto de emendas individuais ou coletivas através das chamadas "subemendas", que descaracterizam completamente a

vontade do parlamentar. Em geral, através deste procedimento, o Relator reúne dezenas ou centenas de emendas relativas a uma ação orçamentária em uma só "subemenda", alocando um recurso apenas simbólico para o atendimento desta ação.

Este procedimento acaba por produzir uma total informalidade no processo orçamentário, já que os deputados não conseguem aprovar emendas ao orçamento de forma legal (oficial), mas sim as chamadas "indicações orçamentárias", negociadas apenas politicamente e caso a caso com representantes do governo estadual, podendo ser alteradas a qualquer momento. Toda esta fragilidade institucional é ressaltada por Praça (2011), que aponta a necessidade de avanços na redução de discrepâncias entre a LDO e a LOA, a falta de transparência acerca das emendas orçamentárias propostas pelos deputados, tratadas como "indicações orçamentárias" e a inexistência de uma assessoria técnica suficiente e pertencente aos quadros permanentes do Legislativo responsável por analisar as peças orçamentárias.

Ao contrário do que ocorreu no Congresso Nacional, nem o escândalo das "emendas parlamentares ao orçamento paulista" revelado no final de 2011 serviu para que houvesse um esforço em se produzir regras mais claras para a elaboração, aprovação e fiscalização de emendas ao orçamento no legislativo paulista.

A única inovação produzida pela Assembleia Legislativa de São Paulo nestes últimos dez anos foi a introdução de Audiências Públicas Regionais do Orçamento do Estado, abrindo canais de participação da população em todas as regiões do Estado para a apresentação de demandas ao orçamento público estadual. Ainda assim, a falta de definição legal e institucional deste processo vigorou até 2012, travando-se uma batalha política anual no interior da CFOP para que as audiências fossem efetivamente realizadas. Como veremos, estas Audiências têm provocado grande pressão sobre o próprio legislativo, na direção de uma maior institucionalização do processo orçamentário que seja capaz de produzir maior transparência e participação dos parlamentares e da população nas decisões sobre os recursos públicos do Estado.

Estas questões de fragilidade institucional da Assembleia Legislativa de São Paulo no processo orçamentário ganharam mais relevância com a introdução das Audiências Públicas Regionais do Orçamento, realizadas pelo Legislativo paulista.

Cumprir lembrar que, em 2005, após anos de pressão política por parte da bancada de oposição na Assembleia Legislativa de São Paulo (bancada esta "puxada" pelo Partido dos Trabalhadores), foi aprovada na então Comissão de Finanças e Orçamento a realização de Audiências Públicas Regionais do Orçamento.

Esta aprovação se inseriu em um processo político interno de derrota do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na eleição para a Presidência da Mesa Diretora para o biênio 2005/2006, com impacto nas eleições das presidências das principais comissões permanentes, entre elas a CFOP. Nesta disputa, a chapa vitoriosa reuniu as bancadas de oposição e setores da bancada governista, capitaneadas pelo Democratas (DEM). Neste primeiro ano, foi definido que seriam realizadas audiências públicas em todas as regiões de governo do Estado de São Paulo e em todas as sub-regiões da Região Metropolitana de São Paulo, totalizando 49 Audiências ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro de 2005.

Nos anos seguintes, este número de audiências foi reduzido, procurando adequar este cronograma de audiências ao calendário do Legislativo, principalmente nos anos com eleições estaduais, quando as audiências foram antecipadas para o primeiro semestre. Diante da falta de regulamentação, a disputa pelo número e locais das audiências sofria grande pressão política no interior da CFOP.

Para que possamos compreender este processo político, em 2008 foram realizadas apenas 11 Audiências Públicas Regionais do Orçamento, fruto do maior peso governista na CFOP. Já em 2010, por conta de uma pressão popular na Zona Leste de São Paulo, a CFOP realizou uma Audiência Pública inédita no Bairro de São Miguel Paulista. Apenas a partir de 2012, através de Resolução Interna da CFOP, definiu-se que seriam realizadas

obrigatoriamente Audiências Públicas do Orçamento em todas as Regiões Administrativas, Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado de São Paulo, conservando-se também uma descentralização mínima para a Região Metropolitana de São Paulo.

Desde então, as Audiências Públicas Regionais do Orçamento Estadual vêm ocorrendo nas seguintes regiões:

- Administrativas: Presidente Prudente, Marília, Bauru, Araçatuba, São José do Rio Preto, Barretos, Central, Ribeirão Preto, Franca, Sorocaba, Registro e Itapeva

- Metropolitanas: São Paulo (Capital, ABC, Alto Tietê e Oeste), Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba e Litoral Norte;

- Aglomerações Urbanas: Jundiaí e Piracicaba;

Através deste processo único de regulamentação, foi também garantido a possibilidade de rodízio das cidades-sede, desde que respeitadas as regiões onde obrigatoriamente deveriam ocorrer os eventos.

Outra questão definida na Resolução da CFOP foi a oficialização da antecipação do calendário das audiências para o primeiro semestre em anos com eleições estaduais. Através destas Audiências as demandas da população ao orçamento paulista foram sendo recebidas, orientando os deputados na elaboração de suas emendas.

As audiências, deste então, têm sido realizadas, normalmente, nas Câmaras Municipais das cidades-sede, e em todas elas, a dinâmica desenvolvida buscou passar informações institucionais sobre o processo orçamentário, sobre o Orçamento Estadual e sobre o papel do legislativo, através de um vídeo apresentado no início das sessões.

Depois, os participantes das audiências têm apresentado, oralmente, sugestões gerais, pontuais ou regionais ao orçamento do Estado. Apenas ao final, os deputados presentes e os anfitriões fazem o uso da palavra. As sugestões, para serem transformadas em emendas parlamentares, também devem ser preenchidas por escrito em um formulário padrão, entregue em cada audiência. Também o site da ALESP permite, desde então, o recebimento de sugestões on-line. Uma equipe técnica da ALESP fica responsável pela organização das audiências, elaboração de reportagens, fotografia dos eventos e digitação de todas as sugestões feitas por escrito nas Audiências ou através do site, disponibilizando-as no portal da ALESP. A TV Assembleia, na maior parte dos anos, ficou responsável pela cobertura televisiva institucional das audiências, que contaram também com a presença de inúmeros veículos locais da imprensa, tais como jornais, rádios e emissoras de televisão.

As principais sugestões foram sendo, posteriormente, transformadas em centenas de emendas regionais ao orçamento, assinadas pela maioria dos parlamentares.

Se em 2005 as Audiências tiveram um caráter inédito, permitindo que os movimentos sociais organizados e os representantes dos pequenos municípios fossem ouvidos pela primeira vez na história do Estado, a partir de 2006, as Audiências propiciaram um grau maior de organização regional, possibilitando a associação entre diversos municípios e a apresentação de uma pauta conjunta de reivindicações, como aconteceu nas regiões de Fernandópolis/Jales, Araraquara/São Carlos, Guarulhos/Alto do Tietê, Campinas e Região Metropolitana, etc. Não por outro motivo, sugestões que possuíam um caráter quase "paroquial" deram espaço, gradativamente, para sugestões de caráter regional, como a solicitação de hospitais regionais, duplicação ou recuperação de rodovias estaduais, criação de escolas técnicas, implantação de poupa-tempos, etc.

Questões relativas à valorização dos servidores públicos estaduais sempre apareceram nas audiências, com especial destaque para a situação do IAMSPE, o serviço médico e hospitalar dos funcionários públicos estaduais.

A articulação regional dos participantes produziu pressões para que a CFOP fosse capaz de elaborar emendas coletivas da própria comissão, fruto das principais demandas regionais apresentadas nas Audiências. Cabe salientar que até 2009, as emendas poderiam ser de iniciativa do parlamentar, mesmo que assinadas posteriormente por vários outros. Através deste procedimento, apenas um autor da emenda ganharia destaque, ofuscando o caráter coletivo da mesma.

Em 2009, a ALESP abriu a possibilidade de serem elaboradas emendas das comissões permanentes ao orçamento, a serem assinadas por todos os membros efetivos das respectivas comissões. Este avanço visava garantir, principalmente, a necessária elaboração de emendas pela CFOP para o atendimento das principais demandas regionais apresentadas nas Audiências Públicas. Esta definição, por sua vez, não foi institucionalizada de forma ampla, abrindo-se apenas no sistema de proposições a possibilidade de elaboração destas emendas coletivas.

Vencida esta etapa, as Audiências Públicas do Orçamento vem esbarrando em derradeiros desafios colocados ao próprio Poder Legislativo no que diz respeito à tramitação da peça orçamentária.

O poder altamente concentrado na figura do Relator Geral do Orçamento vem dificultando, por exemplo, espaços de discussão mais ampla no interior da CFOP sobre quais emendas poderão ser acatadas no parecer final.

A falta de regras que, de fato, priorizem as emendas coletivas no parecer final do Relator acabam por reduzir o peso ou importância das emendas feitas a partir das sugestões de caráter regional apresentadas nas Audiências.

Por fim, a prática sistemática de transformar todas as emendas apresentadas em subemendas apenas simbólicas, submetidas à aprovação final no plenário da Casa, esvazia por completo o poder do legislativo paulista em emendar o orçamento, tornando o processo das Audiências sem nenhuma

capacidade deliberativa, convertendo-as apenas em um processo de "escuta forte".

Em síntese, as Audiências Públicas Regionais do Orçamento Estadual vem produzindo inúmeras tensões sobre o próprio legislativo paulista, tensões estas em razão das fragilidades institucionais no processo de tramitação orçamentária.

Ciente destes problemas, que colocam a Assembleia Legislativa em posição de absoluta fragilidade institucional na tramitação orçamentária, principalmente quando comparado com o Congresso Nacional, a Bancada do PT na ALESP apresentou a emenda no. 2732, que estabelece que “o *Governo do Estado criará um módulo específico no SIGEO para acompanhamento da execução orçamentária referente às alterações nos valores das dotações promovidas pelo Poder Legislativo na proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, devendo constar:*

a) número da emenda acatada, nome e partido do parlamentar;

b) número e nome do órgão, do programa e da ação referente à emenda;

c) valor aprovado previsto;

d) data e valor empenhado, liquidado, pago e pago em restos a pagar referentes à emenda;”

Através desta emenda, buscou-se regulamentar a Lei Complementar nº 1.156, de 29 de dezembro de 2011, estabelecendo a implantação de um

sistema de acompanhamento da liberação das emendas parlamentares ao orçamento, tal como ocorre em âmbito federal, mas isso segue sem ser implantado no Estado de SP.

A QUESTÃO DA CRISE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE SP

Universidades: a omissão do governo e o desastre anunciado.

As universidades públicas paulistas deixaram de receber até setembro de 2014 a quantia de R\$ 414 milhões. Além do mais os recursos provenientes de dívida ativa e do PEP não estão sendo repassado, o que representa pelo menos mais R\$ 220 milhões.

Discriminação	Janeiro-setembro	Janeiro-setembro	Variação	Variação
	Previsto	Realizado	Nominal	Percentual
USP	3.446.838.099	3.228.589.961	- 218.248.138	-6,33%
UNESP	1.607.441.085	1.505.576.389	- 101.864.696	-6,34%
UNICAMP	1.504.855.872	1.410.715.455	-94.140.417	-6,26%
Total	6.559.135.056	6.144.881.805	- 414.253.251	-6,32%

As universidades paulistas, segundo o Estadão, pediram R\$ 400 milhões a mais para o governo paulista, demandando a elevação do valor repassado as universidades de 9,57% do ICMS para 9,907%, além de suprimir o desconto para a habitação.

O governo paulista não honrou o acordo por escrito com universidades paulistas para a construção do campus em Limeira e a incorporação pela USP da faculdade isolada de Limeira, que representa R\$ 300 milhões.

Comparando o orçamento de 2015 com 2014, a Universidade de São Paulo tem redução real de investimentos - R\$ 166 milhões (-74%) e outras despesas correntes -212 milhões (-15%). Esta queda dos investimentos se deve a retirada de recursos do tesouro estadual que cai de mais de R\$ 24 milhões para a quantia simbólica de 10 reais, associada a queda de recursos próprios em mais de R\$ 158 milhões. Para amenizar a situação houve incremento de recursos federais da ordem de R\$ 16,6 milhões. Já as despesas correntes seguem o mesmo padrão com queda de R\$ 3,8 milhões de recursos do tesouro e de mais de R\$ 208 milhões de recursos próprios. Por ação orçamentária destacamos a queda de assistência médica hospitalar (hospital universitário) que chegou a R\$ 61 milhões, para adequação estrutura física universidades e faculdades publicas os valores foram

reduzidos de R\$ 194 milhões para 10 reais. Além disto houve corte drástico para os restaurantes universitários de mais de 85% e para serviços de informatização (-57%).

Na Unicamp, o corte se concentra no custeio (outras despesas correntes) que chegou a R\$ 159 milhões. Os investimentos tiveram uma queda real de 3,5%, que se deve aos recursos do tesouro que em 2014 havia previsão de aporte de mais de R\$ 10 milhões e agora não tem previsão de recursos. Duas ações orçamentárias tiveram corte acentuado: ADEQUACAO ESTRUTURA FISICA UNIV. FAC.PUBLICAS que caiu de quase R\$ 42 milhões para 10 reais e ENSINO GRADUACAO NAS UNIV. E FAC. ESTADUAIS que teve corte de quase 94 milhões.

Na Unesp, o corte se concentrou em pessoal (-6,3% em valor real) e R\$ 42,6 milhões para outras despesas correntes. O hospital universitário, contemplado na ação assistência médica e hospitalar com R\$ 56,2 milhões em 2014, não tem dotação para 2015, visto que esta ação não consta do orçamento da Unesp.

	LOA 2014	LOA 2014 corrigida (IPCA = 6,31%)	PLOA 2015	variação	variação nominal %	variação real %
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	5.017.864.619	5.334.491.876	5.321.395.013	303.530.394	6,0%	-0,2%
INVESTIMENTOS	224.108.292	238.249.525	57.862.810	-166.245.482	-74,2%	-75,7%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.436.778.870	1.527.439.617	1.224.136.312	-212.642.558	-14,8%	-19,9%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.356.977.457	3.568.802.735	4.039.395.891	682.418.434	20,3%	13,2%
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	2.557.588.450	2.718.972.281	2.722.534.018	164.945.568	6,4%	0,1%
INVESTIMENTOS	175.518.347	186.593.555	180.000.010	4.481.663	2,6%	-3,5%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	852.628.112	906.428.946	692.658.755	-159.969.357	-18,8%	-23,6%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.529.441.991	1.625.949.781	1.849.875.253	320.433.262	21,0%	13,8%
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	2.374.984.874	2.524.846.420	2.518.762.146	143.777.272	6,1%	-0,2%
INVESTIMENTOS	800.040	850.523	195.240.040	194.440.000	24303,8%	22855,3%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	474.490.098	504.430.423	431.836.410	-42.653.688	-9,0%	-14,4%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.899.694.736	2.019.565.474	1.891.685.696	-8.009.040	-0,4%	-6,3%
10063 - CENTRO EST. EDUC. TECNOLOG. PAULA SOUZA-CEETEPS	1.843.598.055	1.959.929.092	2.040.285.134	196.687.079	10,7%	4,1%
INVESTIMENTOS	230.372.070	244.908.548	224.067.120	-6.304.950	-2,7%	-8,5%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	333.664.053	354.718.255	382.073.433	48.409.380	14,5%	7,7%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.279.561.932	1.360.302.290	1.434.144.581	154.582.649	12,1%	5,4%
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	76.514.955	81.343.049	86.615.054			

Segundo estudos detalhados do Fórum Das Seis, muitos são os problemas vividos pelas Universidades Paulistas, principalmente diante de um processo de expansão com restrições de financiamento, observados desde 1995.

Segundo análise desta entidade, *“é importante lembrar que só a partir de 1995 é que passou a vigorar a alíquota de 9,57% da arrecadação do ICMS-Quota Parte do Estado (ICMS-QPE) — inscrita no artigo 4º da LDO —, uma conquista do Fórum das Seis na Assembleia Legislativa (Alesp). As alíquotas anteriores, 8,4% e 9% provaram ser altamente insuficientes para a manutenção adequada das universidades estaduais paulistas.*

Contudo, repete-se esta situação de insuficiência de recursos, há anos registrada pelo Fórum das Seis, que necessita de providências urgentes por parte da ALESP.

Em que pese a falta de recursos e os salários modestos, foi enorme a expansão das estaduais paulistas no período, fruto de trabalho árduo de docentes e funcionários técnico-administrativos, juntamente com a capacidade de tolerar condições bem aquém de adequadas às quais os estudantes têm sido submetidos. O quadro a seguir mostra este esforço, nem sempre devidamente valorizado pelo governo do Estado de São Paulo”.

Universidades estaduais paulistas: crescimento de 1995 a 2013

UNESP

UNICAMP

USP

	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação	1995	2013	Variação
Docentes	3.497	3.730	6,7%	1.996	1.759	- 11,9%	5.056	6.008	18,8%
Técnico-administrativos	7.918	7.247	- 8,5%	8.681	8.254	- 4,9%	15.105	17.451	15,5%
Cursos de graduação	80	130	62,5%	44	68	54,5%	132	285	115,9%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.434	72,4%	1.990	3.320	66,8%	6.902	10.692	54,9%
Alunos matriculados / graduação	19.618	36.264	84,9%	9.023	18.338	103,2%	32.834	58.204	77,3%
Cursos de pós-graduação	83	233	180,7%	85	142	67,1%	476	664	39,5%
. Mestrado	-	132	-	46	74	60,9%	257	347	35,0%
. Doutorado	-	101	-	39	68	74,4%	219	317	44,7%
Alunos matriculados / pós-graduação	4.777	12.818	168,3%	8.771	16.195	67,6%	19.683	34.588	75,7%
. Mestrado	3.395	6.920	103,8%	3.830	5.263	37,4%	8.024	14.149	76,3%
. Doutorado	1.382	5.898	326,8%	2.996	6.141	105,0%	6.060	15.398	154,1%
. Especialização	-	-	-	894	1.425	59,4%	-	-	-
. Especiais	-	-	-	1.945	3.366	73,1%	5.599	5.041	- 10,0%
Títulos outorgados (total)	581	2.775	377,6%	1.044	2.256	116,1%	2.643	6.245	136,3%
. Mestrado	433	1.790	313,4%	724	1.310	80,9%	1.584	3.817	141,0%
. Doutorado	148	985	565,5%	320	946	195,6%	1.059	2.428	129,0%

Fonte: Anuários Estatísticos da Unesp, Unicamp e USP (1996-2014).

O estudo ainda destaca que “*para além do esforço que resultou na expansão citada, todo ele custeado com a presente alíquota de 9,57% do ICMS-QPE, há ainda outros componentes importantes que indicam a insuficiência deste patamar de financiamento das estaduais paulistas. Entre eles, merecem destaque:*

- a) *A contribuição previdenciária das universidades (patronal) passou de 6% — há época do antigo IPESP — para 22% da folha do pessoal autárquico, um aumento muito significativo;*
- b) *Muito embora tenha sido declarada inconstitucional a destinação de 1% da arrecadação do ICMS para Habitação, o governo permanece descontando da base de cálculo de repasse às universidades o montante destinado aos programas habitacionais que patrocina.*

Que a nossa posição sobre esta questão fique muito clara: todas as verbas destinadas ao atendimento de direitos sociais, como Educação, Saúde, Habitação e Previdência, entre outros, são fundamentais e sempre defenderemos sua ampliação. O que é inaceitável é tirar de um para financiar outro, ou seja, tirar da Saúde para financiar a Previdência ou tirar da Educação para financiar a Previdência.”

Entretanto, esta mistura indevida de contas tornou-se comum: por exemplo, a lei que instituiu o SPPrev, o regime de Previdência dos servidores públicos estaduais, em seu artigo 26, inciso I, permite contar o pagamento dos aposentados da Educação Básica pública no estado (educação infantil, ensinos fundamental e médio) como parte do cumprimento da determinação da Constituição Paulista de que, no mínimo, 30% da receita de impostos devem ser aplicados na Educação Pública no Estado.

c) Em contrapartida à incorporação da ex-FAENQUIL, hoje o campus da USP de Lorena, o governo do estado comprometeu-se em aumentar a dotação da USP em 0,07% do ICMS-QPE; a palavra foi empenhada, mas jamais foi cumprida;

d) A Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (EACH), conhecida como USP Leste, tem todo seu funcionamento — com todos os graves problemas ambientais a que foi submetida e que vieram à

tona —, custeado sem aporte adicional de recursos por parte do Estado;

e) Em contrapartida à instalação do campus de Limeira da UNICAMP, o governo do estado comprometeu-se a adicionar 0,05% do ICMS-QPE à alíquota destinada àquela universidade. Como no caso da USP, palavra foi empenhada, mas jamais cumprida.

f) O Decreto 48.034, originalmente de agosto de 2003, contra o qual lutamos na Alesp, determina que:

“Ficam isentas do imposto as operações e as prestações de serviços internas, relativas a aquisição de bens, mercadorias ou serviços por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias”.

Esta providência reduz a arrecadação de ICMS, comprometendo todas as verbas vinculadas a impostos, inclusive os repasses para os municípios.

*Segundo o estudo, **“registre-se que só com os compromissos não cumpridos do governo, a alíquota das estaduais paulistas deveria passar de 9,57% para 9,69% do ICMS-QPE”.***

O estudo também analisa os impactos da Nota Fiscal Paulista sobre os repasses às Universidades.

Para o Fórum das Seis, *“A adoção do programa da Nota Fiscal Paulista (NFP) é uma tentativa do governo do estado de diminuir a sonegação, uma providência de boa índole, em princípio. Contudo, tal programa não pode ser financiado às custas das verbas destinadas ao cumprimento de direitos sociais inalienáveis da população, como Educação e Saúde, ou do repasse aos municípios, como é permitido pela lei que o institui.*

Como bem observa, um documento do SINAFRESP entregue ao Ministério Público, trata-se de ICMS arrecadado e que portanto deve constar da base de cálculo de todas as verbas vinculadas, seja das universidades estaduais, seja da Educação em geral, seja dos municípios”.

A tabela a seguir indica os montantes da NFP entre abril/2008 e abril/2014

Liberações da Nota Fiscal Paulista

<i>abril/2008</i>	<i>R\$ 765 mil</i>
<i>outubro/2008</i>	<i>R\$ 270,9 milhões</i>
<i>abril/2009</i>	<i>R\$ 558,4 milhões</i>
<i>outubro/2009</i>	<i>R\$ 514,9 milhões</i>
<i>abril/2010</i>	<i>R\$ 679,9 milhões</i>
<i>outubro/2010</i>	<i>R\$ 615,2 milhões</i>
<i>abril/2011</i>	<i>R\$ 760,9 milhões</i>
<i>outubro/2011</i>	<i>R\$ 762,9 milhões</i>
<i>abril/2012</i>	<i>R\$ 921,7 milhões</i>
<i>outubro/2012</i>	<i>R\$ 829,1 milhões</i>
<i>abril/2013</i>	<i>R\$ 930,4 milhões</i>
<i>outubro/2013</i>	<i>R\$ 805,6 milhões</i>
<i>abril/2014</i>	<i>R\$ 999,8 milhões</i>

Por exemplo, segundo a tabela anterior, em 2013 tivemos uma arrecadação de

$$R\$ 930,4 \text{ mi} + R\$ 805,6 \text{ mi} = R\$ 1.736 \text{ milhões,}$$

que não foram computados, seja nos cálculos do que deve ser repassado aos municípios, seja na base de cálculo de todas as verbas vinculadas (por exemplo, às universidades, à educação em geral, à FAPESP etc.). Os municípios perderam 25% deste montante, ou seja, R\$ 434 milhões, enquanto que R\$ 1.302 milhões (i.e., R\$ 1,302 bilhões) ficaram de fora da base de cálculo das verbas vinculadas. Vamos contabilizar esta perda na base de cálculo do repasse às universidades, pois a consideramos inaceitável.

Evidentemente, mudar a prescrição de financiar um programa de governo às custas de verbas que deveriam ser destinadas à manutenção dos municípios e de direitos sociais está na alçada da Alesp.

Como veremos a seguir, a situação é ainda mais séria, pois a redação do artigo 4º da LDO evita que as universidades recebam todo o volume de recursos advindos do ICMS.

Com base na codificação de execução orçamentária e financeira da Secretaria da Fazenda, e com a interpretação dada à LDO pelo governo, além do desconto indevido da Habitação, apenas os seguintes itens são

levados em conta no cálculo dos 9,57% do ICMS-QPE destinados às universidades estaduais:

1113 0251 : ICMS – Parte do Estado;

1113 0254 : ICMS – Parte Fundeb;

1721 36 : Transferência Financ. Do ICMS – Desoneração LC 87/96 (lei Kandir);

1931 1551 : ICMS em atraso – parte do Estado;

1931 1554 : ICMS em atraso – parte Fundeb;

1990 0151 : Programa de parcelamento incentivado – parte do estado;

1990 0154 : Programa de parcelamento incentivado – parte do Fundeb;

e a partir de 2013, quando surgiu o Programa Especial de Parcelamento (PEP),

as alíneas

1990 0161: Prog. Esp. Parc. PEP – parte do estado

1990 0164: Prog. Esp. Parc. PEP – parte Fundeb.

Do ponto de vista do Fórum das Seis, além da cessação do desconto do montante da Habitação da base de cálculo, que em 2013 correspondeu a R\$ 1,053 bilhões e da inclusão na base de cálculo de 75% do total da Nota Fiscal Paulista, faltam um grande número de parcelas,

discriminadas a seguir, juntamente com seu valor em 2013. A fonte que utilizamos é a Secretaria da Fazenda.

É importante registrar que os municípios recebem os 25% a que têm direito de todas as alíneas que seguem.

1911: Multas e Juros de Mora dos Tributos

1. 1911 4251: do ICMS – parte do estado – R\$ 176,8 milhões
2. 1911 4254: do ICMS – parte Fundeb – R\$ 44,2 milhões
3. 1911 4261: do ICMS s/ PPI-ICMS – parte do estado – R\$ 76,5 milhões
4. 1911 4264: do ICMS s/ PPI-ICMS – parte Fundeb – R\$ 19,1 milhões
5. 1911 4271: do ICMS s/ PEP-ICMS – parte do estado – R\$ 2.024,1 milhões
6. 1911 4274: do ICMS s/ PEP-ICMS – parte do Fundeb – R\$ 506,0 milhões

Total 1911 – R\$ 2.846,7 milhões

1913: Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos

7. 1913 1551 : Juros de mora s/ ICMS inscrito – parte do estado – R\$ 93,2 milhões
8. 1913 1554 : Juros de mora s/ ICMS inscrito – parte Fundeb – R\$ 23,3 milhões

Total 1913 – R\$ 116,5 milhões

1919 50 : Multas por auto de infração

9. 191950 51 : Multas p/ infr. Reg. ICMS – parte do estado – R\$ 54,6
milhões

10. 191950 54 : Multas p/ infr. Reg. ICMS – parte Fundeb – R\$ 13,6
milhões

Total 1919 50 – R\$ 68,2 milhões

1931 15: Receita da Dívida Ativa do ICMS

11. 1931 1561 : ICMS Inscrito – acres. Financ.- parte do estado – R\$ 25,4
milhões

12. 1931 1564 : ICMS Inscrito – acres. Financ.- parte Fundeb – R\$ 6,3
milhões

Total 1931 15 – R\$ 31,7 milhões

1990 99 : Outras Receitas

13. 1990 9951: ICMS não-inscr. acresc. financ. – parte estado – R\$ 77,2
milhões

14. 1990 9954: ICMS não-insc. acresc. financ. – parte Fundeb – R\$ 19,3
milhões

15. 1990 9971: Acresc. Financ. s/PPI – parte do estado – R\$ 89,3
milhões

16. 1990 9974: *Acresc. Financ. s/PPI – parte Fundeb –* R\$ 22,3
milhões

17. 1990 9981: *Acresc. Financ. s/PEP – parte do estado –* R\$ 16,6
milhões

18. 1990 9984: *Acresc. Financ. s/PEP – parte do Fundeb –* R\$ 4,1
milhões

Total 1990 99 – R\$ 228,8 milhões

O total que está sendo desconsiderado na base de cálculo das verbas destinadas às universidades estaduais é a soma destas parcelas:

Nota Fiscal Paulista (NFP) : R\$ 1.302,0 milhões

Habitação : R\$ 1.053,0 milhões

Total 1911 : R\$ 2.846,7 milhões

Total 1913 : R\$ 116,5 milhões

Total 1919 50 : R\$ 68,2 milhões

Total 1931 15 : R\$ 31,7 milhões

Total 1990 99 : R\$ 228,8 milhões

Total sem a NFP : 4.344,9 milhões de reais, ou seja, R\$ 4,345 bilhões;

Total com a NFP : 5.646,9 milhões de reais, isto é, R\$ 5,647 bilhões.

Apenas em 2013, 9,57% destes valores corresponderiam a mais R\$ 415,81 milhões de reais e R\$ 540,4 milhões de reais, respectivamente, no orçamento das universidades estaduais paulistas.

Aliás, como já mencionado anteriormente, se o Executivo tivesse cumprido o compromisso dos adicionais de 0,07% de Lorena e 0,05% de Limeira (Unicamp), elevando os 9,57% para 9,69%, estas quantias seriam, respectivamente, de R\$ 421,02 milhões e R\$ 547,18 milhões.

O valor atualizado (pelo IGP-DI) para dez/2013 do total de recursos que deixaram de financiar as universidades estaduais por estas razões pode ser estimado em (pelo menos) R\$ 2 bilhões”.

Por estas questões levantadas pelo Fórum das Seis, as Universidades Públicas Paulistas poderiam ser atendidas pela aprovação da emenda que estabelece que:

“O cálculo do percentual a que se refere o caput do artigo 4º. Da Lei no. 15.549 de 30 de julho de 2014 será efetuado sobre o total do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – Quota-Parte do Estado, no mês de referência.”

Com esta emenda, estaria garantido não apenas o aumento do percentual destinado às Universidades, mas principalmente que o governo paulista não desconte do repasse às Universidades, entre outros itens, os valores pagos em atraso pelos contribuintes do ICMS, sob a forma de juros e multas, nem tampouco desconte os valores aplicados na habitação.

CONCLUSÕES

Por estas razões mais gerais, nosso VOTO é CONTRÁRIO ao parecer da relatora Deputada Maria Lúcia Amary.

Encaminhamos, portanto, voto em separado com os seguintes tópicos:

- 1) Pela aprovação do PL 1291/14;
- 2) Pela Aprovação de todas as emendas apresentadas pelas Comissões Permanentes desta Casa, em especial aquelas relacionadas às Audiências Públicas do Orçamento, no valor global total de R\$ 300 milhões;
- 3) Pela aprovação das emendas apresentadas pelas Frentes Parlamentares desta Casa no valor global total de R\$ 200 milhões;
- 4) Pela aprovação de emendas parlamentares na íntegra, conforme relatório de prioridades apresentado a esta Comissão, no valor global total de R\$ 500 milhões;
- 5) Pela aprovação de todas as emendas destinadas ao Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, Cultura, Agricultura, Energia, Transportes, Administração Penitenciária, Desenvolvimento Econômico, Justiça e Universidades, nos respectivos programas e ações que apresentaram redução dos investimentos previstos em valores reais em relação ao orçamento de 2014, até um valor global total de R\$ 2 bilhões.
- 6) Pela aprovação de todas as emendas destinadas ao IAMSPE, até um valor global total de R\$ 500 milhões;
- 7) Pela suplementação das Receitas de Capital, na rubrica das operações de crédito, no valor total de R\$ 4 bilhões.

DEPUTADA BETH SAHÃO

DEPUTADO PROFESSOR TITO

DEPUTADO HAMILTON PEREIRA